Reforma tributária
Trava para a alíquota do IVA pode ser ajustada no Senado, diz o deputado Reginaldo Lopes A13

Energia
Prospecção de petróleo na Margem Equatorial será uma das prioridades da ANP em 2025 A2

Marketing
'Para voltar ao centro dos negócios, o marketing precisa ser humano', diz Philip Kotler B6

Sábado, domingo e segunda-feira, 13, 14 e 15 de julho de 2024
Ano 25 | Número 6043 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Após atentado, Trump confirma presença em convenção

De Milwaukee (EUA), São Paulo e Brasília

A eleição americana de novembro, que escolherá o 47º presidente dos Estados Unidos, tornou-se ainda mais conturbada após o atentado a tiros contra Donald Trump. O FBI informou que está tratando o caso como tentativa de assassinato e potencial terrorismo doméstico.

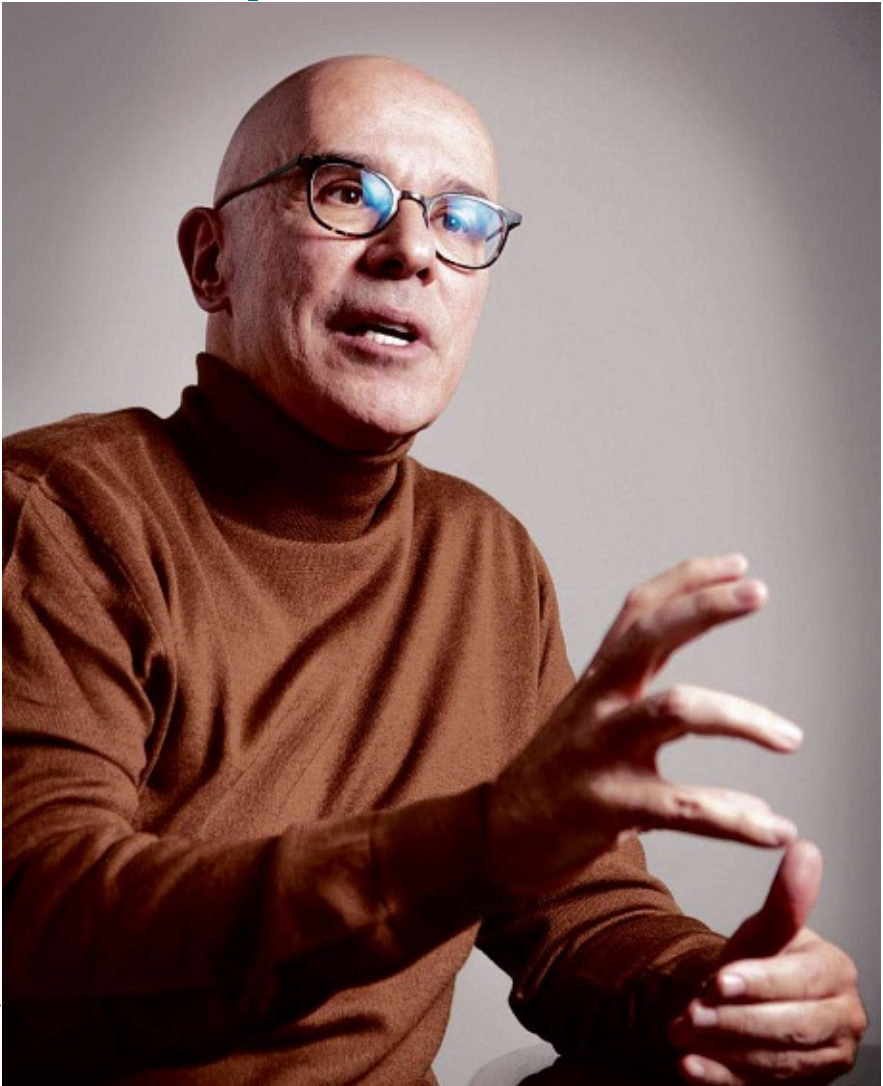
As autoridades passaram o domingo vasculhando as redes sociais e outros pertences do atirador, identificado como Thomas Matthew Crooks, enquanto investigavam o motivo do ataque que feriu o ex-presidente e pré-candidato republicano, matou um espectador e atingiu gravemente outras duas pessoas que estavam no comício realizado na cidade de Butler, na Pensilvânia.

Em uma publicação em sua rede social, a Truth Social, Trump confirmou que compareceria à Convenção Nacional Republicana que começa nesta segunda-feira em Milwaukee, no Estado de Wisconsin. Horas depois do anúncio, os 2.429 delegados do partido acompanharam com atenção as imagens dele descendo do avião ao pousar no aeroporto da cidade. Queriam ter certeza de que se tratava do empresário e que ele estava bem.

Nesse contexto, analistas apontaram o contraste da imagem de Trump com a do presidente Joe Biden, que enfrenta questionamentos sobre a sua capacidade de concorrer a um segundo mandato. Em um pronunciamento feito na Casa Branca, o democrata destacou a necessidade de os americanos se unirem. Mais cedo, também anunciou que ordenara uma revisão independente da segurança nacional "para avaliar o que aconteceu".

Políticos democratas e republicanos, assim como líderes internacionais, condenaram a violência política. Mas o tom da Convenção Republicana desta semana será determinante para o rumo da campanha até 5 de novembro. Já agentes do mercado disseram que os investidores iriam buscar ativos de menor risco a curto prazo e ações de empresas que poderiam se beneficiar de uma eventual vitória do republicano, como do setor de energia, ou criptoativos. Integrantes da equipe econômica adotaram um discurso de cautela. **Páginas A14, A15 e C4**

'Decisão implica risco'

GABRIEL REIS/VALOR

Entrevistado desta semana do podcast 'CBN Professional', Sérgio Rial afirma que sua carreira sempre foi pontuada por metas pessoais e pela busca por resultados. Saber lidar com frustrações, para quem pensa assim, destaca ele, é parte fundamental de algum êxito. "Sou movido a me reinventar", declara. "A gente aprende muito mais quando erra." Ele diz que não se arrepende de ter aceitado a presidência da Americanas. Página B2

Fazenda prepara novas medidas para elevar a arrecadação em R$ 20 bi

Contas públicas Objetivo é apresentar proposta equilibrada de Orçamento, em linha com meta de déficit zero para 2025

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Em busca de uma proposta de Orçamento com meta de resultado primário de déficit zero para 2025, o Ministério da Fazenda prepara novas medidas para elevar a arrecadação em aproximadamente R$ 20 bilhões.

Somando esses recursos com os R$ 25,9 bilhões a serem obtidos com o "pente-fino" em benefícios sociais e R$ 17 bilhões que virão com a solução do impasse em torno da desoneração sobre a folha de setores intensivos em mão de obra, a expectativa do governo é obter R$ 62,9 bilhões, um reforço suficiente para fechar um projeto equilibrado de lei orçamentária para o ano que vem. A proposta precisa ser enviada ao Legislativo até o dia 31 de agosto.

O **Valor** apurou que, entre as medidas de reforço na arrecadação, está a cobrança de incentivos fiscais utilizados indevidamente por empresas para reduzir o recolhimento de tributos. A Receita Federal já detectou um potencial recolhimento de R$ 10 bilhões, mas a cifra pode ser bem maior, disse uma fonte a par dos trabalhos.

Essa fiscalização só se tornou possível graças a um dispositivo incluído na Medida Provisória do Pis/Cofins, esse não devolvido pelo Congresso, pelo qual as empresas devem informar quais benefícios fiscais estão utilizando para abater impostos.

O cadastramento de benefícios procura eliminar gastos indevidos do governo. É a mesma linha de ação que será usada no corte de R$ 25,9 bilhões em programas sociais, ou seja, interromper pagamentos a quem não deveria estar recebendo.

Assim, na atual estratégia traçada pela equipe econômica, a meta fiscal de 2025 será alcançada sem medidas mais duras e politicamente mais difíceis de aprovar, como a mudança de critérios para o crescimento dos pisos de gastos com saúde e educação ou alguma alteração em relação aos benefícios atrelados ao salário mínimo. Essas propostas, porém, seguem em estudo, pois devem ser necessárias para elaborar o Orçamento de 2026.

Ainda assim, trata-se de um quadro "duro" para os ministérios: não será possível aumentar os recursos nos montantes pedidos pelas diversas pastas da Esplanada dos Ministérios para o ano que vem. No plano mais imediato, o governo deve anunciar no dia 22 um corte nas despesas programadas para este ano, com o objetivo de cumprir a meta de déficit zero. **Página A10**

Caminho do Brasil rumo à COP30 depende do Código Florestal
Adnan Demachki A16

Estimular a criatividade e a inovação exigirá reinventar a educação
Ana Maria Diniz A17

Educação

GABRIEL REIS/VALOR

Desde 1987 à frente da Fundação Bradesco, criada por seu avô Amador Aguiar, Denise Aguiar Alvarez lidera uma estrutura que reúne 40 escolas e quase 42 mil alunos em todo o país, e neste ano vai comandar um orçamento de R$ 1,4 bilhão, informa a repórter Beth Koike. Página B5

Spread alcança o menor nível em quase 2 anos

Estevão Taiar e Gabriel Shinohara
De Brasília

O spread bancário, prêmio cobrado pelas instituições financeiras nos empréstimos, atingiu o menor patamar em quase dois anos. Mas a pausa no ciclo de cortes da taxa Selic e as incertezas com o rumo dos juros no Brasil trazem dúvidas sobre a continuidade desse processo. O spread médio, que mede a diferença entre a taxa cobrada no crédito e o custo de captação dos bancos, alcançou 18,85 pontos percentuais em maio — recuo de 3,13 pontos em relação ao mesmo mês de 2023.

Houve queda para pessoa física (de 4,45 pontos, para 23,86 pontos) e jurídica (de 1,21 ponto, para 8,4 pontos). Os dados são do Banco Central.

Um dos principais fatores que explicam o movimento é a mudança na composição do crédito concedido após a pandemia, com a expansão de empréstimos considerados mais seguros, que têm juros menores. "Os bancos subiram a barra, estão um pouco mais cautelosos", diz Rafael Schiozer, professor da FGV. **Página C1**

Mudança de emprego ganha impulso

Marsílea Gombata
De São Paulo

O mercado aquecido, a ampliação do "home office" e mais jovens qualificados integrando a força de trabalho têm feito crescer o número de pedidos de demissão. Levantamento da LCA Consultores, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mostra que os desligamentos por iniciativa do próprio trabalhador representaram 34,6% das demissões nos últimos 12 meses encerrados em maio, com 7,77 milhões de registros. Em maio de 2023, esse percentual era de 33,7%. **Página A4**

Leilão da Sabesp atrai investidores

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

Com o preço relativamente baixo das ações, a segunda fase da privatização da Sabesp tem atraído grande procura no mercado financeiro. Nesta etapa, o governo paulista planeja vender 17% da empresa, de forma pulverizada. O período de reserva de ações termina nesta segunda-feira e, segundo fontes, a demanda chegou a R$ 110 bilhões — valor inflado, porque há expectativa de rateio entre os investidores. O preço dos papéis deve ficar em R$ 67 — 19,42% abaixo da cotação em bolsa, que fechou a R$ 83,15 na sexta-feira. **Página B1**

Destaque

Estiagem afeta canaviais

A frente fria que trouxe alguma chuva ao Centro-Sul no início do mês não deve alterar o quadro de escassez hídrica nas lavouras de cana, e a perspectiva é de quebra de safra no terço final da colheita, a partir de meados de setembro, além do risco de incêndios. **B8**

Indicadores

Indicador	Data	Valor	
Ibovespa	12/jul/24	0,47 %	R$ 17,9 bi
Selic (meta)	12/jul/24	10,50% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	12/jul/24	10,40% ao ano	
Dólar comercial (BC)	12/jul/24	5,4523/5,4529	
Dólar comercial (mercado)	12/jul/24	5,4304/5,4310	
Dólar turismo (mercado)	12/jul/24	5,4566/5,6366	
Euro comercial (BC)	12/jul/24	5,9436/5,9448	
Euro comercial (mercado)	12/jul/24	5,9224/5,9230	
Euro turismo (mercado)	12/jul/24	5,9849/6,1649	

7 898937 880054

Infraestrutura Governo tem interesse em explorar região e ensaia pressionar Ibama para obter licença

Bacias de petróleo da Margem Equatorial entram na mira de leilões da ANP para 2025

Kariny Leal
Do Rio

O debate sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, no litoral das regiões Norte e Nordeste do país, voltou às atenções na semana passada depois que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) incluiu as bacias da região entre as prioridades do calendário estratégico de estudos geológicos e econômicos de 2025. A decisão da diretoria da ANP veio na quinta (11), dia seguinte a uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e do Meio Ambiente, Marina Silva, além do presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho. Na sexta (12), o Ministério de Minas e Energia abriu consulta pública sobre licença ambiental do setor de óleo e gás.

Lula tem reforçado o interesse de explorar petróleo na Margem Equatorial. Em visitas recentes ao Rio e ao Maranhão, o presidente enfatizou que a exploração na chamada "nova fronteira" é questão de tempo. O **Valor** apurou que o presidente disse a interlocutores em uma das viagens que é importante autorizar a atividade. Segundo essa fonte, que acompanha o debate, existe uma tentativa do Planalto e dos demais ministérios em pressionar o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para viabilizar a licença. A região, que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte, tem sido alvo de discussões por uma negativa de licença ambiental do Ibama à Petrobras na bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, em maio de 2023. A estatal ainda aguarda uma reavaliação por parte do órgão.

A Petrobras diz que ainda aguarda a resposta do Ibama para definir as próximas ações. "A companhia empenha todos os esforços na obtenção da licença e avalia que todas as exigências feitas pelo Ibama foram atendidas. A Petrobras reforça a importância da reposição de reservas e a necessidade de exploração de novas fronteiras, sempre prezando pelo valor de o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente", diz a empresa, em nota. Procurado, o Ibama não se pronunciou.

> "Agora o peso político da Margem Equatorial ganha volume"
> *Allan Kardec*

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, tem dito que busca viabilizar a exploração na Foz do Amazonas. Desde que assumiu, no fim de maio, a executiva afirmou em diferentes ocasiões que quer dar detalhes ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre o plano da petroleira, mas a reunião ainda não aconteceu. "A Margem foi licitada em 2013. A Total estudou e desistiu, assim como a BP. A Petrobras está lá agora com todos os esforços. Não é crível que três grandes petroleiras estejam desempenhando mal seu papel em termos de licenciamento", disse, em 12 de junho.

O professor da Universidade Federal do Maranhão e presidente da Gasmar, Allan Kardec, diz que a inclusão da Margem na agenda da ANP significa que os blocos podem ser licitados em 2025. Kardec, ex-diretor da ANP, afirma que essa decisão é importante para chamar a indústria a aprofundar o debate: "Agora o peso político da Margem Equatorial ganha volume."

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Magda Chambriard e Lula: presidente tem reforçado o interesse e a importância para o governo e a Petrobras de explorar na Margem Equatorial

G20 é teste para política externa brasileira

G20 no Brasil
Uma iniciativa O Globo Valor CBN

Victoria Netto
Do Rio

O protagonismo global do Brasil dependerá da habilidade diplomática do país de promover consenso e deixar contribuições concretas nos grandes fóruns multilaterais sob a sua liderança — e o G20 é uma prova fundamental para as outras experiências que se avizinham. No ano que vem, o país receberá a Cúpula do Brics e será sede da COP30, em Belém, no Pará.

"Temos uma sequência muito importante de eventos internacionais que colocam o Brasil em evidência e testam a nossa capacidade de diplomática", afirma o diretor acadêmico do Cebri e professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, Feliciano Guimarães.

A conjuntura motivou o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) a lançar a segunda edição do curso "História da diplomacia brasileira: passado, presente e futuro da política externa", coordenado pelo embaixador Rubens Ricupero. O objetivo da formação é analisar a relação do Brasil com países, regiões e temas estratégicos no contexto dos fóruns globais.

O curso terá 11 aulas ao vivo entre os dias 15 de julho e 19 de agosto, às 19h. Os participantes terão acesso a 20 aulas gravadas da primeira edição, que ocorreu em 2021, durante a pandemia, e aborda o passado da diplomacia brasileira. Todas as informações sobre o curso estão no site do Cebri.

Na avaliação de Guimarães, a cúpula de líderes do G20, prevista para novembro, no Rio, tem boas chances de sucesso, sobretudo com a menor ambição da agenda proposta pelo Brasil. As três prioridades do país na liderança do fórum são o combate à pobreza, o desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global.

Para ele, entre as principais entregas esperadas do Brasil, está o desenho de uma Aliança Global Contra a Fome. A iniciativa tem três pilares e tem conquistado boa adesão nas negociações que antecedem a cúpula de líderes.

No âmbito das reformas, o Brasil tem focado menos nas estruturas das instituições de governança e mais nos temas abordados por elas. "Quer dizer, é uma reforma do que se discute no Banco Mundial, no FMI e nos seus mecanismos de empréstimo, em vistas à economia verde, à transição energética e também a um debate sobre diminuição e renegociação da dívida externa dos países mais pobres", destaca Guimarães.

Outro pleito inovador do Brasil é a taxação de bilionários. O governo propõe expandir o acordo vinculante do G20 com a OCDE sobre a taxação de multinacionais e incluir a tributação de super-ricos em 2%. O Ministério da Fazenda, inclusive, encomendou um estudo do economista francês Gabriel Zucman que detalha como seria implementado.

Para Guimarães, mais um ponto acertado na condução brasileira é a separação das discussões do fórum e da agenda de segurança internacional. "Esse é um problema que aconteceu no G20 do ano passado, na Índia, com uma mistura da guerra da Ucrânia, por exemplo, e a agenda geral do G20."

DIVULGAÇÃO

Feliciano Guimarães: "Sequência importante de eventos internacionais que colocam o Brasil em evidência"

Curta

Remédio anticovid

O Ministério da Saúde ampliou temporariamente o uso do remédio antiviral da Pfizer, Paxlovid, contra covid para todas as pessoas acima de 18 anos com alto risco de progressão para Covid grave. Antes, o antiviral só era indicado para pessoas acima de 65 anos com maior risco de gravidade para a covid. O motivo para a ampliação da oferta no SUS é o vencimento próximo de um lote específico do medicamento. Ela é válida somente para este lote, cuja validade é até o dia 31. O ministério ressalta que o uso do medicamento requer critério médico e para pacientes com exame laboratorial que confirmem a covid, em até cinco dias do início dos sintomas. No estudo global do medicamento, conduzido pela Pfizer, a droga apresentou eficácia na redução de 89% do risco de hospitalização e morte por Covid. Uma nova pesquisa, publicada no final de 2023, aponta que a droga reduz o risco de internação também em grupos de maior risco, como idosos e pessoas imunocomprometidas, de 2,5% até 28 dias após o uso. O Paxlovid é uma combinação de dois antivirais, o nirmatrelvir e o ritonavir. O seu uso foi aprovado no Brasil pela Anvisa em março de 2022. No mesmo ano, a agência autorizou a comercialização em farmácias. A incorporação pela Conitec, comitê que avalia novas drogas e tecnologias para o SUS, saiu no mesmo ano, mas a disponibilização da droga nos hospitais públicos é escassa, dizem especialistas.

valor.com.br
Alex Ribeiro excepcionalmente não escreve hoje
www.valor.com.br

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Disponibilidade de empregos, trabalho remoto e maior presença de jovens favorecem busca por melhores oportunidades, indicam economistas

Demissão voluntária bate recorde em 2024 com mercado aquecido

Marsílea Gombata
De São Paulo

A combinação de fatores conjunturais e estruturais tem levado o número de demissões a pedido do trabalhador a atingir novos recordes. Segundo economistas, mercado de trabalho ultra-aquecido, ampliação do trabalho remoto e mais jovens qualificados na força de trabalho têm feito os desligamentos a pedido crescer com força, inclusive em setores que vinham apresentando queda dessa tendência no começo do ano, como informação e comunicação.

De acordo com levantamento da LCA Consultores feito para o **Valor**, com base em números do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em termos proporcionais, o número de desligamentos a pedido como percentual do total de desligamentos acumulados em 12 meses chegou a 34,6% em maio, ante 34,4% em abril, e 34,2% em março. Em maio de 2023 a proporção era de 33,7%.

Em termos absolutos, o acumulado em 12 meses também indica aceleração das demissões a pedido, de 7,68 milhões em abril para 7,77 milhões em maio. Em maio de 2023 chegava a 7,03 milhões. Na comparação mensal, o total de desligamentos desse tipo acelerou com força até abril para 734,94 mil, mas tem leve desaceleração em maio, chegando a 705,71 mil.

Segundo Bruno Imaizumi, economista da LCA responsável pelo levantamento, o fenômeno é explicado por uma conjunção de fatores conjunturais e estruturais.

"O que está acontecendo, basicamente, é a combinação de atividade econômica e mercado de trabalho aquecidos, inserção dos jovens nesse mercado e mudanças comportamentais pós-pandemia, que têm relação com questões como tempo de deslocamento até o trabalho, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e qualidade de vida", afirma. "O principal impulso para isso foi o retorno ao trabalho presencial exigido pelas empresas."

Tanto os números do Novo Caged quanto da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) mostram o aumento desse tipo de demissão, observa.

"No Brasil, nota-se o aumento na participação de desligamentos feitos a pedido do próprio trabalhador, segundo o Novo Caged, sugerindo que os celetistas estão confiantes em obter admissões em outros postos de trabalho, com maiores remunerações, jornadas mais flexíveis e/ou ofícios mais condizentes com suas qualificações", afirma Lucas Assis, economista sênior e analista da Tendências Consultoria.

"Além de o cenário econômico atual ser menos instável do que no triênio 2020-22, o comportamento recente do mercado formal sinaliza maior oferta de vagas com carteira assinada."

Outra evidência do dinamismo do mercado de trabalho formal é o aumento da quantidade de requerimentos ao seguro-desemprego, acrescenta Assis. Em maio, o número de pessoas procurando emprego sem encontrar chegou a 7,78 milhões, segundo dados da Pnad Contínua.

"No Brasil, o seguro-desemprego é pró-cíclico, ou seja, os pedidos aumentam quando a economia aquece. Isso porque, ao perceberem robustez no mercado, os trabalhadores tendem a pedir demissão para buscar melhores oportunidades", argumenta.

A conjuntura atual de expansão da economia leva ao aumento da oferta de postos de trabalho relativamente melhores, comenta Assis, com ampliação do número de recém-contratados com aumento salarial, decorrente da migração proveniente de postos de trabalho piores.

> "Celetistas estão confiantes em obter admissões em outros postos de trabalho"
> *Lucas Assis*

"Não por acaso, no trimestre móvel encerrado em maio, o rendimento real habitual, medido pela Pnad Contínua, chegou a R$ 3.181, um crescimento de 0,6% ante o trimestre anterior, com ajuste sazonal, segundo nossos cálculos. Na comparação com o mesmo trimestre móvel de 2023, a alta foi de 5,6%", afirma.

A alta do rendimento do trabalho refletida em salários maiores ajuda a explicar o número de demissões a pedido, uma vez que esses valores maiores aumentam o poder de negociação do trabalhador, afirma Rodolfo Margato, economista da XP.

"Além da própria dinâmica do mercado trabalho apertado ou aquecido, com a menor taxa de desemprego em quase 10 anos, de 7,1% em maio, os salários reais têm tido crescimento médio importante", argumenta. De setembro de 2023 a maio de 2024, afirma o economista, os rendimentos médios reais cresceram mais de 4%, enquanto a renda disponível das famílias deve crescer 6% neste ano, na comparação com 2023.

"Nesse cenário, os trabalhadores têm maior poder de barganha, e isso aumenta a rotatividade do mercado de trabalho, levando a pedidos de demissão voluntária, uma vez que esses trabalhadores buscam condições melhores em outros empregos e oportunidades que aparecem", afirma.

Margato acrescenta ainda questões estruturais relativamente recentes que influem nesse cenário. "Da pandemia para cá, ficou mais visível um novo comportamento dos trabalhadores, que buscam trabalhos com jornadas mais flexíveis", comenta o economista da XP.

Ele diz que a proporção de demissões voluntárias é maior dentre trabalhadores com maior qualificação, que possuem maior poder de barganha na hora de negociar com o empregador. E, do ponto de vista regional, costuma ser maior em Estados com taxa de desemprego mais baixa, como Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Ainda em termos estruturais, afirma Assis, os efeitos da ampliação do trabalho remoto também ajudam a explicar os novos recordes de demissão a pedido do trabalhador.

"Devido a melhorias tecnológicas, crescente demanda por flexibilidade, redução de custos e tempo de deslocamento, entre outros benefícios, o trabalho remoto ganhou espaço no Brasil, ainda que em menor proporção do que nas economias mais ricas", diz. Segundo a Pnad Contínua, lembra, cerca de 9,5 milhões de pessoas realizaram trabalho remoto em 2022, representando 9,8% do total de ocupados do país, chegando a 11,8% na Região Sudeste.

"O perfil predominante dos trabalhadores remotos é o de maiores rendimentos, atribuídos a fatores como maior nível de escolaridade e empresas inseridas em atividades de maiores remunerações", analisa Assis.

O economista lembra que nos Estados Unidos uma consequência do trabalho remoto foi um forte aumento das demissões voluntárias durante a pandemia, resultado de mudanças nas percepções dos trabalhadores sobre condições e arranjos de trabalho desejados. O fenômeno ficou conhecido como "great resignation" (ou a grande renúncia).

Setores

Com exceção de atividades econômicas como agricultura, pecuária, produção e indústrias extrativas, em todas as outras cresceu a proporção de desligamentos a pedido do trabalhador em relação ao total de demissões no acumulado em 12 meses, mostra o levantamento da LCA.

Olhando os números absolutos no acumulado em 12 meses, o setor de serviços foi onde houve maior crescimento de demissões a pedido entre abril e maio, indo de 3,64 milhões em abril para 3,69 milhões em maio, em uma alta de 1,2%. Em seguida vêm construção (com alta de 1,1%), comércio (com crescimento de 1,08%), indústria (com alta de 1%). Na agropecuária, houve estabilidade de um mês para outro.

"Isso pode ser explicado pela queda projetada para a produção agrícola neste ano em relação a 2023, o que certamente acaba afetando o nível de emprego", diz Imaizumi. "Por outro lado, agentes da construção civil estão com dificuldades de manter funcionários, especialmente os mais qualificados."

Nos setores de serviços e comércio, afirma, como os salários geralmente são baixos, o número de desligamentos a pedido é maior, pois é mais fácil encontrar oportunidades melhores.

No médio prazo, a perspectiva é que 2024 seja ano de recorde de demissões a pedido do trabalhador. Mas a tendência futura é de redução do ritmo, preveem os economistas.

"Para o restante do ano, a expectativa é de perda de ritmo de crescimento da população ocupada, apesar do início de ano surpreendente, tendo em vista a expectativa de menor expansão do PIB nos próximos trimestres. Com isso, a participação de desligamentos a pedido deve arrefecer no curto prazo", afirma Assis.

Neste ano, argumenta Margato, além do mercado de trabalho aquecido, a busca por maior flexibilidade e trabalho remoto continuarão pesando.

"É difícil imaginar uma mudança estrutural nesse sentido. Em 2024 provavelmente veremos recordes de demissões voluntárias sendo renovados", diz, ao citar alta de 15% desses desligamentos no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano passado, e de 25% em relação a igual período de 2023. "Olhamos para 2025, contudo, talvez não vejamos renovação dessas máximas históricas."

Conta para isso a perspectiva do aumento do desemprego, em linha com a desaceleração da economia. A XP projeta alta da taxa de desemprego de 7,3% neste ano para 7,6% no ano que vem, acompanhando a perda de tração do PIB, cujo crescimento deve passar de 2,2% em 2024 para 1,7% em 2025.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

Bruno Imaizumi: combinação de atividade e mercado de trabalho aquecidos, inserção de jovens e mudança comportamental

Mercado aquecido leva a novos recordes

Desligamentos a pedido acumulados em 12 meses em relação ao total de desligamentos - em %

Setor	Mai/24	Máximo	Média	Mínimo	Recorde
Saúde Humana e Serviços Sociais	44,5	44,5	37,7	28,5	SIM
Alojamento e Alimentação	40,8	40,8	31,0	22,1	SIM
Artes, cultura, esportes e recreação	38,9	38,9	28,0	17,6	SIM
Comércio	38,3	38,3	27,6	21,1	SIM
Transporte, Armazenagem e Correio	35,7	35,7	25,4	16,9	SIM
Indústrias de Transformação	35,7	35,7	25,4	16,9	SIM
Outras atividades de serviços	25,7	25,7	20,1	15,4	SIM
Construção	22,1	22,1	15,2	8,9	SIM
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	46,5	48,8	25,0	13,1	NÃO
Educação	43,0	43,2	33,8	25,9	NÃO
Serviços domésticos	40,9	41,8	26,5	18,7	NÃO
Atividades financeiras, de seguros e de serviços relacionados	40,1	45,7	34,7	25,1	NÃO
Informação e Comunicação	38,7	50,6	35,3	25,2	NÃO
Atividades profissionais, técnicas e científicas	33,2	35,4	25,3	18,0	NÃO
Atividades imobiliárias	32,3	32,4	23,4	16,6	NÃO
Atividades administrativas e serviços complementares	32,1	33,5	27,3	20,6	NÃO
Eletricidade e Gás	30,9	32,7	25,5	16,4	NÃO
Administração pública, defesa e seguridade social	30,7	34,7	26,4	19,5	NÃO
Indústrias Extrativas	29,0	30,2	20,8	11,1	NÃO
Agricultura	28,3	28,8	22,7	17,8	NÃO
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Contaminação	27,5	27,9	21,0	12,8	NÃO
Total	**34,6**	**34,6**	**25,9**	**19,3**	**SIM**

Fonte: Novo Caged. Elaboração: LCA Consultores.

Alta rotatividade

Total de demissões a pedido ganham impulso

Sem Justa Causa | A Pedido | Prazo Determinado | Término de Contrato | Com Justa Causa | Acordo | Outros

1.200.000 | 1.000.000 | 800.000 | 600.000 | 400.000 | 200.000

736.908 | 889.240 | 368.979 | 705.711 | 207.797 | 321.544

Jan 2020 | Jan 2021 | Jan 2022 | Jan 2023 | Mai 2024

Fonte: Fonte: Novo Caged. Elaboração: FGV Ibre. *Dados com ajustes declarados até mai/24.

Iniciativa tem maior adesão entre mais escolarizados

De São Paulo

Trabalhadores nas faixas de maior instrução educacional são responsáveis pela maior parte das demissões a pedido do empregado, mostra o relatório Mercado de Trabalho em Pauta, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No texto, as economistas Janaína Feijó e Giovana Ferreira lembram que a taxa de demissão voluntária continua sendo um indicativo de pressão sobre o mercado de trabalho.

Ao analisar a composição educacional dos trabalhadores que pediram demissão voluntariamente, elas mostram que 68,2% dos que se desligaram voluntariamente em maio deste ano tinham ensino médio completo ou superior incompleto.

"A participação desse grupo educacional cresceu consistentemente ao longo dos últimos cinco anos", afirmam.

O grupo com ensino fundamental completo ou médio incompleto deteve a segunda maior participação, com 13,1% das demissões a pedido, enquanto o que teve a participação menos significativa nas demissões voluntárias foi o grupo com ensino fundamental incompleto, com 6,6%.

Trabalhadores com ensino superior completo ou mais corresponderam a 12,1% das demissões a pedido no quinto mês do ano. Feijó e Ferreira afirmam, contudo, que sua participação vem diminuindo na comparação com os meses de maio desde 2020, quando chegaram a representar 14,5% dos desligamentos a pedido.

Os dois grupos de escolaridade mais elevados — com ensino médio completo e superior finalizado — representam, conjuntamente, 80% do total das demissões voluntárias, segundo os cálculos do FGV Ibre.

Esse perfil educacional, argumentam as economistas no relatório, reforça o ponto de que trabalhadores mais qualificados podem estar se demitindo voluntariamente devido ao aparecimento de outras oportunidades.

"Dentre as hipóteses para a manutenção do elevado número de demissões a pedido estariam admissões em outros postos de trabalho formais com melhores oportunidades, mais condizentes com as qualificações do trabalhador e com melhores remunerações", afirma Janaína Feijó.

"Haveria ainda a migração para trabalhos com jornadas mais flexíveis, como por exemplo, daqueles que querem empreender seu próprio negócio." *(MG)*

Grupos mais escolarizados se demitem

Desligamento a pedido por grau de escolaridade - em %

Fund. Incompleto | Fund. Completo e Médio Incompleto | Médio Completo e Superior Incompleto | Superior Completo | Total

100 | 80 | 60 | 40 | 20

700 | 525 | 350 | 175

Mai/20 | Mai/21 | Mai/22 | Mai/23 | Mai/24

Fonte: Novo Caged. Elaboração: FGV Ibre. *Dados com ajustes declarados até mai/24.

Entrevista Superintendente mira cartéis em concorrências públicas e casos ligados à economia digital

Reconduzido a posto no Cade, Barreto quer olhar com lupa para licitações

Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta
De Brasília

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Alexandre Barreto: "Espero para os próximos dois anos um incremento no número de investigações, não só em termos de quantidade, mas de qualidade"

Reconduzido pelo presidente Lula ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto quer dar foco no seu segundo mandato na área técnica do órgão de defesa da concorrência na abertura de novas investigações, principalmente em casos relacionados a cartéis em licitações públicas e em casos relacionados à economia digital.

"Temos trabalhado para ter a capacidade de atender as demandas que vêm de atores externos e para conseguirmos ter a radiografia do mercado para abrirmos casos de ofício, por iniciativa própria", disse Barreto ao **Valor** em sua primeira entrevista após o retorno à área técnica do Cade, responsável pelas análises de atos de concentração e investigações de condutas anticoncorrenciais.

A SG também vai focar em condutas unilaterais das big techs e no setor aéreo, segundo ele. E, enquanto investiga o uso de inteligência artificial, também pretende se valer desse instrumento para agilizar suas investigações.

"O que a gente procura é dar um passo além, utilizando ferramentas de inteligência que nos permitam identificar pontos de preocupação, levantar bandeiras amarelas que são sinalizações de áreas onde a gente possa atuar", disse.

Ainda segundo ele, a investigação sobre o uso de inteligência artificial pela Meta é a única sobre o tema em andamento no órgão, mas ainda está muito no início, diferente da tramitação na Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em que já foi concedida preventiva.

Barreto também defendeu a recente revisão dos acordos da Petrobras, quando o Cade desobrigou a estatal de vender cinco refinarias após ter determinado à estatal vendê-las no primeiro ano do governo Jair Bolsonaro (PL). Na ocasião, Barreto presidia o Cade.

"A Petrobras nos ofereceu uma outra solução, a adoção de remédios comportamentais para mitigar o risco de posição dominante", justificou.

A seguir, a entrevista na íntegra:

Valor: *Quais são suas prioridades para esse segundo mandato?*

Alexandre Barreto: Nos primeiros dois anos, tivemos uma preocupação grande para racionalizar procedimentos, reduzir prazos de análise de atos de concentração e processos de conduta, limpar o estoque de casos e acelerar a negociação dos acordos que estavam em andamento. Isso era necessário para a gente ter fôlego e pensar em estratégias de investigação para poder atuar em mercados que demandem a atenção do Cade. O prazo médio de análise de um ato de concentração, por exemplo, caiu de 35 para 20 dias. Agora, a ideia é abrir frente de trabalho e investir em casos promissores que estão em investigação na superintendência. Temos trabalhado para ter uma radiografia do mercado e uma análise de risco para identificar setores que demandam um olhar mais específico, mais cuidadoso. Identificamos o setor aéreo, o setor de big techs e licitações públicas, áreas nas quais há necessidade de um olhar mais apurado por parte do Cade.

Valor: *O que quer dizer com novas frentes de trabalho?*

Barreto: Abrir novos casos. Temos trabalhado para ter a capacidade de atender demandas que vêm de atores externos e para conseguirmos ter a radiografia do mercado para abrirmos casos de ofício, por iniciativa própria.

Valor: *Diversos advogados que atuam no Cade reclamam que a SG estava parada há algum tempo em relação a investigações. É uma resposta a essa crítica?*

Barreto: Não. Os números mostram que ficamos na média nos últimos anos. Não houve uma redução tanto em termos de acordo de leniência quanto abertura de inquéritos. Pelo contrário, quando falamos de condutas unilaterais, abuso de posição dominante, de maneira geral, houve um incremento dos casos motivado por, entre outros fatores, a criação de uma unidade específica destinada a investigar condutas unilaterais, que não havia há dois anos atrás. Espero para os próximos dois anos um incremento no número de investigações, não só em termos de quantidade, mas de qualidade da investigação a partir de análise de risco de alguns setores.

> "Se você pratica um preço e seu concorrente resolve igualar, é paralelismo. É um problema? Não"

Valor: *Quais setores demandam atenção especial?*

Barreto: Em investigações, licitações públicas sempre vai ser uma prioridade para a gente. Por isso temos investido muito em parceria com o Ministério Público. Temos trabalhado também com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) para ter uma atuação mais incisiva e eficiente na investigação de cartéis em licitações públicas, bem como evitar sobreposição de atividade com outros órgãos públicos, já que, às vezes, somos acusados de investigar algo que já está em análise por outro órgão.

Valor: *Como aprofundar essa análise nas licitações?*

Barreto: Temos investido muito nas nossas atividades de inteligência e vamos começar muito em breve a ter prospecção ativa nas bases de dados federais do "comprasnet" para identificar padrões de comportamento de competidores que possam trazer indícios de cartel e permitir que a gente atue de maneira rápida para identificar um cartel antes de ele ser consumado, ainda na fase da licitação. Essa é uma atividade que vamos começar muito em breve. Até então, o trabalho se dava mais após provocações de outros órgãos.

Valor: *E quais outros setores demandam atenção?*

Barreto: A economia digital, tudo que envolva big techs, é um exemplo. São demandas que temos recebido e que exigem atenção especial da nossa parte, até porque significa a necessidade de um novo olhar sobre possíveis condutas. Percebe-se no mundo todo que, embora as ferramentas de que dispomos no antitruste sejam muito eficientes para mercados tradicionais, por vezes em mercados digitais elas não se aplicam muito bem. O que leva à necessidade de termos que elaborar novas teorias do dano, temos que repensar o nosso olhar sobre determinados mercados.

Valor: *Pode dar um exemplo?*

Barreto: Uma teoria do dano clássica em antitruste é um instrumento da "killer aquisition", que é quando uma empresa compra outra que está nascendo para evitar que surja um competidor no futuro. É uma infração à ordem econômica. Mas quando analisamos as empresas da economia digital, há o fenômeno de muitas start-ups serem compradas pelas big techs em série, e muitas start-ups são criadas com a intenção de serem adquiridas pelas big techs no futuro. Então, a intervenção do Estado no sentido de impedir ou dificultar esse movimento poderia levar a um desincentivo à inovação no sentido de que não haveria a criação da própria start-up. Então uma medida que em princípio seria justificável ou seria tomada com uma boa intenção, poderia significar algo ruim para o mercado. De maneira geral, estamos muito atentos para questões relacionadas a big techs.

Valor: *E quanto ao setor aéreo?*

Barreto: Falando especificamente das aéreas, temos investigação sobre a formação de preços, o que é curioso e esbarra em desafios que temos em economia digital. Há também outras reclamações que chegam ao Cade com relação a, por exemplo, a diferenciação de preços em função do IP, que significa que poderia haver, em tese, a identificação do consumidor e, com isso, ter preços direcionado. Está em análise.

Valor: *Há redução nos acordos de leniência com o Cade nos últimos anos, bem como queda em operações de busca e apreensão. Como ampliar as investigações nesse cenário?*

Barreto: Não houve redução no número de leniências nem nas operações de busca e apreensão. Se a gente analisa a série histórica dos últimos 15 anos, verifica-se que o número de leniências vai estar mais ou menos constante. O que acontece é que houve um pico durante a operação Lava Jato, um efeito sazonal completamente fora da curva. Este ano, já tivemos cinco acordos de leniência assinados que muito em breve vão levar à abertura de novas investigações. É um número que está na média dos últimos anos e acima da média em termos de níveis mundiais. O que a gente procura é dar um passo além, utilizando ferramentas de inteligência que nos permitam identificar pontos de preocupação, levantar bandeiras amarelas que são sinalizações de áreas onde a gente possa atuar. Isso significa rodar os filtros no nosso sistema de inteligência da base de compras públicas para identificar indícios de cartel, indícios de colusão.

Valor: *Muitas operações econômicas estão ocorrendo no setor de saúde, principalmente em planos e hospitais. Isso preocupa em termos de concentração de mercado?*

Barreto: Temos recebido nos últimos anos um número considerável de notificações de atos de concentração no setor de saúde, tanto no setor de serviços hospitalares quanto nas operadoras de planos de saúde, mas não temos casos de condutas, um caso substancial de conduta. Saúde, depois setor de energia, é o que mais tem notificações ao Cade. Mas mesmo somados os dois não representa mais de 20% do estoque do Cade. Mas não é um setor que seja concentrado do ponto de vista de sobreposição horizontal. Na nossa radiografia dos setores, o setor de saúde mostra a existência de um número razoável de competidores.

Valor: *O sr. citou que o prazo de análise das operações deve cair ainda mais. Como?*

Barreto: Casos de menor potencial ofensivo são decididos em média em 13 dias e isso deve se acelerar bastante. Criamos um sistema de notificação eletrônica que vai permitir que as empresas apresentem a notificação e tenham a resposta para a análise em um ou dois dias. Já está em operação, mas como se trata de uma novidade, o mercado ainda está se adaptando ao sistema. É o e-notifica. Em princípio, será utilizado para os sumários. O próximo passo é estender a notificação eletrônica para os casos ordinários e o passo mais à frente é incorporar na análise instrumentos de inteligência artificial para analisar a operação e dar uma resposta muito mais rápida.

Valor: *Quando isso será feito?*

Barreto: A ideia é que até um ano, um ano e meio, a gente passe a utilizar essas ferramentas de inteligência artificial para análise dos casos sumários.

Valor: *Há uma investigação sobre uso de inteligência artificial no Cade, até já noticiada, sobre a Meta. Existem outras em que o uso de inteligência artificial pelo setor de tecnologia seja o alvo?*

Barreto: Este caso está em análise pelo Cade, mas nenhuma medida ainda foi adotada. Estamos analisando se existem ou não problemas concorrenciais.

Valor: *O uso de inteligência artificial, por si, pode ser um problema concorrencial?*

Barreto: Não dá para dizer que vai se tornar um problema específico. A inteligência artificial é um instrumento. Se esse instrumento for utilizado para a prática de alguma infração econômica, atrai a nossa atuação. Não pelo instrumento em si, mas pelo fato de ele estar sendo utilizado para produzir um efeito anticompetitivo. A investigação que temos aberta sobre as aéreas é bem exemplificativa dessa possibilidade. O que está em investigação, no que pode ser publicizado, é a utilização de algoritmos de preços das companhias aéreas na formação de preços. O desafio para o Cade é identificar se há elementos de colusão ou não.

Valor: *No caso dessa denúncia das aéreas, foram identificados preços iguais. Isso não significa combinação de preços?*

Barreto: Preço igual não é necessariamente um ilícito concorrencial. Há um fenômeno chamado "paralelismo de preço". Com a formação de preços por algoritmos, há um paralelismo em escala exponencial. Em tese, se você pratica um preço e o seu concorrente vê o preço e resolve igualar, isso é um paralelismo. É um problema? Não. Vocês combinaram o preço? Não. O problema é quando seu concorrente te procura para combinar.

Valor: *O Cade deu aval à revisão dos acordos realizados pela Petrobras em 2019. Alguns especialistas afirmaram que o Cade esteve a favor dos interesses do governo Bolsonaro na ocasião, quando o acordo foi fechado, e agora esteve de novo a serviço do governo para revisar esse acordo, já que não tinha o aval da gestão Lula. Como avalia essa crítica?*

> "Não há espaço para o Cade renegociar valores de acordos que já foram firmados"

Barreto: Os acordos que foram formulados em 2019 partiram de investigações que estavam em curso no Cade e que demonstravam haver indícios, naquele momento, de abuso de posição dominante por parte da Petrobras. Indícios robustos. Em face das investigações que estavam em curso, a Petrobras, à época, procurou o Cade para conversar sobre as investigações e sinalizou a intenção de fazer um acordo, como ocorre rotineiramente em dezenas de casos. A investigação era de abuso de posição dominante e na mesa de negociação a Petrobras oferece como remédio abrir mão da posição dominante. Do ponto de vista de uma autoridade antitruste, esse é o melhor acordo possível. Agora, em 2023, a Petrobras apresentou um pedido ao Cade solicitando a revisão do acordo. O que a Petrobras argumentou é que as refinarias não foram vendidas porque foram oferecidos valores abaixo da precificação feita pela Petrobras, que segue parâmetros definidos pelo TCU, e isso que impediu a venda das refinarias. Ela não poderia vender a refinaria no valor menor do que a precificação sob risco de serem responsabilizados. É uma explicação plausível. E então a Petrobras solicitou ao Cade a adoção de outras medidas que pudessem mitigar o risco concorrencial.

Valor: *Mas uma revisão num processo desta magnitude não enfraquece o instrumento do acordo e passa um recado de que tudo é passível de revisão?*

Barreto: Nunca foi para o Cade um ponto de honra a venda das refinarias. A questão era a eliminação do risco de abuso de posição dominante por parte da Petrobras. A empresa nos ofereceu uma outra solução, a adoção de remédios comportamentais para mitigar o risco de posição dominante. O Cade avaliou que o oferecido seria razoável. Não foi de maneira alguma algo inédito. O Cade tem diversos exemplos de renegociação de acordos a partir da percepção de que o acordo não conseguiu ser implementado a partir de motivos alheios à própria empresa.

Valor: *Um aditivo do novo acordo prevê que o Cade vai monitorar os preços da Petrobras. É algo inédito. Como isso será feito?*

Barreto: Não necessariamente monitorar preço, mas ter acesso à metodologia de precificação da Petrobras para identificar a abusividade da empresa na formação do preço. Está em processo de implementação. A ideia é saber o que a Petrobras está fazendo para evitar que ela abuse da sua posição na formação do preço. É uma coisa nova. Está sendo feita a definição de uma equipe para acompanhar.

Valor: *Empreiteiras tentam revisar multas impostas por outros órgãos no âmbito de acordos firmados, como nas leniências com a CGU. Há tentativas e espaço para isso no Cade?*

Barreto: Tentativa há, espaço para negociar, não. Os valores que são pactuados no Cade não são estimados sem a base concreta. Não são valores chutados. O acordo formulado com o Cade parte da estipulação de qual seria a multa aplicada e a metodologia aplicada utilizada pelo Cade. Eu, enquanto agente público, não tenho nem espaço para oferecer descontos maiores do que a lei me permite. Então, digo com toda ênfase: não há espaço para o Cade renegociar valores de acordos que já foram firmados com a autarquia. Agora, se a empresa alegar dificuldades de caixa, o Cade está aberto para verificar o caso concreto e revisitar prazos de pagamento.

Valor: *Por que ainda há tantos casos da Lava Jato em investigação tanto tempo depois?*

Barreto: Ainda temos algo entre 10 e 20 casos na superintendência. Nossa meta é concluir boa parte deles até o final do ano e todos até o final do ano que vem. São casos extremamente complexos, envolvendo um número elevado de denunciados.

Comércio exterior Vendas brasileiras têm aumento de 12% em valor e de 23,5% em volume, indica Amcham

Exportação para os EUA bate recorde no 1º semestre

Ívina Garcia
De São Paulo

As exportações brasileiras para os Estados Unidos alcançaram o valor recorde de US$ 19,2 bilhões no primeiro semestre deste ano.

O crescimento nas trocas comerciais entre os países foi de valor, com alta de 12% (ou US$ 2,1 bilhões) e de volume, com crescimento de 23,5% (4 milhões de toneladas), em relação ao mesmo período de 2023, aponta o Monitor do Comércio Brasil-EUA da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham Brasil).

Em contrapartida, as importações brasileiras com origem nos Estados Unidos alcançaram o valor de US$ 19,4 bilhões, representando uma pequena retração se comparada ao mesmo período do ano passado.

Mesmo com importação ligeiramente menor, houve alta em oito dos dez produtos mais importados pelo Brasil com origem nos Estados Unidos.

O Destaque do período ficou com aeronaves (62,4%), polímeros de etileno (50,8%), petróleo bruto (48,9%), medicamentos (32,9%), gás natural (+545,9%) e motores e máquinas não elétricos (20,2%).

A relação comercial entre os países tem apresentado um bom desempenho, com crescimento de 5,1% nas trocas bilaterais em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo US$ 38,7 bilhões em transações. Esse crescimento representa mais que o dobro do aumento das trocas do Brasil com o mundo no período (2,5%).

O comércio entre Brasil e Estados Unidos deve ser mais equilibrado no apanhado anual. Segundo Abrão Neto, CEO da Amcham Brasil, o déficit no comércio bilateral deve ficar próximo a zero, diferente do registrado na última década. "O crescimento do comércio será puxado pelas exportações brasileiras, o que será um resultado importante para a economia brasileira", afirma.

> "O crescimento do comércio será puxado pelas exportações brasileiras, o que será um resultado importante"
> *Abrão Neto*

O mercado americano disparou como destino de maior crescimento para as exportações brasileiras em valor no ano. O crescimento nominal foi de US$ 2,1 bilhões. O aumento é de 12% em comparação ao mesmo período do ano passado, sendo mais de oito vezes superior às vendas brasileiras para outros parceiros comerciais de longa data como China (3,9%), União Europeia (2,1%) e América do Sul (-24,3%). No total das exportações globais (US$ 7,1 bilhões), os Estados Unidos representam uma fatia de quase 30% do total do aumento registrado no período.

De acordo com o Monitor do Comércio, o crescimento pode ser observado em todos os setores, sendo encabeçado pela indústria extrativa (89,2%), seguido pela agropecuária (19,4%) e indústria de transformação (2,3%).

Dos dez principais produtos exportados para os EUA, oito tiveram alta, com destaque para petróleo bruto (108,3%), que subiu para primeira posição na escala de exportação; aeronaves (11,9%); e combustíveis de petróleo (202,1%), que passaram da 11ª para a 4ª posição.

Essa forte venda de petróleo bruto para os EUA contribuiu para uma maior participação da indústria extrativa nas exportações totais, correspondendo a 17,7%, ante os 10,5% de participação registrados no mesmo período de 2023. No setor agropecuário, a alta foi mais branda, e passou de 5,0% para 5,3% em 2024, puxada pelo aumento das vendas brasileiras de café não torrado (44,6%).

Já no setor da indústria de transformação, a Amcham observou uma leve queda de 8 pontos percentuais, saindo de 83,8% para 76,6%. Apesar disso, o setor é o de melhor desempenho entre os itens mais exportados, respondendo por oito dos dez principais produtos.

Abrão Neto afirma que a diversidade no mercado dos EUA em comparação com outros parceiros comerciais do Brasil tem impactado no aumento registrado no período e refletem em outras áreas do país. "Esse crescimento tem um impacto muito positivo na criação de empregos e na geração de receita dentro do mercado brasileiro", avalia.

Os principais pontos de partida das exportações estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do país, tendo São Paulo como principal responsável pelo escoamento para os EUA no primeiro semestre de 2024, respondendo por 31,9% do total. Em seguida aparecem Rio de Janeiro (17,7%), Minas Gerais (10,1%), Espírito Santo (8,1%) e Rio Grande do Sul (4,6%).

Ao mesmo tempo, as principais importações também tem São Paulo no topo, responsável por 31,8% das importações totais. Seguido pelo Rio de Janeiro (21,8%), Bahia (7,7%), Santa Catarina (5,9%) e Minas Gerais (5,0%).

O escoamento dessa produção tem como modal mais comum o marítimo, segundo o levantamento, no primeiro semestre de 2024, as águas responderam por 87,7% do transporte das exportações, seguido pelo modal aéreo, com 11,5%. Já nas importações, o Brasil também tem o modal marítimo como o principal responsável pelo transporte, com 62,5%, enquanto 36,8% foram feitas por via aérea.

A Amcham projeta que o Brasil deve apresentar uma evolução no acumulado de 2024 em relação ao ano passado, principalmente nas exportações.

"Esperamos que a corrente de comércio cresça em relação ao ano passado, alcançando a segunda maior corrente de comércio da série, ficando provavelmente abaixo apenas de 2022", diz Abrão Neto.

INÊS 249

Contas públicas Objetivo é obter R$ 20 bi com medidas extras para completar esforço de R$ 70 bilhões

Fazenda busca receita para déficit zero em 2025

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Em busca de uma proposta orçamentária com meta de resultado do primário de déficit zero para 2025, a Fazenda prepara novas medidas para elevar a arrecadação em cerca de R$ 20 bilhões.

Somados aos R$ 25,9 bilhões a serem obtidos com o "pente-fino" em benefícios sociais e aos R$ 17 bilhões que virão com a solução do impasse em torno da desoneração sobre a folha de setores intensivos em mão de obra, serão um reforço de R$ 62,9 bilhões, suficientes para fechar uma proposta orçamentária equilibrada, segundo avaliam os técnicos.

Ainda assim, trata-se de um quadro "duro" para os ministérios, disse uma fonte. Não será possível aumentar os recursos nos montantes pedidos pelas diversas pastas da Esplanada dos Ministérios. O **Valor** apurou que, entre as medidas de reforço na arrecadação, está a cobrança de incentivos fiscais utilizados indevidamente por empresas para reduzir o recolhimento de tributos. A Receita Federal já detectou um potencial de recolhimentos de R$ 10 bilhões, mas a cifra pode ser bem maior, disse uma fonte a par dos trabalhos.

Essa fiscalização só se tornou possível graças a um dispositivo incluído na Medida Provisória do PIS/Cofins, esse não devolvido pelo Congresso, pelo qual as empresas devem informar quais benefícios fiscais estão utilizando para abater impostos.

Antes da MP, o governo brasileiro não tinha controle sobre boa parte desses incentivos, pois muitos deles são de autofruição: as empresas que se julgam enquadradas simplesmente os utilizam. Não havia avaliação sobre os critérios utilizados. O Executivo vinha sendo cobrado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito — a corte fez um amplo detalhamento das renúncias fiscais na análise das contas de governo de 2023.

Agora, com base no cadastramento dos benefícios fiscais utilizados, a Receita está fazendo um cruzamento para verificar se os contribuintes estão de fato cumprindo os requisitos para usufruir deles. Um filtro é se a empresa possui Certidão Negativa de Débitos (CND).

Um exemplo de como os incentivos são utilizados de forma duvidosa é o Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos (Perse). Nesse caso, a lei que criou o incentivo determina que as empresas informem à Receita que o estão utilizando. Uma fiscalização da Receita encontrou postos de gasolina e loja de material de construção utilizando os benefícios do programa.

O cadastramento dos benefícios fiscais já era um dos pontos do projeto de lei que cria o programa de conformidade da Receita Federal e estabelece o que são devedores contumazes.

Até agora, os integrantes do governo vinham tratando o cadastramento de benefícios fiscais como uma medida não arrecadatória. O mais recente Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP), publicado em maio, não traz estimativa de arrecadação referente a essa medida.

O cadastramento de benefícios procura eliminar gastos indevidos do governo. É a mesma linha de ação que será usada no corte de R$ 25,9 bilhões em programas sociais, ou seja, interromper pagamentos a quem não deveria estar recebendo.

A área econômica negocia com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA) uma "carona", no projeto de lei que trata das compensações à desoneração da folha, para mudanças legais necessárias ao "pente fino".

Segundo apurou o **Valor**, está tudo certo para o INSS começar o pente-fino dos benefícios previdenciários temporários, como auxílio-doença, a partir de agosto. Porém, haveria uma resistência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes e pessoas com deficiência. O BPC é operacionalizado pelo INSS, mas a política é do MDS.

Por isso, seriam feitos ajustes na Lei do Cadastro Único (CadÚnico) para garantir a revisão do benefício, em atendimento também a uma demanda do TCU. O governo também deve aproveitar para fechar brechas na legislação do cadastro de benefícios previdenciários e assistenciais para evitar fraudes e judicialização. Todas as mudanças precisarão ser validadas pelo Congresso Nacional, por isso uma opção na mesa é enviar uma medida provisória (MP), o que já permitiria dar início aos trabalhos.

É possível, segundo técnicos, que as revisões de cadastros tragam economias maiores do que os R$ 25,9 bilhões. Essa é uma cifra inicial informada pelos ministérios. Porém, o universo de benefícios pagos a quem não tem direito é estimado em R$ 40 bilhões a R$ 50 bilhões.

Assim, na atual estratégia traçada pela equipe econômica, a meta fiscal de 2025 será alcançada sem medidas mais duras e politicamente mais difíceis de aprovar, como a mudança de critérios para o crescimento dos pisos de gastos com saúde e educação ou alguma alteração em relação aos benefícios atrelados ao salário mínimo. Essas propostas, porém, seguem em estudo, pois serão necessárias para elaborar o orçamento de 2026.

> "Sigilo sobre benefícios fiscais contribui para a assimetria de informação"
> *Lina Santin*

No plano mais imediato, o governo deve anunciar no dia 22 um corte nas despesas programadas para este ano, com o objetivo de cumprir a meta de déficit zero. A cifra mais ouvida nos bastidores é R$ 10 bilhões, mas os números estarão em revisão até o anúncio.

Uma parcela desse corte será um bloqueio, feito quando as despesas tendem a superar o limite máximo estabelecido pelo arcabouço. Haverá também um contingenciamento, que ocorre quando as projeções de resultado do primário indicam descumprimento da meta.

Para a advogada tributarista Lina Santin, coordenadora do NEF/FGV, o governo acerta ao colocar luz nos benefícios fiscais, "podendo avaliar com maior acuidade se a renúncia tem respaldo legal e interesse público para sua manutenção". "O sigilo sobre benefícios fiscais contribui para a assimetria de informação e propicia ofuscação fiscal e deve ser afastado. É necessário que haja total controle público do valor da renúncia e do ônus tributário do benefício utilizado", defendeu.

A diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) Vilma Pinto, por sua vez, destaca que, mesmo caso o governo consiga fechar o Orçamento com medidas pontuais, isso não significa que há sustentabilidade nas contas públicas. "Quando há muitas operações não recorrentes para cumprir a meta fiscal, é retirado o caráter estrutural de recuperação fiscal", avaliou.

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Vilma Pinto: "Quando há muitas operações não recorrentes para cumprir a meta fiscal, é retirado o caráter estrutural de recuperação fiscal"

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,01	-0,36	0,36	0,60	0,72	0,11	-0,02	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,9	-0,8	1,1	0,1	-1,1	1,1	0,7	0,0	0,2
Indústria de transformação	-	-2,2	0,0	1,2	0,5	-0,2	0,5	0,1	0,1	-0,6
Indústrias extrativas	-	2,6	-3,2	0,6	-1,3	-6,9	3,7	3,2	-0,5	6,3
Bens de capital	-	-2,7	2,9	-0,7	2,0	10,9	-1,7	-0,4	-0,4	-2,4
Bens intermediários	-	-0,8	-1,3	1,0	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6
Bens de consumo	-	-1,3	0,1	0,5	1,5	-0,9	1,1	0,0	-0,9	-1,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-3,8	0,9	-1,1	2,5	-0,3	2,1	0,7	-0,4	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-2,3	2,2	-1,6	2,5	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2	0,7
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1	1,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3	-0,2
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,0	0,0	0,3	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	29.044	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713
Importações	22.333	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532
Saldo	6.711	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	-	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	1,7268	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	-	24,44	1.412,00
2024	**0,43**	**4,00**	**4,00**	**6,54**	**6,17**	**3,88**	**3,27**	**2,18**	**2,28**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,01**	**7,24**	**7,24**	**11,47**	**11,50**	**6,80**	**5,52**	**4,04**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril		Var.	abril		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jun/24	mai/24	2024	2023	12 meses	jun/24	mai/24	dez/23	jun/23
IBGE									
IPCA	0,21	0,46	2,48	4,62	4,23	6.941,51	6.926,96	6.773,27	6.659,95
INPC	0,25	0,46	2,68	3,71	3,70	7.141,00	7.123,19	6.954,74	6.886,37
IPCA-15	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
IPCA-E	0,39	0,44	2,52	4,72	4,06	6.813,08	6.786,61	6.645,93	6.547,15
FGV									
IGP-DI	0,50	0,87	1,11	-3,30	2,88	1.117,79	1.112,26	1.105,54	1.086,47
Núcleo do IPC-DI	0,34	0,31	1,98	3,48	3,65	-	-	-	-
IPA-DI	0,55	0,97	0,49	-5,92	2,51	1.300,66	1.293,59	1.294,35	1.268,86
IPA-Agro	1,52	0,38	1,44	-11,34	2,39	1.811,00	1.783,95	1.785,32	1.768,81
IPA-Ind.	0,19	1,19	0,14	-3,77	2,55	1.096,06	1.093,97	1.094,53	1.068,79
IPC-DI	0,22	0,53	2,46	3,55	3,63	751,69	750,05	733,67	725,34
INCC-DI	0,71	0,86	2,80	3,49	4,02	1.118,83	1.110,89	1.088,31	1.075,54
IGP-M	0,81	0,89	1,10	-3,18	2,45	1.136,41	1.127,23	1.124,07	1.109,23
IPA-M	0,89	1,06	0,47	-5,60	1,94	1.340,52	1.328,63	1.334,20	1.315,07
IPC-M	0,46	0,44	2,65	3,40	3,70	735,41	732,02	716,46	709,20
INCC-M	0,93	0,59	2,63	3,32	3,77	1.114,75	1.104,46	1.086,15	1.074,29
IGP-10	0,83	1,08	1,18	-3,56	1,79	1.156,82	1.147,26	1.143,35	1.136,43
IPA-10	0,88	1,34	0,57	-6,02	1,07	1.374,57	1.362,56	1.366,78	1.360,08
IPC-10	0,54	0,39	2,73	3,43	3,65	740,54	736,54	720,87	714,44
INCC-10	1,06	0,53	2,71	3,04	3,65	1.099,18	1.087,61	1.070,21	1.060,50
FIPE									
IPC	0,26	0,09	1,87	3,15	2,97	687,92	686,12	675,27	668,11

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia jul/24 0,15% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jul/24 0,12%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024			
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			
Pagamento com atraso				

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.897,1**	**62,16**	**6.787,2**	**61,50**	**5.935,7**	**56,66**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-19,7	-0,18	-27,2	-0,25	11,8	0,11
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-819,0	-7,38	-783,2	-7,10	-750,1	-7,16
Dívida fiscal líquida	**7.735,9**	**69,72**	**7.597,6**	**68,84**	**6.674,0**	**63,71**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.604,4	68,53	7.474,6	67,73	6.667,2	63,64
Dívida externa líquida	-707,3	-6,37	-687,4	-6,23	-731,4	-6,98
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.923,8	53,39	5.826,0	52,79	5.006,3	47,79
Governos Estaduais	859,1	7,74	851,8	7,72	827,5	7,90
Governos Municipais	61,5	0,55	59,1	0,54	40,2	0,38
Empresas Estatais	52,7	0,48	50,2	0,46	61,7	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/24**		**abr/24**		**mai/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.061,9**	**9,57**	**1.042,8**	**9,45**	**656,5**	**6,27**
Governo Federal**	871,2	7,85	843,3	7,64	471,1	4,50
Banco Central	107,3	0,97	110,7	1,00	110,2	1,05
Governo regional	73,5	0,66	80,6	0,73	68,5	0,65
Total primário	**280,2**	**2,53**	**266,5**	**2,41**	**-39,0**	**-0,37**
Governo Federal	-47,6	-0,43	-39,0	-0,35	-268,4	-2,56
Banco Central	0,5	0,00	0,7	0,01	0,5	0,00
Governo regional	-23,6	-0,21	-17,8	-0,16	-21,5	-0,21

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de maio*

Discriminação	Janeiro-maio		Var.	maio		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**675,9**	**833,3**	**-18,89**	**229,1**	**212,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	446,9	540,1	-17,25	151,2	136,7	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	152,5	191,1	-20,20	50,7	47,7	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,6	102,2	-25,08	27,2	28,2	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**134,5**	**160,0**	**-15,92**	**36,5**	**35,2**	**3,87**
Receita líquida total	**541,4**	**673,3**	**-19,59**	**192,5**	**177,3**	**8,56**
Despesa Total	**521,0**	**623,4**	**-16,42**	**181,0**	**161,1**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	215,2	273,8	-21,38	81,1	69,3	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,6	113,2	-21,71	28,8	27,3	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	103,2	92,1	12,04	28,0	24,6	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	114,0	144,3	-21,02	43,2	39,8	8,41
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,4**	**50,0**	**-59,18**	**11,5**	**16,3**	**-29,44**

Discriminação	mai/24		abr/24		mai/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-51,94	-0,1	-15,50	0,1	-162,62
Discrepância estatística	0,3	-	-2,5	756,31	1,8	20,90
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-60,8**	**-**	**8,8**	**-**	**-44,9**	**-**
Juros Noniminais	**-66,5**	**-3,99**	**-69,3**	**24,42**	**-62,1**	**55,94**
Result. Nominal do Gov. Central	**-127,3**	**110,45**	**-60,5**	**5,01**	**-107,0**	**381,30**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Governo Falas são bem-vistas pela população, mas podem resultar em mais inflação e desemprego

Crítica de Lula ao BC afeta ‘economia real’

Anaïs Fernandes
De São Paulo

As rotineiras críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Banco Central e aos juros altos, que parecem encontrar eco na população segundo pesquisas recentes, tendem a pressionar as condições financeiras, afetando, por exemplo, o câmbio. As consequências, por sua vez, são sentidas pela população em um acesso mais restritivo a crédito, uma inflação mais alta — que pode até demandar juros ainda mais elevados por parte do BC — e, no fim, uma atividade mais fraca, com ambiente de negócios menos favorável e desemprego maior.

Pesquisa da Quaest encomendada pela Genial Investimentos e divulgada na semana passada mostrou que, para 66% dos entrevistados, Lula está certo ao criticar a política de juros do BC. Lula também andou dando declarações vacilantes sobre a perspectiva de corte de gastos públicos.

A maioria dos economistas atribui a depreciação exacerbada do real ante o dólar a essas declarações. A gestora Kapitalo, por exemplo, diz em sua carta mensal que “seguidas declarações do Presidente da República geraram percepção de que o governo não está caminhando na direção de um ajuste fiscal”, ao mesmo tempo em que as contas externas também apresentaram deterioração. “Com isso, a taxa de câmbio acentuou a tendência de desvalorização na qual estava desde o início do ano.”

Para 53% dos entrevistados da Quaest, no entanto, as declarações de Lula não contribuíram para a alta recente do dólar.

Matéria do **Valor** mostrou, porém, que, no dia 26 de junho, por exemplo, o dólar abriu em R$ 5,4679 às 9h, estava em R$ 5,4799 às 9h20, quando Lula começou a dar uma entrevista ao portal Uol, e às 10h30, quando a entrevista terminou, bateu R$ 5,5186. Na entrevista, Lula disse que o problema do país “é saber se precisa efetivamente cortar ou se precisa aumentar a arrecadação”, levantando dúvidas no mercado sobre o compromisso do governo com o equilíbrio fiscal.

Além do câmbio, naquele dia, no mercado de juros, as taxas de longo prazo — mais relevantes na hora de calcular os custos de empréstimos, por exemplo — voltaram a ser pressionadas: a do DI para janeiro de 2029, por exemplo, passou de 11,915% para 12,055%. O estresse se tornou tamanho que, segundo os preços extraídos pela curva de juros, o mercado embute uma alta da Selic ainda neste ano, o que não está no cenário, por ora, da maioria dos analistas.

ROGERIO VIEIRA/VALOR — 4/7/2023

Daniel Xavier: "O dólar está para cima, mas, no bolso das pessoas, tem transferências, desemprego baixo, inflação controlada"

“Todo mundo acompanha o câmbio. É um farol para a população. Mas, para olhar o efeito disso tudo na economia real, precisamos observar as condições financeiras”, diz Daniel Xavier, economista-chefe do banco ABC Brasil.

Condições financeiras dizem respeito a uma série de variáveis que, no fundo, refletem a facilidade de acesso a crédito, o apetite de empresas para investir e a disposição de consumo. São medidas de preços (commodities, petróleo e câmbio) e de mercado (índices de bolsas nacionais e internacionais, medidas de risco-país e taxas de juros aqui e no exterior).

> "Os bancos vão segurando as concessões mesmo que tenha demanda"
> *Flávio Serrano*

“As condições financeiras continuam no terreno restritivo, mas menos do que no fim do ano passado, porque, com o ciclo de cortes, a Selic arrefeceu. Esses ruídos de curto prazo, no entanto, afetam câmbio e bolsa e implicaram levar as condições financeiras para uma área mais restritiva”, diz Xavier.

A piora nas condições financeiras pode ser sentida mais rapidamente no crédito, segundo Flávio Serrano, economista-chede do banco Bmg. “Os bancos vão segurando as concessões mesmo que tenha demanda”, afirma.

Além disso, mesmo que haja um ciclo de corte da Selic — o que já não é mais o caso —, as taxas de juros dos empréstimos podem até mesmo subir com piores condições de mercado, aponta Serrano. “O custo do financiamento fica mais caro e, naturalmente, há uma redução do crédito também pelo lado da demanda”, afirma.

Outro meio de transmissão das condições financeiras à “economia real”, segundo Serrano, é pelo canal das expectativas. Se expectativas dos agentes econômicos pioram, eles começam a tomar decisões mais conservadores. Daí a piora, por exemplo, no câmbio que, à frente, pode impactar também a inflação.

Esse repasse não é imediato. No caso de bens comercializáveis, por exemplo, pode levar de quatro a seis meses, segundo Serrano. Mas os efeitos podem se estender por quase um ano, diz. “Depende também de o dólar se estabilizar em patamar mais alto; os movimentos, às vezes, são temporários.”

Nas simulações da ACE Capital, com uma taxa de câmbio de R$ 5,70 por dólar e considerando deterioração adicional das expectativas de inflação, os modelos do BC já indicariam, por exemplo, que deixar a Selic estável em 10,5% ao longo de 2025 não seria suficiente para trazer a inflação para o centro da meta, de 3%.

Economistas notam que, após bater R$ 5,70 por dólar, o câmbio tem tido dificuldade de retornar ao patamar anterior a essa esticada. “Se ficar em R$ 5,40, daqui uns três, quatros meses, vamos começar a sentir no preço”, diz Serrano.

Por enquanto, porém, o que a população pode estar sentindo mais é a inflação comportada e a taxa de desemprego em mínimas históricas. A combinação dessas duas taxas forma o que os economistas chamam de “índice de miséria”. Segundo Sergio Vale, economista-chefe da MB Associado, esse índice estava ao redor de 11 pontos em maio — no ano passado, era quase um ponto maior (11,9). O “índice de miséria” atual também é menor que o de 2010 (13,4), quando Lula encerrou seu segundo mandato com mais de 80% de aprovação, segundo o Datafolha.

Na pesquisa da Quaest, a aprovação de Lula aumentou de 50% em maio para 54% agora. A economia ainda é o principal problema do país para 21% dos entrevistados, mas um ano atrás esse número era de 31%. Entre os que ganhavam até dois salários mínimos, 37% disseram que a economia melhorou nos últimos 12 meses, enquanto no conjunto da população 36% indicaram que piorou.

“Tem outras variáveis que influenciam a atividade, como o reajuste do salário mínimo, que afeta massa salarial. Isso não está no índice de condições financeiras, mas está no dia a dia da população”, diz Xavier. “O dólar está para cima, mas, no bolso das pessoas, tem transferência do governo, desemprego baixo, sensação de inflação corrente controlada. O que importa para a população é renda real.”

Sem uma melhora nos preços dos ativos domésticos, no entanto, as condições de crédito serão piores nos próximos meses e haverá “rápida deterioração dos dados econômicos correntes”, alerta Alexandre Manoel, economista-chefe da AZ Quest, na carta mensal.

“O governo Lula 3 tem tido bom desempenho em termos de atividade econômica, desemprego e inflação, apresentando números melhores do que inicialmente previstos pelo mercado. Todavia, não tem conduzido de maneira eficiente as expectativas, de forma a gerar clareza ou previsibilidade de como se comportará até dezembro de 2026”, afirma.

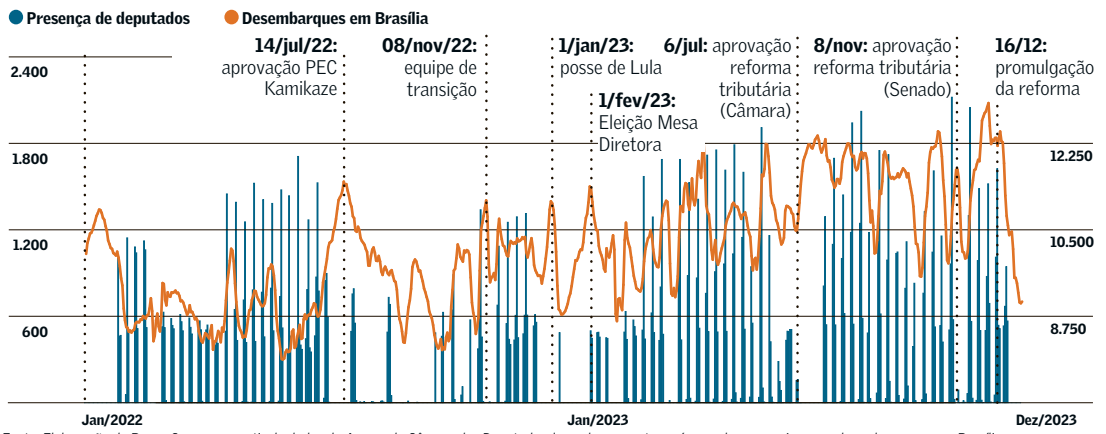
INÊS 249

Mercadores de influência desembarcam em Brasília

Bruno Carazza

A primeira vez que o termo "lobbyist" apareceu no arquivo do "New York Times" foi em 6 de fevereiro de 1857, num texto de opinião contrário à aprovação do Pacific Railroad Bill, um projeto que autorizava o governo americano a doar terras públicas e a financiar a construção das estradas de ferro que cruzariam o país, do Atlântico ao Pacífico.

A matéria denunciava as intensas negociatas ocorridas no âmbito do Comitê de Terras Públicas, que estava prestes a autorizar a concessão de extensas faixas de terras em Minnesota e Iowa para a instalação dos trilhos e o desenvolvimento urbano nesses territórios ainda inóspitos. O autor designado como "S." expõe o fenômeno de objetivos privados colocados acima do interesse público. No Brasil, pesquisando no acervo da Biblioteca Nacional e de "Estadão", "Folha" e "O Globo", a referência mais antiga que encontrei a "lobista" foi em coluna de Nahum Sirotsky (1925-2015), então correspondente do "Jornal do Brasil" em Nova York, em 8 de dezembro de 1963.

Intitulado "Os mercadores de influência", o texto apresentava ao público brasileiro os profissionais especializados que atuavam junto ao governo e ao Congresso americanos em favor de associações empresariais e grandes companhias.

Como destacava Sirotsky, "onde há poder há pressões, tentando orientá-lo para esse ou aquele caminho". O que distinguia essa prática nos EUA era que a atividade era regulamentada pelo governo, que exigia desses profissionais registro em órgão público, transparência a respeito de quem contratava seus serviços e declaração, para a Receita Federal, das receitas e despesas incorridas no seu trabalho.

Numa didática descrição, ele explicava que os lobistas promoviam os interesses de seus clientes por meio da preparação de documentos e a apresentação de dados para demonstrar, perante as autoridades, as vantagens da aprovação de seus pleitos.

Além dessa atuação legítima, Sirotsky também demonstrava que eram comuns técnicas um pouco mais convincentes: "O político americano é tão sujeito às tentações terrenas quanto qualquer outro. O lobby o cerca de todas as formas, com festas, apresentando belas jovens, com contribuições para caixinha de candidato, com presentes".

Mais de seis décadas depois da coluna de Nahum Sirotsky descrevendo a atuação dos lobistas americanos, o lobby (ou relações institucionais e governamentais, como preferem os profissionais da área atualmente) ainda não é regulamentado no Brasil. Isso não significa, porém, que não haja trabalho na área.

As últimas semanas foram frenéticas em Brasília, com muita gente desembarcando na capital a fim de obter alguma vantagem na reta final de votação, na Câmara, da regulamentação da reforma tributária.

Foram 805 emendas apresentadas pelos deputados, defendendo os mais diferentes setores. Ao final, prevaleceram os lobbies de pecuaristas, frigoríficos, mineradoras, multinacionais de bebidas, fabricantes de armas, montadoras de veículos e até planos de saúdes de pets.

Na falta de regulação da profissão de lobista, fica difícil para a sociedade mapear sua atuação nos corredores de Brasília. Resta a tentativa de rastrear sua atividade por medidas aproximadas. Tomando como base os microdados de voos divulgados pela Anac e os relatórios de presença na Câmara, realizei um exercício de comparação entre os desembarques de passageiros no aeroporto JK e a atividade parlamentar. Brasília hoje é um importante centro regional, com uma população de alta renda que atrai negócios que vão muito além do mundo da política. Mas o que se decide na Praça dos Três Poderes, na Esplanada dos Ministérios e nos seus tribunais continua levando hordas de interessados ao Planalto Central.

Como se vê no gráfico, em linhas gerais momentos de baixa atividade parlamentar tendem a diminuir o afluxo de passageiros. Já em momentos de votações relevantes ou de eventos como a posse presidencial ou a eleição das Mesas Diretoras, a lotação nas aeronaves dispara.

Em tempos de reforma tributária, o mercado de influência fica efervescente.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios" (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

O poder atrai

Atividade parlamentar e desembarques no aeroporto de Brasília

● Presença de deputados ● Desembarques em Brasília

14/jul/22: aprovação PEC Kamikaze
08/nov/22: equipe de transição
1/jan/23: posse de Lula
1/fev/23: Eleição Mesa Diretora
6/jul: aprovação reforma tributária (Câmara)
8/nov: aprovação reforma tributária (Senado)
16/12: promulgação da reforma

2.400 | 1.800 | 1.200 | 600
12.250 | 10.500 | 8.750
Jan/2022 | Jan/2023 | Dez/2023

Fonte: Elaboração de Bruno Carazza a partir de dados da Anac e da Câmara dos Deputados, levando em conta o número de passageiros que desembarcaram em Brasília (exceto conexões, média de sete dias) e presença registrada de deputados federais em eventos na Câmara.

Governo Presidente do Senado prevê negociações mais difíceis com Alcolumbre na presidência

Pacheco sugere volta de 'ministros-senadores'

Fabio Murakawa e Julia Lindner
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), vem sugerindo a pessoas próximas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o aconselhem a aproveitar a próxima reforma ministerial para "devolver" ao Parlamento nomes de peso que atualmente ocupam cargos na Esplanada dos Ministérios. Esses alertas ocorrem diante da expectativa da troca de comando na Casa, no próximo ano, em que Davi Alcolumbre (União-AP) desponta como favorito para suceder o político mineiro.

Aos interlocutores de Lula, Pacheco descreveu como "precária" a situação política do governo no Senado e alertou para o fato de que as eventuais negociações com Alcolumbre tendem a ser mais duras do que com ele.

Os ministros Carlos Fávaro (Agricultura), Renan Filho (Transportes), Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Camilo Santana (Educação) estão licenciados do Senado desde o início da gestão Lula para assumir espaços na Esplanada. Também eleito senador, o ex-titular da Justiça Flávio Dino assumiu neste ano uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF) e está, portanto, fora dessa contabilidade.

A avaliação de Pacheco, segundo o **Valor** apurou, é que a maior parte deles possui experiência inclusive à frente da gestão estadual e, por isso, poderão contribuir para melhorar a articulação política.

A "convocação" dos "ministros-senadores", se ocorrer, será feita principalmente a partir das avaliações necessárias para garantir vitórias no comando da Câmara do Senado e deixar a base aliada mais sólida, de acordo com fontes do governo. Alguns desses ministros ouvidos sob reserva pela reportagem reconhecem a possibilidade de eventualmente voltarem ao Senado no ano que vem.

Um deles afirmou que três coisas serão importantes para essa definição: primeiro, a construção da base aliada para o segundo biênio; em segundo, as eleições das Mesas Diretoras; em terceiro, o resultado das disputas municipais.

Aliados de Lula no Senado, por sua vez, dizem que há um sentimento de que, depois do pleito deste ano, o presidente vai "mexer no time". As trocas, no entanto, não ocorreriam necessariamente logo depois e podem ficar para o início de 2025.

Aliados de Pacheco têm sinalizado há meses ao governo ter preocupação com a articulação da base do governo na Casa. A avaliação é que Pacheco não tem condições de segurar "sozinho" o avanço de determinadas pautas, considerando o nível atual de organização dos oposicionistas. O mesmo vale para o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que muitas vezes precisa ceder à oposição para ver a agenda econômica avançar.

O alerta se intensifica com a possibilidade de haver um aumento dos parlamentares de direita após a eleição de 2026. Para isso, o pleito de 2024 deve ser importante para dar sinalizações já a partir do próximo ano. Isso deve intensificar a pressão especialmente em relação ao sucessor de Pacheco.

Além disso, nem todos os suplentes dos ministros na Casa são alinhados ao Planalto. É o caso da substituta de Fávaro, a senadora Margareth Buzetti (PP-MT), que faz parte da oposição.

A falta dos "nomes de peso" também influencia nas vice-lideranças do Senado. Como mostrou o **Valor**, muitos dos nomes escolhidos têm contrariado interesses do governo. Eles também não têm auxiliado Jaques Wagner em comissões setoriais, como é de praxe.

> Para aliados, presidente deve 'mexer no time' no início do próximo ano

Alguns senadores governistas veem Alcolumbre com desconfiança — uma ala do PSD, inclusive, atua para apresentar um outro candidato na disputa. Além disso, ele tem feito acenos aos oposicionistas e já recebeu sinalização favorável do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. No Planalto, o senador é visto como alguém imprevisível e com forte influência sobre as emendas parlamentares, o que deve aumentar ainda mais quando ele retornar ao comando da Casa.

Em 2021, na gestão Jair Bolsonaro, Alcolumbre segurou por quase quatro meses a sabatina de André Mendonça na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), já presidida por ele à época. Indicado pelo então presidente em 3 de agosto para o STF, o ministro "terrivelmente evangélico" só foi sabatinado pelos senadores em 29 de novembro.

A trava ocorreu em meio à insatisfação de Alcolumbre com a perda de controle sobre as emendas parlamentares, nos tempos do chamado "orçamento secreto".

As emendas também têm sido foco de disputa entre o governo Lula e o senador, embora sem um choque tão frontal quanto o que ocorreu na gestão passada.

Em março, o **Valor** revelou que, em alguns casos, Alcolumbre contempla opositores com as verbas liberadas pelo Planalto, sem expor ao governo quem são os beneficiários. A situação respingou no ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, como admitiu o próprio Wagner à época.

"Isso [divisão de emendas ser feita por Alcolumbre] não é nenhuma novidade. Eles viveram aqui por muito tempo assim. Parte das zangas com Padilha é isso", declarou o senador baiano. Procurado, Alcolumbre não se manifestou até o fechamento desta edição.

Valor altera grade de colunistas de Política

De São Paulo

A partir desta terça-feira (16), o **Valor** aumenta a frequência de publicação da coluna de Política de Maria Cristina Fernandes para duas vezes por semana (terças e quintas-feiras) na edição impressa. Colunista desde a fundação do jornal, no ano 2000, Maria Cristina é nome de referência no jornalismo político brasileiro. Repórter especial em São Paulo, ela publica com frequência quase diária no site do **Valor** e é comentarista da rádio CBN e do programa "Em Pauta", da GloboNews, nas noites de quinta-feira.

Direto de Brasília, a repórter Andréa Jubé continuará a trazer bastidores e informações exclusivas do poder, em coluna semanal que agora será publicada nas edições das sextas-feiras.

Completam o time de colunistas Bruno Carazza, que acaba de lançar o primeiro volume de sua trilogia "O país dos privilégios", pela Companhia das Letras, e Fernando Exman, chefe da redação do **Valor** em Brasília. Carazza escreve às segundas-feiras e mantém um blog no site do **Valor**.

Exman analisa as disputas pelo poder em Brasília e mostra ao leitor o que está por trás da cena política da capital do país em seus textos nas edições das quartas-feiras.

O espaço das sextas-feiras era antes ocupado pelo repórter especial César Felício, que assumiu este ano a coluna digital "Pergunte aos Dados", especializada em traçar cenários políticos, econômicos e eleitorais, realizando análises ancoradas em informações de bancos de dados. "Pergunte aos Dados", parte essencial do projeto digital do jornal, terá alta frequência de publicação também na edição impressa.

Entrevista Para relator na Câmara, governo e oposição podem dividir a responsabilidade pela inclusão da carne na cesta básica desonerada

Trava para alíquota pode ser ajustada no Senado, diz Lopes

Marcelo Ribeiro, Jéssica Sant'Ana e Julia Lindner
De Brasília

Incluída na reta final das negociações do texto principal da regulamentação da reforma tributária do consumo, a trava que impõe revisões caso a alíquota do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ultrapasse a barreira de 26,5% pode ser aperfeiçoada durante a tramitação no Senado. Essa é a avaliação do relator do projeto na Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG).

Em entrevista ao **Valor**, ele demonstrou confiança de que a matéria avançará no Senado e poderá ser reanalisada pela Câmara até o fim do ano, a tempo de ser sancionada ainda em 2024.

Conforme revelou o **Valor**, as mudanças aprovadas pela Câmara devem ter um impacto líquido de 0,62 ponto percentual na alíquota de referência, segundo cálculos preliminares do grupo de trabalho (GT) dedicado ao tema. Com isso, a alíquota média subiria para 27,12%. Porém, Lopes acredita que o valor final vai "surpreender" e ficar em 25%.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Há muita desconfiança sobre a trava da alíquota em 26,5%. Quais são as garantias de que essa trava vai ser efetiva?*

Reginaldo Lopes: A opção de fazer a trava no projeto de lei complementar é que não pode ocorrer a retirada dessa trava por medida provisória. Agora, nós podemos também debater com o senador Eduardo Braga [relator no Senado], junto com o Ministério da Fazenda, e aperfeiçoar a trava. Não há dificuldade alguma. A opção do legislador foi a seguinte: o Brasil não terá o imposto sobre consumo acima de 26,5%. Ao superar essa marca, o governo está obrigado a enviar cortes, que ocorrerão nos regimes específicos ou nos diferenciados [com alíquota reduzida].

Valor: *A equipe econômica do governo tem buscado um diálogo com os senadores para tentar hierarquizar essas medidas. O que acha?*

Lopes: Nós buscamos apresentar um relatório muito técnico, no preceito da Emenda 132 [da reforma tributária] e também do direito internacional comparado, já que o nosso imposto [do tipo Valor Agregado, IVA] estará conectado com 95% das nações. Também tinha um desejo de todos os líderes, também do presidente Arthur Lira e do presidente Lula, de incluir a picanha, as carnes [na cesta básica com alíquota zero], mas com a certeza de que a alíquota [padrão] não seria superior a 26,5%. Eu mesmo cheguei a perceber que você tinha um espaço ali de 1,2 ponto percentual de alíquota, porque eu acredito que o nosso relatório combateu mais inadimplência, fraude e sonegação através da melhoria do meio de pagamento ["split payment"]. Eu aposto em uma alíquota de 25%, mesmo com as mudanças. Porém, nós optamos no dia anterior [à votação], preventivamente, percebendo um clamor para as proteínas, nós preparamos esse texto [com a trava]. É lógico que esse texto pode ser aperfeiçoado. No dia seguinte [à aprovação], num diálogo com o ministro Fernando Haddad, a gente até começou a falar um pouco sobre isso. O texto tramita nas duas Casas Legislativas justamente para fazer alguns aperfeiçoamentos. Se voltar para a Câmara, nós vamos também debater esses aperfeiçoamentos.

Valor: *Acredita que o governo terá de enviar o projeto em 2031 para trazer a alíquota a 26,5%?*

Lopes: Não haverá necessidade [do envio do projeto]. A PEC permitiu, a cada cinco anos, revisitar todos os impactos dos regimes específicos, diferenciados e favorecidos. Em 2031, aí sim, é revisitar produtos e serviços, como dispositivo médico, medicamento, cesta básica ou alíquota de setores que estavam no regime específico, mas regulamos com alíquota superior. No setor imobiliário, nós que definimos as alíquotas, assim como Imposto Seletivo, inclusive por lei ordinária. Tem todas as condições [para garantir a alíquota em até 26,5%].

Valor: *Quando chegar lá na frente e fizer esse levantamento, o governo vai ter que enviar esse projeto com o que tem que sair. O Legislativo vai ser obrigado a aprovar?*

Lopes: O Congresso será obrigado. Todo mundo tem que cumprir a lei. A lei é regulatória. Mas o Congresso pode alterar.

Valor: *Isso era uma crítica dos especialistas, porque a regulamentação traz a obrigação do envio, não da aprovação pelo Congresso...*

Lopes: É, mas podemos corrigir a obrigatoriedade.

Valor: *O senhor disse que conversou com o ministro Fernando Haddad após a aprovação do texto. Ele concordou com a trava?*

Lopes: Ele concordou, falou que foi uma ótima iniciativa.

Valor: *A trava não tira a discricionariedade de um governo futuro aumentar a carga tributária?*

Lopes: Esse debate pode acontecer, ele [um governo futuro] pode querer alterar essa trava e o Parlamento terá que autorizar. Por que nós estamos discutindo se a picanha entra ou não entra? Porque hoje a sociedade sabe que para isentar tem custo, porque é um imposto por fora [e não por dentro, como o ICMS]. Essa é a magia da reforma. Porque hoje os governantes alteram imposto e a sociedade nem consegue perceber o que está aumentando. Depois da reforma implementada, suponha que o prefeito queira aumentar o imposto, de quatro em quatro anos tem eleições. Isso aumenta a cidadania.

> "A opção do legislador foi a seguinte: o Brasil não terá o imposto sobre consumo acima de 26,5%"

Valor: *Como o GT atuará para evitar que o Senado esvazie a matéria aprovada pela Câmara?*

Lopes: O Senado tem toda autonomia. Se formos convidados, estaremos sempre à disposição. Pedirei uma reunião com o Braga para colocar todo o GT à disposição. Mas o Senado sempre traz boas contribuições, como foi com a PEC.

Valor: *O relator no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), já sinalizou que deve fazer mudança sobre a Zona Franca de Manaus, que ele considera não ter sido atendida.*

Lopes: O que ocorreu ali é que, no final, tinha duas interpretações sobre esses benefícios. A Fazenda tinha uma interpretação e os parlamentares da ZFM tinham outra interpretação. E o que eu propus ali, como economista e relator? Fiz um acordo político com eles. Eles toparam. A minha surpresa é que eles não votaram, mas concordaram. Nós mantivemos o que foi previsto, mas não ampliamos os benefícios. Agora, o Braga fará ajustes. E a gente vai verificar os números. Se ele estiver correto, eu apoio.

Valor: *O senhor já deu a projeção de alíquota de 25%, mas membros do GT apontam uma majoração de 0,62 ponto percentual com as mudanças aprovadas.*

Lopes: A majoração a partir de todas as mudanças que nós fizemos é próximo disso. Achamos que houve um ganho no "split payment", de combate à erosão fiscal. Acredito que teve um ganho de 0,3 ponto percentual com o Imposto Seletivo. Se considerar que o cálculo correto é o mínimo e não a média, reduz, não dá nem 26,5%. Se considerar que está na média, aí aumenta. Eu acho que o mínimo [da Fazenda] pode estar superestimado, porque você pode considerar que o "gap" de conformidade não conseguiu observar toda a erosão, inadimplência, fraude e sonegação. Também tem que analisar a formalização da economia com o "cashback".

Valor: *O presidente Lula defendia a inclusão das proteínas na cesta desonerada, mas isso só foi incluído a partir de uma emenda da oposição. Do ponto de vista político, acha que houve um erro de cálculo?*

Lopes: Não, não foi. Mostrou a responsabilidade de apresentar uma reforma que buscasse dar a certeza à sociedade que, ao entrar as proteínas, o mais pobre não seria prejudicado. Por isso surge a trava. Todo mundo sabe que a trava estava sendo feita para colocar as proteínas. A gente fez um acordo político. Mas nós temos responsabilidade. Nós não queremos aumento para toda a sociedade. Como é que nós tomamos aquela decisão? Foi o amadurecimento da política, do processo. Houve uma convergência com todos os líderes, com o próprio Lira, e aí eu anunciei. A votação foi mera formalidade.

Valor: *Mas isso não acaba jogando no colo da oposição essa vitória?*

Lopes: Para a oposição também ter parte dessa vitória, foi necessário que nós, que somos governo, tivéssemos responsabilidade com o país e buscássemos organizar a garantia para a sociedade brasileira de que a inclusão da proteína não fosse prejudicar toda a sociedade e os setores econômicos. O mais pobre, que hoje paga mais imposto, não sabe o que está pagando. Esse debate pode fazer parte dos próximos candidatos a presidente da República. Assumir compromissos que vai deslocar o imposto de consumo, que é mais regressivo, ou buscar a progressividade ao imposto sobre consumo com mais "cashback". Ou pode até dizer "vou tirar do consumo e vou transferir para renda e patrimônio". Isso é cidadania fiscal que provoca uma nova cultura política e também mais eficiência.

Valor: *Braga também sinalizou que poderia incluir armas no Imposto Seletivo. Considera difícil manter isso na Câmara?*

Lopes: Vai ser derrotado. Eu não acolhi porque também era minoria a minha posição no GT. O governo também acertou em não mandar. Nós perdemos essa emenda. Eu não incluí porque o meu resultado seria 115 votos. Acho que deveria ter Imposto Seletivo [sobre armas], mas faz parte do debate perder.

Valor: *O senhor teme que a regulamentação da reforma fique para o ano que vem?*

Lopes: Eu acredito nos senadores, na liderança de Braga e [do presidente do Senado, Rodrigo] Pacheco. A reforma é suprapartidária e um marco. É a grande entrega de Lira e Pacheco. Eles merecem, junto com o Lula, sancionar essa reforma em 2024.

GABRIELA BILÓ/FOLHAPRESS — 14/11/2022

Reginaldo Lopes: "É um processo. O texto tramita nas duas Casas justamente para fazer alguns aperfeiçoamentos"

BRENDAN MCDERMID/REUTERS/13-7-2024

Com sangue no rosto após ser atingido por um tiro na orelha direita, o ex-presidente Donald Trump, atual candidato do Partido Republicano à Presidência dos EUA, é cercado por agentes do Serviço Secreto em Butler, na Pensilvânia

EUA Aumentam a tensão no país e o temor de que ocorram novos episódios de violência política

Atentado contra Trump marcará o tom da convenção republicana que começa hoje

Eduardo Graça
De Milwaukee (EUA)

Aconteceu na tarde de ontem e foi o segundo momento histórico da Convenção Nacional Republicana. A melhor visão dos aparelhos de televisão dos saguões dos hotéis em que já se hospedam os 2.429 delegados do partido foi disputada como em tempos pré-redes sociais. Todos queriam confirmar que era mesmo o empresário de 78 anos quem descia do avião no aeroporto da maior cidade do decisivo Estado de Wisconsin, no Meio -Oeste dos Estados Unidos. E repetir, a partir da observacão de seus movimentos e gestos, mesmo que de longe, que Donald John Trump está, sim, bem. Em Milwaukee, pela terceira vez consecutiva, o maior e mais controverso líder popular da direita no Ocidente será ungido, nos próximos quatro dias, candidato à Presidência dos Estados Unidos.

O tom do evento, a ser revelado nos discursos das estrelas do partido, especialmente no do ex-presidente, na quinta-feira, será, apontam especialistas, fundamental para definir o rumo da disputa com o presidente Joe Biden pela Casa Branca até 5 de novembro. E o próprio futuro da democracia americana, em meio ao temor do aumento da violência política.

A chegada de Trump a Milwaukee, que deve reunir pelo menos 50 mil pessoas, entre delegados, militantes, grupos de interesse, imprensa e observadores internacionais, só não inaugurou com antecedência de algumas horas a convenção republicana porque ela começou, de fato, na tarde de sábado, com a tentativa de assassinato de sua razão de ser. Os tiros disparados por Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, no comício na cidade de Butler, na zona rural da Pensilvânia, depois abatido pelo Serviço Secreto, tiraram a vida do também cidadão americano Corey Comperatore, de 50 anos, e deixaram outros dois feridos.

A imagem de Trump, sangue no rosto, punho erguido, já é uma das peças iconográficas mais importantes da história americana. E será passada em sequência, por decisão do comando da convenção, nas áreas principais do evento. Mas também é importante ter ouvidos abertos para o que ele gritou no momento dramático: "Lutem!".

"Naquele momento, os delegados se encararam. Pensamos no contraste de estarmos aqui, na maior animação, cada vez mais certos da vitória em novembro, enquanto a tragédia acontecia do outro lado do país. Mas a mensagem dessa convenção ficou óbvia: a de que o movimento que criamos não será detido pela violência política. O incidente só nos deixou mais determinados em vencer", disse Evan Power, presidente do Partido Republicano da Flórida.

> "O incidente só nos deixou mais determinados em vencer"
> *Evan Power*

Onde ocorreu o atentado contra Trump?
E onde estava o atirador

100 km
50 m
Área do Butler Farm Show
Onde estava o atirador
Concession Road
Palco onde Trump foi baleado
Main Street
Lago do Butler Farm Show
Nova York
Pensilvânia
Butler

Fonte: FT

Boa parte das ruas do centro da cidade está cercada por barricadas, e grupos de policiais de diversos Estados do país circulam o local de helicóptero, carro, bicicleta e barco, no Rio Milwaukee e no Lago Michigan. O Serviço Secreto revisou a segurança da convenção, e mais de um delegado afirmou ontem ter a certeza de que, "pelos piores motivos", estão no "lugar mais seguro do país". A cidade e o governo estadual são comandados por políticos do Partido Democrata e virou, afirmam fontes locais, questão de honra a segurança de Trump e dos militantes conservadores. A coordenadora das equipes do Serviço Secreto na convenção garantiu ontem que "não há ameaças concretas" no radar. E o presidente Joe Biden passou a manhã reunido com sua cúpula de Segurança na Casa Branca.

O "Lutem" de Trump foi traduzido de forma diversa por nomes coroados do partido. Dois dos mais lembrados candidatos à serem escolhidos seu companheiro de chapa, o senador JD Vance, de Ohio, e seu colega Marco Rubio, da Flórida, reagiram com fúria. O segundo postou nas redes sociais a notícia com um "isso é que dá", culpando os democratas. O primeiro foi mais ousado: escreveu não se tratar de incidente isolado e sugeriu que a campanha de Biden tinha sua "parcela de culpa", pois "sua premissa central é que Trump é um fascista autoritário, que deve ser detido a todo custo" e "sua retórica levou à tentativa de assassinato".

A reação unânime dos governistas ao atentado contra Trump foi de solidariedade e condenação à violência política. O presidente Joe Biden, inclusive, ligou para o antecessor

Do lado republicano, nomes mais moderados, como o deputado Adam Kinzinger, chegaram à convenção dispostos a impedir que o evento ecoe posições mais acirradas. Defendeu que a posição de Vance o exclui da possibilidade de ser vice de Trump. O anúncio deve ser feito nos próximos dias, e o escolhido deve discursar na quarta-feira.

> "O show de Trump dará certo se a campanha maquiar os radicais"
> *David Schultz*

Tanto o congressista quanto o presidente do Partido Republicano na Flórida crêem que os próximos quatro dias precisam funcionar, ao mesmo tempo, como afirmação da força de Trump e de seu movimento conservador, um atestado da união do Partido Republicano em meio ao caos democrata, e um decidido aceno aos independentes, moderados e até eleitores democratas descontes com Biden e mobilizados pelo natural processo de humanização de Trump após o atentado. A declaração da primeira-dama Melania Trump, em geral distante da campanha foi minuciosamente estudado para incluir uma menção ao "sorriso e à inocência" de meu marido.

"Nos próximos quatro dias, a campanha tentará higienizar a extrema direita na convenção, para não escandalizar o eleitor moderado dos subúrbios, desconfiado da acuidade mental do candidato democrata [Joe Biden], mas assustado com o autoritarismo do republicano. O show de Trump dará certo se a campanha conseguir maquiar os radicais sem diminuir a animação dessa militância hardcore que se vê agora ainda mais próxima do comando do país", diz David Schultz, especialista em legislação eleitoral e ética da Universidade Hamline, de Minnesota.

Um espírito de vingança assombra os Estados Unidos

Análise

Edward Luce
Financial Times

Não foi apenas Donald Trump que escapou por pouco. Se a bala que passou de raspão na orelha dele tivesse acertado meia polegada à esquerda, ele teria se tornado mártir. Não se pode prever o que sua morte teria desencadeado.

Tal como está, a reprovável tentativa de assassinato de Trump terá profundas repercussões para a democracia dos EUA. Em segundos, cercado por agentes do serviço secreto, Trump estava gritando "lutar, lutar, lutar" para a multidão. A foto instantaneamente onipresente dele levantando o punho contra o fundo da bandeira americana se tornará emblema de campanha.

Uma sociedade de alta confiança — onde os valores éticos são fortemente compartilhados pela população — aguardaria os fatos do tiroteio antes de tirar conclusões. Por esse critério, os EUA estão perto do abismo. Dois dos republicanos cogitados para ser vice-presidente de Trump culparam os democratas por incitar o ódio contra Trump. O favorito, o senador JD Vance, disse que a retórica da campanha de Biden "levou diretamente à tentativa de assassinato do presidente Trump". O também senador Tim Scott disse que a "retórica inflamatória dos democratas coloca vidas em risco". Elon Musk, dono do X, onde essas declarações foram postadas, foi rápido em embarcar em uma conspiração sobre como o atirador conseguiu chegar tão perto: "Ou extrema incompetência ou foi deliberado".

Muitos à esquerda foram igualmente rápidos em afirmar que o tiroteio foi uma operação encenada ou uma operação de bandeira falsa para aumentar as chances eleitorais de Trump. É notável, no entanto, que nenhum alto funcionário democrata tenha alimentado esses rumores. A identidade do suposto atirador, um homem de 20 anos chamado Thomas Matthew Crooks, ofereceu pouca ajuda. Embora fosse um republicano registrado e entusiasta de armas, fez pequena doação para um grupo pró-democrata. É plausível que, como a maioria dos assassinos dos EUA, Crooks estivesse agindo sozinho e fosse mentalmente perturbado. Isso não impedirá os empreendedores políticos de atribuir o atentado a inimigos ideológicos.

A maior questão é o que Trump fará com isso. Nenhuma contabilidade honesta do clima compurscado dos EUA pode ignorar o fato de que o ex-presidente é o expoente mais influente da violência política no país. Ele descreveu aqueles que invadiram o Congresso com facas e laços em 6 de janeiro de 2021 como "patriotas inacreditáveis". Ele zombou de um ataque a Paul Pelosi, marido da deputada democrata Nancy Pelosi, depois que um de seus próprios apoiadores o agrediu na cabeça com um martelo. E Trump encorajou milícias extremistas a "ficar de prontidão" antes da eleição de 2020.

Em democracias mais calmas, um incidente tão letal quanto a quase morte de um líder partidário com um rifle semiautomático AR-15 levaria a apelos bipartidários por controle de armas. Não há chance de o partido de Trump mudar de ideia sobre esse assunto. O número de AR-15s nos EUA foi estimado em até 44 milhões, o que coloca as comparações com períodos anteriores de violência política nos EUA em perspectiva.

Se Trump ganhará um impulso duradouro de solidariedade, é algo ainda incerto. Mas três conclusões já podem ser tiradas. A primeira é que a Convenção Nacional Republicana em Milwaukee desta semana será dominada por sua quase fatalidade. A campanha de Trump é enormemente habilidosa em coreografar óticas para melhorar sua mensagem. A imagem icônica de Trump levantando o punho vai permear o palco da convenção. Ele deve indicar seu companheiro de chapa nos próximos dois dias — provavelmente nesta segunda-feira (15). O país deve ser cativado pela admiração ou pavor pelo uso que os republicanos farão do quase martírio de Trump. Na primeira convenção presidencial de Trump, em Cleveland, em 2016, as ruas ao redor do salão principal estavam repletas de milícias privadas brandindo armas. Policiar as ruas de Milwaukee esta semana será um desafio incomum, mesmo para os padrões americanos.

Em segundo lugar, Biden provavelmente receberá ao menos uma trégua temporária do debate interno democrata sobre se ele deve renunciar como candidato de seu partido. Embora pareçam ser um período muito mais longo, os 17 dias desde que Biden errou no debate da CNN foram consumidos por uma discussão cada vez mais amarga entre os democratas. As paixões por trás dessa disputa — quem estaria mais bem posicionado para derrotar Trump em novembro — permanecem tão relevantes quanto antes. Mas o foco agora se voltará para Trump. A campanha de Biden disse que estava suspendendo os anúncios anti-Trump no domingo. Será surpreendente se isso durar mais do que alguns dias. Ainda faltam cinco semanas para a convenção democrata em Chicago. Também seria uma surpresa se os apelos para Biden desistir não revivessem.

É muito cedo para especular — como alguns foram rápidos em fazer — que as já boas perspectivas eleitorais de Trump não são agora inevitáveis. Em 1981, Ronald Reagan teve um enorme aumento de popularidade depois de ser baleado por um atirador solitário. Esse aumento evaporou dentro de algumas semanas. Mas é justo dizer que uma eleição já existencial agora está consideravelmente mais conturbada do que antes. A violência já era implícita em grande parte da retórica. Agora é explícita. É sempre tentador apontar que armas e assassinatos políticos são um elemento básico da república dos Estados Unidos. Isso é verdade em comparação com outras democracias. Mas as condições em 2024 são únicas. Uma bala quase matou o homem que promete vingança se for reconduzido à Casa Branca. Um espírito de vingança está assombrando os EUA.

EUA De um lado, as imagens de um rival ensanguentado e desafiador, do outro, um presidente idoso e mentalmente vacilante

Atentado amplia contrastes entre as imagens de Trump e Biden

Vivian Salama, John McCormick, Annie Linskey e Alex Leary
Dow Jones, de Milwaukee

O contraste político nos EUA dificilmente poderia ser mais nítido: as imagens de um Donald Trump desafiador e ensanguentado sobrevivendo a uma tentativa de assassinato, contra os questionamentos sobre a capacidade mental do presidente Joe Biden e sua permanência na corrida presidencial.

Em uma disputa já turbulenta, o caos chocante testemunhado no oeste da Pensilvânia na noite de sábado — e o medo, a raiva e as imagens que ele gerou — certamente vai alterar os contornos de uma campanha em que até mesmo pequenas mudanças de lado dos eleitores poderão ser decisivas.

Com o Partido Republicano se dirigindo para Milwaukee para a Convenção Nacional Republicana que começa hoje, os apoiadores do ex-presidente ficaram mais estridentes do que nunca na condenação dos ataques políticos contra ele, dizendo que ele literalmente levou um tiro pelo povo americano. Os republicanos que se uniram a Trump conforme as acusações criminais se acumulavam, se tornaram ainda mais fervorosos em seu apoio nas horas que se seguiram ao atentado. Os democratas, em sua maioria, mantiveram-se reservados, dizendo pouca coisa sobre a campanha além de condenar o ataque e pedir calma.

As imagens de Trump, de punho erguido no ar tendo a bandeira dos EUA ao fundo e sangue escorrendo em seu rosto, viralizaram nas redes sociais, com os republicanos o caracterizando como defensor da liberdade.

Nikki Haley, a última grande desafiante de Trump nas primárias presidenciais e uma crítica persistente, agora deve discursar na convenção republicana, depois do atentado. Ela não estava incluída no programa original e um representante de Haley disse que ela não havia sido convidada. Ela deverá falar na terça-feira, segundo uma fonte a par de sua agenda.

> "Levará tempo para termos uma noção das consequências"
> *Nathan Gonzales*

"Acho que agora, mais do que nunca, é necessário um apelo à unidade em todos os níveis", disse Ozzie Palomo, um arrecadador republicano que angariava recursos para Haley, mas que agora apoia Trump. "Como ela foi o último adversário de Trump nas primárias, se a mensagem de Haley for clara de que o partido e o país precisam se unir, isso será positivo para Trump e o partido."

Embora a disputa permaneça acirrada no âmbito nacional, Trump, 78, lidera na maioria das pesquisas estaduais importantes, em meio a pedidos para que Biden considere desistir da candidatura, permitindo que outra pessoa lidere a chapa, depois de seu desempenho desastroso no primeiro debate presidencial em 27 de junho.

Biden, 81, enfrenta uma revolta dentro de seu partido desde o debate no fim de junho, com 19 deputados democratas e um senador pedindo publicamente que ele desista de disputar a Presidência em razão de seu desempenho fraco e das dúvidas sobre sua capacidade de enfrentar Trump. Outros vêm fazendo comentários parecidos a portas fechadas.

A grande atenção da mídia, que estava sobre a idade de Biden, agora mudou para o atentado de sábado, e não está claro se o fluxo de deserções democratas de Biden continuará sem essa pressão.

Trump disse ontem que participará da convenção, que começa hoje em Milwaukee. Mas o atentado certamente vai alterar a mensagem e o tom do encontro. A segurança, já em níveis elevados, deverá ser ainda mais reforçada.

O ex-presidente deverá anunciar seu companheiro de chapa à vice-presidência durante a convenção, que culminará na noite de quinta-feira com um discurso de aceitação da nomeação de Trump.

É difícil prever até que ponto os eleitores vão se unir em torno de Trump. Quando o presidente Ronald Reagan sobreviveu a uma tentativa de assassinato em março de 1981, seu índice de aprovação no cargo subiu modestamente nas pesquisas. Mas poucos meses depois, ela estava praticamente de volta ao mesmo ponto em que se encontrava antes do incidente.

O estrategista republicano Frank Lutz, sugeriu nas redes sociais que o atentado deve estimular o comparecimento às urnas dos eleitores de direita. "No fim, os eleitores vão retornar ao seu candidato preferido. As pessoas que se aproximarem de Trump por simpatia provavelmente vão esquecer", escreveu ele. "Mas o atentado definitivamente terá um impacto sobre a votação final, garantindo que todos os eleitores de Trump votarão de fato. Biden, ou qualquer outro candidato que os democratas apresentarem, não terá a mesma certeza de participação."

Nathan Gonzales, editor e publisher da "Inside Elections", alertou que "o pior momento para analisar as consequências políticas de um acontecimento é durante ou logo após, e é onde estamos".

"Levará alguns dias, ou mesmo semanas, para termos uma noção de como, ou se, esse acontecimento histórico mudou uma corrida bastante estável. Pode haver uma diferença entre um acontecimento histórico e um acontecimento que muda o jogo", disse ele.

Biden ordena revisão de segurança independente

BONNIE CASH/UPI/BLOOMBERG

Em um pronunciamento ontem à noite do Salão Oval da Casa Branca, o presidente Joe Biden destacou a necessidade de os americanos divididos se unirem após a tentativa de assassinato do seu rival republicano Donald Trump. O atentado "insta todos nós a dar um passo atrás", disse Biden. Felizmente, Trump não ficou gravemente ferido, disse ele. Mais cedo, ao lado da vice-presidente Kamala Harris (foto), Biden disse que ordenou uma revisão independente da segurança nacional "para avaliar o que aconteceu".

Tentativa de assassinato deverá fortalecer apelo de mártir do ex-presidente

Análise

James Politi e Lauren Fedor
Financial Times, de Washington e Nova York

Donald Trump discursava havia poucos minutos em Butler, na Pensilvânia, quando tiros foram disparados contra o ex-presidente do telhado de uma construção próxima. Em segundos, ele estava agachado no chão atrás do púlpito. Mas logo, ensanguentado e abalado, Trump estava de pé novamente, erguendo o punho desafiadoramente enquanto era levado às pressas do local ao ar livre para um hospital local pelo Serviço Secreto.

O tiroteio de sábado, que matou uma pessoa que participava do comício, assim como o atirador, e deixou duas outras gravemente feridas, segundo as autoridades, representa um novo momento no sombrio histórico de violência política dos EUA. Também provoca outra reviravolta na disputada corrida pela Casa Branca deste ano entre Trump e Joe Biden.

O atentado ocorreu dois dias antes da Convenção Nacional Republicana em Wisconsin, que começa hoje, onde Trump será confirmado como o candidato presidencial de seu partido. Também acontece após três semanas de turbulências no lado democrata sobre a capacidade de Biden de concorrer a um segundo mandato.

Nas primeiras horas da manhã de ontem, o impacto político não estava imediatamente claro, mas os aliados de Trump o apontavam como o maior dos sobreviventes.

Aos olhos deles, ele já é um mártir político, tendo enfrentado dezenas de acusações criminais nos últimos dois anos. Mas, escapar de uma tentativa de assassinato desencadeou novas expressões de devoção, admiração e glorificação de Trump entre republicanos e os que orbitam o movimento Maga (acrônimo para tornar os EUA grandes novamente).

"O acontecimento tem o potencial de aumentar o apoio ao ex-presidente Trump ao enfatizar seu vigor, motivando sua base e despertando simpatia", escreveu Rob Casey, analista da Signum Global Advisors.

Marco Rubio, senador republicano e candidato a companheiro de chapa de Trump, disse que "Deus protegeu" o ex-presidente. Bernie Moreno, um candidato republicano ao Senado, chamou Trump de "uma lenda americana".

O general Keith Kellogg, um assessor externo de segurança nacional, disse que ele "já esteve sob fogo muitas vezes" e que ele "revelou seu caráter". "Quando o presidente se levantou com o sangue escorrendo e o punho cerrado e disse 'lutem', ele revelou a sua luta", escreveu Kellog na plataforma X.

Pouco depois da divulgação na notícia do atentado, Trump também ganhou o apoio do homem mais rico do mundo e dono da rede social X, Elon Musk. "A última vez que os EUA tiveram um candidato tão durão foi Theodore Roosevelt", escreveu ele em uma de várias postagens sobre Trump.

Bill Ackman, o bilionário dos fundos hedge, também disse estar apoiando "formalmente" Trump. O mercado de apostas no resultado das eleições oscilou bastante em favor de Trump. Ronald Reagan teve um breve aumento nas pesquisas, depois de sobreviver a uma tentativa de assassinato em 1981.

Embora Biden tenha decidido fazer uma pausa ou diminuir seus ataques a Trump, alguns aliados do ex-presidente não se contiveram, culpando "a esquerda", o Partido Democrata e até mesmo o próprio Biden pelo atentado, antes mesmo de estabelecidos a identidade e a motivação do atirador.

O senador republicano JD Vance, outro grande candidato a companheiro de chapa de Trump, disse em uma postagem no X: "A premissa central da campanha de Biden é que o presidente Donald Trump é um fascista autoritário que precisa ser detido a todo custo. Essa retórica levou à tentativa de assassinato do presidente Trump".

Outros adotaram um tom mais comedido. Doug Burgum, governador republicano de Dakota do Norte que é visto como uma possível escolha para vice-presidente, pediu aos apoiadores que orem por Trump e pelos participantes do comício, acrescentando em uma postagem no X: "Todos nós sabemos que o presidente Trump é mais forte que seus inimigos. Hoje ele mostrou isso".

> Aos olhos de muitos republicanos e dos que orbitam o movimento Maga, Trump já é um mártir

Três Poderes no Brasil repudiam atentado

Estevão Taiar, Beatriz Olivon, Gabriel Shinohara e Fernando Exman
De Brasília

A cúpula dos três Poderes no Brasil repudiou de maneira unânime ao longo do fim semana o atentado contra o ex-presidente americano Donald Trump, ocorrido no sábado. Trump foi alvo de tiros disparados por Thomas Matthew Crooks, de 20 anos, enquanto participava de comício em Bethel Park, na Pensilvânia. Crooks foi morto na sequência por agentes do Serviço Secreto americano.

O primeiro a se manifestar foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que afirmou em sua conta no X que o atentado era "inaceitável" e deveria "ser repudiado veementemente por todos os defensores da democracia e do diálogo na política".

Na sexta-feira, Lula já tinha mostrado preocupação com "a ameaça do extremismo político" global, ao afirmar que pretende realizar com o presidente do governo da Espanha, Pedro Sánchez, um evento que reúna "países democráticos" para tratar do tema.

Também na noite de sábado o Ministério das Relações Exteriores disse em comunicado que repudia "qualquer forma de violência política em sociedades democráticas" e que "acompanhava com atenção o pleno esclarecimento dos fatos".

Por sua vez, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou no X que "as divergências se resolvem no voto da maioria e na vontade do povo". O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que atos semelhantes ao atentado "vêm se repetindo mundo afora" e exigem "reflexão urgente". Pacheco defendeu em comunicado "a busca pela convivência pacífica e democrática", a fim de evitar novos incidentes.

Já o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, não fez menção direta ao atentado. Mas disse em sua conta no X que "a política, exercida com integridade e idealismo, é uma das mais nobres atividades humanas".

"A violência, independente da motivação, é sempre uma derrota do espírito. A vida civilizada é feita de ideias e não de agressões", disse.

O tema deve continuar na agenda de Lula hoje, já que parte de seus compromissos é voltada para a política externa. Pela manhã, ele recebe no Palácio do Planalto o presidente da Itália, Sergio Mattarella. Estão previstas reunião bilateral, assinatura de atos e declaração à imprensa. Por fim, deve ser realizado almoço no Itamaraty.

Líderes mundiais pedem o fim da polarização política

Alan Crawford
Bloomberg

Juntamente com o choque e a indignação pelo atentado contra a vida de Donald Trump, outra mensagem perpassou as muitas declarações dos líderes mundiais: a de que algo precisa mudar.

Vários líderes alertaram que o atentado de sábado na Pensilvânia representa um problema mais amplo que as democracias enfrentam em todo o mundo. A retórica extrema amplificada pelas redes sociais está levando cada vez mais a ataques no mundo real.

"É um fenômeno que não é exclusivo dos EUA", disse o premiê da Austrália, Anthony Albanese, ontem. "Precisamos baixar a temperatura do debate. Não há nada a ganhar com a escalada da retórica que vemos em alguns de nossos debates políticos, discursos políticos no mundo democrático."

"No debate político, no mundo todo, há limites que nunca deveriam ser cruzados", disse a premiê da Itália, Giorgia Meloni no X. "Isso é um alerta para todos, para os restabelecimento da dignidade e da honra na política, contra todas as formas de ódio e violência."

Oposição na Venezuela denuncia novas prisões

Associated Press, de Caracas

A campanha eleitoral para as eleições presidenciais no fim do mês na Venezuela foi marcada ontem por denúncias da oposição sobre detenções de dirigentes e ativistas políticos.

Perkins Rocha, um dirigente da oposição, denunciou em uma coletiva de imprensa a detenção de oito pessoas entre a noite de sábado e a madrugada de ontem nos Estados de Carabobo, Monagas, Anzoátegui e Portuguesa.

Segundo ele, entre os detidos estão a proprietária e dois ajudantes do caminhão usados por María Corina Machado e o candidato da oposição, Edmundo González, no sábado para percorrer as ruas de Valência. Acrescentou que os detidos foram apresentados aos tribunais acusados, entre outros delitos, por "supostas lesões a funcionários públicos" e atos de "extorsão".

Rocha, do Comando Nacional de Campanha de Vente Venezuela, movimento político ao qual Machado pertence, fez um apelo aos membros do Conselho Nacional Eleitoral para que olhem para essa situação, ressaltando que "sob seus ombros recai a responsabilidade" de uma disputa transparente.

"Estamos vendo uma escalada na repressão" não apenas de dirigentes políticos e comandos de campanha, mas de "pessoas por apenas nos fornecerem seus serviços", afirmou Machado ao final de um ato de campanha na Universidade Central da Venezuela em apoio à candidatura de González.

González, candidato da coalizão opositora, e o presidente Nicolás Maduro, que busca seu terceiro mandato, são os que têm maior probabilidade de vencer em 28 de julho, frente a outros oito postulantes com poucas chances, muitos dos quais representam organizações políticas próximas ao governo, segundo analistas.

Kate prestigia final masculina em Wimbledon

MOSA'AB ELSHAMY/AP

Kate, a princesa de Gales, foi recebida ontem com uma ovação do público que assistia a final do torneio de tênis de Wimbledon, em sua segunda aparição pública este ano desde que anunciou que foi diagnosticada com câncer. Fã do esporte, Kate é apoiadora do All England Lawn Tennis e do Croquet Club em Wimbledon. Ela entrou na arena principal do torneio acompanhada de sua filha, a princesa Charlotte, para assistir à final de simples masculina entre o espanhol Carlos Alcaraz e o sérvio Novak Djokovic. Em janeiro, Kate revelou que está com câncer e fazendo uma quimioterapia preventiva. Na foto, Kate entrega o troféu de vencedor de Wimbledon deste ano a Alcaraz, que derrotou Djokovic por 3 sets a zero.

Valor ECONÔMICO

Para FMI, país já cresce mais, mas fiscal é ponto negativo

O rO relatório sobre a situação da economia brasileira feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), uma rotina anual, é um tom mais otimista do que os economistas domésticos nas questões do crescimento e um tom menos pessimista que as previsões sobre o quadro fiscal. O staff do Fundo elevou o crescimento potencial da economia a 2,5% e para ele não há dúvida que o hiato do produto hoje seja positivo — as atividades estão se expandindo a um ritmo acima da capacidade, embora isto não tenha impedido a inflação de cair. Este avanço de curto prazo se deve a generosos impulsos fiscais. Quanto ao déficit, o relatório aponta que o governo precisa fazer um esforço maior para melhorar sua trajetória.

Entre os fatores de risco negativos para a economia brasileira, o único ao qual é atribuído alta chance diz respeito ao cenário fiscal. Pelas estimativas, para atingir a meta de déficit zero em 2025 serão necessárias medidas adicionais para obter 0,7% do PIB. Pelos cálculos do Fundo, o déficit primário em 2024 chegará a 0,6% do PIB — uma redução de 0,7 ponto percentual no balanço primário estrutural, se considerado o resultado negativo de 2023, de -2,4% PIB. Obter mais receitas será desafiador, de acordo com o FMI, porque as já aprovadas somaram 1,1% do PIB e a contribuição esperada das transações tributárias e outras estão abaixo das expectativas, enquanto que os gastos estão subindo.

O relatório recomenda um esforço fiscal mais ambicioso, porque embora o risco para a sustentabilidade da dívida seja visto como moderado, sua trajetória "permanece altamente sensível a choques no custo do dinheiro e do crescimento real do PIB". Ainda assim, o Brasil tem "algum espaço fiscal para responder a choques temporários" e pode fazer a consolidação de seu endividamento gradualmente no médio prazo, graças ao fato de que a dívida é quase que toda doméstica, a dívida externa é baixa e há um enorme colchão de proteção feito pelo Tesouro.

Uma âncora fiscal boa exigiria que a meta de déficit zero fosse cumprida em 2025 e fosse seguida por avanços de 0,5 ponto percentual do PIB nos exercícios seguintes, para que se atinja um superávit de 2,5% do PIB em 2030. Para atingir isso, o staff do FMI recomenda várias receitas que não são do agrado do Planalto: desindexar do salário mínimo alguns itens de gastos e mudar os pisos para educação e saúde que estão hoje vinculados a receitas. Seguem-se outras recomendações clássicas da instituição, como reforma da administração pública, para reduzir a alta diferença entre os salários públicos e os privados e revisão das carreiras, uma reforma da previdência que alinhe os regimes especiais com o regime geral e a busca de maior eficiência nos programas sociais.

O Fundo elogia o trabalho do Banco Central na condução da política monetária e avaliza a interrupção do ciclo de queda dos juros, indicando que a desancoragem das expectativas "possivelmente reflita incertezas sobre a trajetória da consolidação fiscal assim como a da composição da diretoria do BC após a troca de três de seus membros cujos mandatos se encerram em dezembro".

Se acredita que o balanço de riscos para o Brasil ainda pende para o lado negativo, o staff do FMI acredita que a economia brasileira aumentou sua capacidade de crescer desde 2017, impulsionada "pelo aumento da produtividade total dos fatores", com contribuições de reformas feitas, em especial a trabalhista — uma premissa que vários economistas brasileiros reputam de prematura ou não existente. Pelos cálculos do Fundo, apenas a redução muito significativa dos litígios na Justiça nas firmas intensivas em mão de obra teria propiciado desde 2017 um aumento de produtividade de 17%. No todo, a reforma trabalhista teria acrescido entre 0,3 a 0,5 ponto percentual ao crescimento potencial. Isso será pouco ainda se consideradas as simulações feitas pelos técnicos para os efeitos futuros da reforma tributária a caminho. Elas oscilam entre uma elevação de 6% a 11% do PIB durante o período de transição, principalmente pelo fim da cumulatividade de impostos nas cadeias de produção — a variação dos resultados decorre da magnitude que se atribua à informalidade, que reduz o efeito.

Há grande contribuição da produção de petróleo para a capacidade de crescimento. Ela deverá aumentar 56% entre 2023 e 2031, elevando o PIB em 0,2 ponto percentual anuais até lá. Outro fator promissor apontado é a transição para uma economia descarbonizada, que tem grande potencial para ampliar a capacidade produtiva. O FMI cita estimativas que mostram que o mercado de créditos de carbono proposto, que levará cinco anos até entrar em operação, poderia atingir R$ 100 bilhões até 2030 (perto de 1% do PIB), gerando 0,3% do PIB de receitas fiscais adicionais anualmente.

Há um bom cenário para a economia pela frente, com nuvens cinzas se concentrando na questão fiscal e na pilha de gastos tributários de 4,3% do PIB que precisaria ser desbastada. Se o presidente Lula apoiar um jogo mais sério na questão fiscal e impulsionar as reformas o país poderá deixar para trás seus números indigentes de crescimento e dispensar as muletas fiscais que os propiciaram.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Só 1,4% dos CAR estão com análise de regularidade ambiental concluída. Por **Adnan Demachki**

O caminho do Brasil rumo à COP30 depende do Código Florestal

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

A um ano e meio de sediar a principal Conferência do Clima das Nações Unidas dos últimos anos, o Brasil ainda não implementou a sua principal lei ambiental, considerada uma das mais avançadas do mundo. A COP30, a primeira a ser realizada num país que, além de ser uma potência agrícola e florestal, é detentor de uma megabiodiversidade e de uma matriz energética de baixo carbono, acontecerá em Belém, em novembro de 2025. E se o mundo tinha pressa em ver o Brasil voltar aos debates globais sobre a pauta ambiental, isso agora se converteu em grandes expectativas por propostas e resultados de mitigação da emergência climática. E é por isso que não podemos chegar lá sem instituir, na prática, o Código Florestal brasileiro, criado pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

O documento estabelece normas para a proteção da vegetação nativa em áreas rurais. Alvo de protestos por parte de movimentos de defesa do meio ambiente ao longo do seu processo de elaboração por ser considerado insuficiente, hoje ele é tido como um importante mecanismo que pode reverter os índices de devastação nos principais biomas brasileiros, como a Amazônia. De lá para cá, mais de 13 milhões de hectares foram desmatados e 12 milhões deixaram de ser restaurados e, ainda assim, as medidas de proteção e preservação previstas no Código Florestal não saíram do papel.

Além de estabelecer as áreas de proteção em imóveis rurais e incluir as Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito, a lei dispõe sobre mecanismos de controle da exploração florestal para extração de matéria-prima e produção de produtos e prevenção de incêndios.

Um de seus principais instrumentos é o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que permite que o poder público possa ter informações específicas sobre a localização, a área dos imóveis e quais porções deles devem ser destinadas à proteção florestal, principalmente nas áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente (APP). No entanto, dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática atestam que apenas 1,4% dos CAR, que são autodeclaratórios, estão com a análise de regularidade ambiental concluída pelos órgãos ambientais, enquanto 27,87% passaram por algum tipo de análise inicial. É como se a Receita Federal tivesse processado menos de 1/3 das declarações de Imposto de Renda nos últimos 10 anos e concluído menos de 2% dos lotes de restituição.

Sem a validação do CAR, na prática, o processo de proteção e recuperação dos passivos ambientais não ganha velocidade e consistência, adiando o "acerto de contas" ambiental. Por outro lado, o imóvel rural que possui excedente florestal — ou seja, área de floresta superior ao mínimo legal exigido, que poderia ser comparado à restituição fiscal — não encontra demanda firme para receber o merecido pagamento pelo serviço ambiental prestado.

Sem mencionar os mecanismos de incentivo econômicos e outros instrumentos positivos que dependem de regulamentação e que ainda não saíram do papel, tais como: pagamento ou incentivo a serviços ambientais, crédito e seguro agrícola em melhores condições que as praticadas no mercado, incentivo fiscal e isenção de impostos, tanto para os produtores que preservam ou recuperam as matas, quanto para as empresas que comercializam com estes produtores. Tudo isso está previsto no artigo 41 do Código Florestal e falta ganhar vida nos programas governamentais.

Em todo o Brasil, o déficit de Reserva Legal chega a 16,3 milhões de hectares, o equivalente aos territórios da Grécia e Bélgica somados, de acordo com o Termômetro do Código Florestal. A maior parte desse passivo (57%) concentra-se na Amazônia. No bioma, onde a cota de Reserva Legal é de 80%, o déficit é de 9,4 milhões de hectares, o equivalente ao território do Estado de Santa Catarina.

O Cerrado, onde apenas 20% da vegetação nativa da propriedade rural precisa ser preservada, concentra 3,9 milhões de hectares de déficit, seguido pela Mata Atlântica, com 2,5 milhões de hectares de passivo.

No total, temos expressivos 7,2 milhões de cadastros, que somam 671 milhões de hectares inscritos no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (Sicar). Ou seja, a base cadastral está "povoada", o que representa, sem dúvida, um grande avanço por parte dos governos, que criaram a tecnologia e infraestrutura para o CAR, e dos proprietários rurais e técnicos que aderiram à ferramenta. Esses cadastros ainda precisam, no entanto, ser analisados. Aqueles que têm passivos ambientais devem executar os projetos de adequação ambiental, com prazos definidos. Os que têm ativos devem ser recompensados. E todos precisam ser incentivados e monitorados, para que a lei seja cumprida.

Mesmo onde as experiências do CAR foram bem-sucedidas e pioneiras, o desafio permanece. É o caso de Paragominas, no interior do Pará, que, no ano de 2009, antes da edição do novo Código Florestal e do CAR se tornar uma ferramenta nacional, já havia alcançado mais de 80% do seu território cadastrado. Hoje, a cidade possui 97,27% da área cadastrada, um dos maiores índices no Pará, mas a validação ainda está na marca dos 33,56%, segundo dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Isso mostra o quanto ainda é preciso avançar.

A proximidade da COP 30 apresenta ao Brasil a oportunidade de lançar um vigoroso programa de implementação da sua principal lei florestal, projetando-se, de fato — e não apenas no sonho ou no discurso — como uma potência ambiental. É preciso uma iniciativa que mobilize a sociedade brasileira e engaje os principais atores da agenda florestal, desde governantes a produtores, pesquisadores ou ambientalistas, com o objetivo comum de resgatar, consolidar e valorizar nosso patrimônio florestal. Faltam ações concretas e inovadoras de apostas na economia verde. E o ponto de partida para isso passa pelo avanço na análise e validação do CAR.

Adnan Demachki é ex-prefeito de Paragominas por dois mandatos (2005-2008 e 2009-2012) e integrante da rede Uma Concertação pela Amazônia.

Opinião

A escola mata a criatividade?

Ana Maria Diniz

O povo brasileiro é muito criativo, para alguns o mais criativo do mundo. A criatividade do brasileiro brilha nas artes, na arquitetura, na música e na publicidade, é referência e destaca o país no palco global. Esse mesmo potencial criativo está por trás da nossa vocação para o empreendedorismo. Era de se esperar que os jovens brasileiros que participaram da mais recente edição do Pisa, a primeira a testar a criatividade dos estudantes, dessem um verdadeiro show neste quesito.

Mas aconteceu o contrário neste último ranking da OCDE que mede a qualidade da educação. O Brasil ficou no final da fila, entre os piores do planeta em pensamento criativo, segundo o relatório, recém-divulgado. Dentre 64 países, ficamos em 49º lugar, ao lado de nações que são a última bolacha murcha do pacote no tangente ao ensino, como Cazaquistão, Peru e Panamá. Na avaliação, mais da metade dos alunos brasileiros de 15 anos (54,3%) ficou abaixo do nível básico e só 10% tiveram um desempenho alto. Em Cingapura, Coreia do Sul e Canadá, 70% dos alunos alcançaram o maior nível.

Os testes do Pisa avaliaram três aspectos da criatividade: a capacidade de pensar diferente, de gerar ideias originais e de melhorar as ideias de outros. Na prática, os alunos tinham que escrever uma tirinha com um diálogo entre o Sol e a Terra, elaborar um texto sobre a importância das abelhas e dar sugestões para tornar uma biblioteca mais acessível para deficientes. Como se vê, as questões não eram nada do outro mundo, nem exigiam a genialidade de um Nikola Tesla. Então, por que os jovens brasileiros se saíram tão mal na prova? Somos ou não criativos?

Uma hipótese é que o nosso modelo de escola está matando a criatividade do brasileiro. E a criatividade é uma habilidade essencial para todas as áreas da educação e da vida cotidiana.

Por muito tempo considerada um talento individual, a criatividade se tornou competência-chave para o sucesso em um mundo em constante mudança. Ela é crucial na resolução de problemas e na capacidade de inovar e de se adaptar. À medida que a inteligência artificial avança, a importância da criatividade aumenta, já que é menos suscetível à automação. A criatividade também é um poderoso estímulo para a própria aprendizagem, estimulando funções cognitivas e o desenvolvimento emocional.

A percepção mais comum de criatividade é que ela se limita ao mundo das artes. Mas, na verdade, ela é muito maior do que isso. Quando associamos o raciocínio lógico adicionando o nosso viés criativo, somos capazes de descobrir novos caminhos para solucionar problemas reais e muito concretos. Outro entendimento é que a criatividade é um dom natural de poucos sortudos que nasceram com ele. É verdade que há pessoas que já têm um raciocínio mais desestruturado, contestador, que exacerbam a capacidade de pensar "fora da caixa". Porém, a criatividade pode ser desenvolvida e fortalecida por meio de estratégias específicas e intencionais.

Atualmente, a criatividade está associada a duas competências fundamentais: a inovação, sendo esta a capacidade de criar algo que não existe ou que nunca foi pensado, e o propósito, como o drive principal para encontrar caminhos alternativos para se atingir um objetivo pré-definido. Mas a nossa relação com a criatividade é bem mais antiga. No livro "The Evolution of Imagination", o antropólogo americano Stephen Asma demonstra que a imaginação é a arma evolutiva que nos permitiu chegar até aqui. Porém, à medida que progredimos como espécie, em vez de sermos instigados a aprimorar o nosso potencial criativo, fomos estimulados a abandoná-lo.

Essa mesma dinâmica se repete no campo individual, no decorrer de nossas vidas. Isso foi demonstrado no estudo seminal de George Land e Beth Jarman, de 1968, que mediu e acompanhou a evolução do potencial criativo de 1.600 crianças ao longo de dez anos. Os primeiros testes foram aplicados quando as crianças tinham 5 anos. Nessa etapa, 98% delas pontuaram no que os pesquisadores classificaram como categoria "gênio". Cinco anos depois, quando elas estavam com 10 anos, esse percentual caiu para 32%. Mais cinco anos depois, aos 15 anos, baixou para 10%. O mesmo teste foi aplicado anos depois em 280 mil adultos, dos quais só 2% atingiram a gradação máxima.

Executamos o ensino de forma mecânica, chata, antiga, contrariando evidencias e experiências bem-sucedidas

Nas últimas décadas, pesquisadores têm se dedicado a entender mais a fundo a criatividade. Os estudos mais recentes focam na identificação de traços comuns entre as pessoas criativas. Um deles é a alternância entre o pensamento divergente, que consiste em abrir caminhos e achar o maior número de ideias para solucionar um determinado problema, com o pensamento convergente, que é a capacidade de selecionar quais dentre essas ideias são as mais promissoras. Outro é a transversalidade, a capacidade de cruzar conhecimentos e chegar a novas conclusões.

Resumindo, para gerar novas ideias é preciso pensar diferente, às vezes pensar no avesso, e, claro, ter repertório, nada se cria no vácuo. E o que a escola brasileira tem a ver com isso? Tudo. No Brasil, as escolas não ensinam sequer o básico e não usam métodos comprovados para estimular a criatividade, como o aprendizado por projetos ou entre pares, como um aluno ensinando ou instigando o outro a pensar. Executamos a educação de forma mecânica, chata, antiga, contrariando as evidências e as experiências bem-sucedidas no ensino.

Como diz Sir Ken Robinson no TED Talk "As escolas matam a criatividade?", se você não estiver preparado para errar, nunca criará nada original. Para desenvolver o pensamento criativo nas nossas crianças e jovens, vamos ter que primeiro reinventar a educação. Pode não dar certo na primeira, na décima ou na centésima vez, mas temos que continuar acreditando que vai dar certo, até achar e implementar a melhor solução. Isso é criatividade!

Ana Maria Diniz é fundadora do Instituto Península, que atua na formação de professores; empresária e conselheira do Todos pela Educação e Parceiros pela Educação.

Frase do dia

"A tentativa de assassinato [de Trump] é contra tudo o que nós apoiamos enquanto nação"

Do presidente dos EUA, Joe Biden, após o atentado contra Donald Trump, seu adversário na eleição presidencial de novembro

Cartas de Leitores

Abin paralela

Segundo relatório da Polícia Federal, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) teria sido utilizada para vigiar jornalistas, ministros da Suprema Corte, senadores, ministros do Executivo e outras autoridades, durante o governo de Jair Bolsonaro. Auditores da Receita Federal teriam sido monitorados, pois estavam trabalhando no caso das "rachadinhas", que envolvia também Flávio Bolsonaro.

Essa suposta organização criminosa teria utilizado fake news para injuriar Alexandre de Moraes e seus colegas do STF. Supostos envolvidos nesse esquema teriam conhecimento da "minuta do golpe" e teriam atuado contra os senadores que participaram da CPI da Covid. Toffoli, Fux, Barroso, Lira, Kataguiri, Randolfe, Dória e diversos outros teriam sido vítimas da "Abin paralela".

O farto material produzido pela PF deverá ser exaustivamente investigado e eventuais culpados deverão ser punidos com todo o rigor da lei.

Como se já não bastassem os graves problemas que enfrentamos todos os dias, os brasileiros precisam gastar tempo e dinheiro para investigar crimes cometidos nas altas esferas do governo.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Clawback

O **Valor** publicou na última sexta-feira longo artigo sobre a discussão da aplicação do chamado clawback no Brasil. Por esse mecanismo, prevalente nos EUA, companhias fraudadas por executivos poderiam reaver bônus pagos a estes.

Parece mais do que justo. Mas, na real, trata-se de uma medida de maquiagem, para "inglês ver". No Brasil, bandido de colarinho branco rápida e facilmente esconde patrimônio, sem absolutamente nenhuma consequência criminal, ao contrário do que ocorre nos EUA.

Aliás, esse é o problema. Esses executivos que fraudam a poupança pública precisam ser rápida e exemplarmente levados à cadeia. Mas, no país do deixa disso, do compadrio, do Gerson, é difícil.

Sem sentenças penais exemplares, vamos continuar nos perguntando por que esse tipo de conduta criminosa por parte da turma bonita do country club é tão prevalente no nosso país.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Mediocridade

A "imbrochabilidade" de Bolsonaro e o tesão de Lula que, segundo ele, pode ser confirmado pela testemunha ocular Janja, são atributos sexuais por eles apregoados publicamente que reafirmam, não só a pobreza verborrágica de ambos, mas também exemplificam a mediocridade dos governantes que vêm dirigindo o país há mais de vinte anos.

É o que temos por aqui.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

País pode mostrar ao mundo como prosperar na transição para a energia limpa. Por **Joe Ryan**

Brasil, uma potência em energia renovável

Mais de duas décadas atrás, o executivo da indústria automotiva Wan Gang defendeu no Conselho de Estado da China que o país deveria parar de investir em veículos a combustão e focar no que ele considerava a tecnologia do futuro: carros elétricos. Se a China investisse na nova tecnologia antes de outros países, ele argumentou, o país se tornaria líder incontestável em veículos elétricos (EV) no mundo.

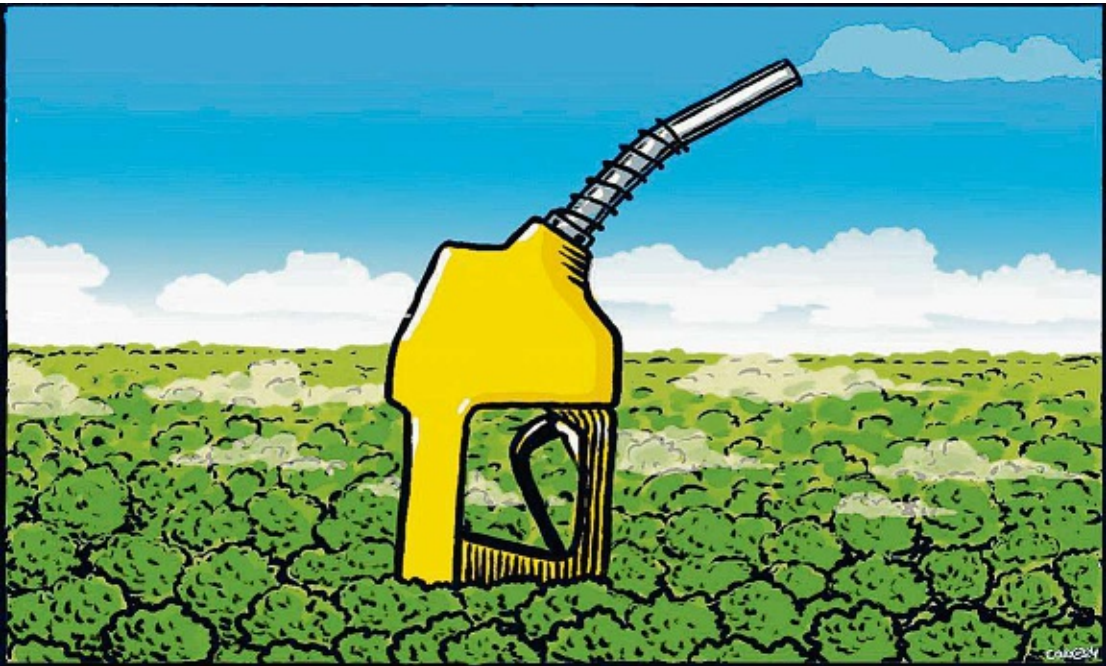
O governo chinês adotou políticas e programas de incentivo para desenvolver essa nova indústria — dos minerais essenciais à produção até concessionárias. Gang estava certo e a China é hoje um peso-pesado em carros elétricos, responsável por 60% das vendas globais. Três de suas fabricantes de baterias elétricas respondem por mais da metade do mercado mundial.

O Brasil vislumbra oportunidade semelhante agora que o planeta embarca na próxima fase de transição energética. O país poderia obter retornos significativos de investimentos iniciais em novas tecnologias limpas, o que ajudaria a gerar nova riqueza e a alcançar metas climáticas mais rapidamente.

Primeiro, vamos considerar o contexto. O mundo se comprometeu a atingir a meta de zero emissões até a metade do século, com os maiores poluidores adotando políticas claras para isso. Os setores naval e de aviação também deram passos concretos na transição para combustíveis limpos.

É um caminho sem volta. E no mundo dos negócios, o mercado premia quem chega primeiro.

Além do já pujante setor agrícola, o Brasil tem 40 milhões de hectares de terras de pasto degradadas. Alguns argumentam que essa área poderia ser utilizada para o plantio de cana de açúcar para a produção de etanol para veículos. Mas isso seria um erro.

Os principais mercados e fabricantes de carros do mundo estão abandonando veículos a combustão em favor de carros e caminhões 100% elétricos. Insistir no etanol resultaria na transferência de empregos na fabricação de carros elétricos para outros países e faria as emissões provenientes do transporte caírem em ritmo mais lento. Com o fim do desmatamento e um aumento na geração de energia limpa, o setor de transporte surgiria como a maior fonte de emissões do Brasil.

Agora que o planeta embarca na próxima fase de transição energética, o país poderia obter retornos significativos de investimentos iniciais em novas tecnologias limpas, o que ajudaria a gerar nova riqueza e a alcançar metas climáticas mais rapidamente

Em vez de olhar no retrovisor e adotar políticas antiquadas, o Brasil deveria acelerar na direção de carros e caminhões de zero emissões. O programa Mover, que é considerado um marco, representa um momento crucial para o país investir em tecnologias de baixa emissão e estimular a adoção de veículos de maior eficiência pelos consumidores.

Ao mesmo tempo, como as baterias não são uma solução simples de energia limpa para a aviação ou o setor naval, países capazes de oferecer combustíveis sustentáveis alternativos têm uma vantagem.

Em vez de produzir etanol, o Brasil pode usar lavouras alternativas e os resíduos vegetais vindos de seu processamento para criar biocombustíveis de segunda geração para aviões e navios, reduzindo o impacto climático dessas indústrias globais gigantescas. Pesquisas mostram que a demanda por combustíveis sustentáveis para o transporte marítimo será igual a toda a produção global de energia renovável atual. É uma oportunidade ótima para investidores.

O Brasil é um dos países, talvez o único, entre os grandes potenciais exportadores de biocombustíveis do mundo, com terras suficientes para garantir que sua produção seja verdadeiramente neutra em carbono. Outros concorrentes precisariam derrubar florestas ou fabricar biocombustíveis a partir do milho, da soja ou do óleo de palma, uma estratégia fadada ao fracasso quando mercados como os EUA e a Europa passarem a exigir combustíveis neutros em carbono.

As vantagens do Brasil não param aí. Os ventos estáveis no Nordeste são perfeitos para a energia eólica, e por isso a capacidade do Brasil é quase o dobro da média global. Análises indicam que as costas brasileiras poderiam produzir 700 gigawatts de eletricidade eólica offshore, mais de 3,5 vezes a capacidade elétrica do país hoje.

Se o Brasil tiver sucesso na sua estratégia eólica, poderá gerar um excedente de energia limpa, enquanto outros países ainda terão dificuldade em produzir energia renovável suficiente para suas redes. Esse excedente faria o país sair na frente na corrida para produzir hidrogênio verde — outro combustível limpo que será crucial para a redução de emissões globais.

O hidrogênio só gera zero carbono se for produzido com eletricidade renovável para quebrar moléculas de água (H_2O) em oxigênio (O_2) e hidrogênio (H_2). A Agência Internacional de Energia observa que para substituir o atual hidrogênio "cinza" do planeta, ou seja, o hidrogênio produzido usando combustíveis fósseis, seriam necessários 3.000 terawatts-hora por ano em novas energias renováveis — o equivalente à atual demanda energética da Europa.

No futuro, o hidrogênio verde será vital para a redução das emissões da indústria. Ele pode substituir o carvão na fabricação de aço de baixo carbono, que estará em alta demanda na medida em que os países tentam reduzir a intensidade de carbono de bens importados e as empresas buscam limpar cadeias de suprimentos para alcançar suas metas climáticas. O hidrogênio verde também é essencial na produção de fertilizantes de amônia de baixo carbono.

O excedente de energia limpa do Brasil permitiria a produção de hidrogênio verde a um custo muito mais baixo do que de outros países. Ao mesmo tempo, permitiria a produção de amônia e aço de baixo carbono, que poderiam ajudar a reduzir as emissões no mercado interno ou serem exportados.

Estima-se que o mercado de hidrogênio verde atinja US$ 1,4 trilhão por ano até 2050, e que crie 2 milhões de empregos por ano no mundo entre 2030 e 2050. Com sua capacidade de gerar um enorme excedente de energia limpa, o Brasil pode capturar a maior parte desse mercado.

Os líderes brasileiros precisam desenvolver uma estratégia energética integrada e marcos regulatórios para o país tirar proveito dessas oportunidades. E as comunidades locais também precisam colher benefícios reais. Uma abordagem desorganizada que atenda a interesses especiais corre o risco de deixar essas oportunidades nas mãos de outros países.

Finalmente, o Brasil pode liderar na criação de mecanismos rigorosos e transparentes que determinem a intensidade de carbono dos combustíveis vegetais. Se os agricultores e a indústria puderem demonstrar aos compradores que apenas o combustível que eles produzem realmente atende a exigências regulatórias cada vez mais rigorosas, o país pode vir a dominar esse mercado.

O Brasil já liderou o mundo em outras áreas de transição para energia limpa, e políticas inteligentes podem ajudar a repetir esse sucesso. O Brasil liderou o mundo em combustíveis de etanol. E foi pioneiro em leilões de energia renovável que se mostraram uma estratégia chave para garantir grandes volumes de capacidade de geração a preços competitivos.

Com essa mesma visão e criatividade, o Brasil poderá mostrar ao mundo como prosperar na transição para a energia limpa.

Joe Ryan, Ph.D., é o diretor-executivo da Crux Alliance, que ajuda legisladores dos 20 países com maior emissão de carbono a elaborar políticas de mitigação de carbono para os setores econômicos essenciais à estabilidade climática de longo prazo.

Demografia Um ano depois dos primeiros números de população, IBGE ainda não divulgou informações sobre fecundidade, óbitos, renda, pobreza e migração

Ritmo de divulgação de dados do Censo é mais lento que em 2010

Lucianne Carneiro
Do Rio

O atraso no Censo Demográfico 2022 não foi apenas no início de sua realização e no período de coleta dos dados, afetados por pandemia e falta de recursos, mas também tem sido observado no ritmo de divulgação dos resultados. Levantamento feito pelo **Valor** mostra que o volume de dados revelados até agora — pouco mais de um ano após a primeira divulgação, em 28 de junho de 2023 — está aquém do registrado no Censo Demográfico 2010.

Naquele momento, em um ano, informações como taxa de fecundidade, índice de pobreza, rendimento per capita, área do domicílio (rural ou urbana), migração e mercado de trabalho, por exemplo, já tinham sido divulgadas. Nesta edição do Censo, em igual período, esses dados nem foram revelados nem há previsão no calendário.

Em comunicado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disse que não há atraso e argumentou que as informações de 2010 eram preliminares. O levantamento feito pelo **Valor** nas notícias do site do instituto sobre os dois Censos mostra que, apesar de um número maior de comunicados no Censo 2022, o conjunto de indicadores é menor.

Redução significativa do quadro técnico do IBGE, com aposentadorias e falta de concursos, restrição de orçamento e possíveis questões relacionadas à consistência dos dados da amostra do Censo — que é a informação do questionário mais completo — foram algumas das razões apontadas por demógrafos para esse atraso. Há quem acredite que o próprio rigor técnico do IBGE com a qualidade das informações possa estar provocando esse ritmo mais devagar nesta edição do Censo.

A demora acaba comprometendo, segundo os especialistas, as políticas públicas que dependem das estatísticas da operação censitária, seja pela lentidão maior no planejamento e até por eventual defasagem dos dados.

"Temos sentido esse certo atraso da divulgação do Censo de 2022 em relação ao de 2010. De fato, o último Censo foi marcado por dificuldades de ordem financeira e o tempo de coleta foi maior que em outros anos. A grande questão que afeta é o quadro de servidores, que reduziu significativamente entre 2010 e 2022. Isso cria dificuldades para o corpo técnico dar conta de um processo cada vez mais complexo", afirma o demógrafo Ricardo Ojima, chefe do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O problema do quadro de servidores engloba não apenas a quantidade, mas principalmente a experiência em operações censitárias anteriores. "Mais do que o tamanho da equipe, existe a questão da falta de memória dos censos anteriores, a 'expertise' no processamento dos dados. É uma parte que demanda sensibilidade e acaba se perdendo", diz.

No fim das contas, argumenta Ojima, "tudo depende da liberação de recursos". "Sem recursos, fica muito difícil fazer pesquisas que tenham a abrangência, a complexidade e sobretudo o timing esperado. Não dá para fazer pesquisa rápida, sem dinheiro e num país tão complexo, desigual e extenso como o Brasil", alerta.

O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), ligada ao IBGE, afirma que muitas das divulgações até agora tratam de temas específicos, como dos indígenas e quilombolas, e ainda não há informações sobre indicadores importantes como taxa de fecundidade e migração, que dão um conjunto geral sobre a dinâmica da população.

"Não é segredo que faltou dinheiro para o Censo 2020, que ficou para 2022. Faltou dinheiro, falta equipe técnica por causa da redução do quadro.... A divulgação está realmente atrasada", afirma.

Há aspectos, no entanto, em que o Censo 2022 foi mais ágil que o de 2010, como o primeiro anúncio da população total do Censos. Em 2022, esse prazo foi de um mês após o fim da coleta dos dados, quando em 2010 levou quase dois meses.

Isso ocorreu também na divulgação dos números definitivos da população: no Censo atual o prazo foi de quatro meses entre o primeiro dado de população e o número definitivo, essa diferença foi de cinco meses na edição de 2010.

Na avaliação do professor e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) José Irineu Rangel Rigotti, é provável que a demora na divulgação esteja relacionada ao processo chamado de calibragem da amostra populacional.

O Censo tem dois tipos de questionários: o básico, aplicado em todos os domicílios do país e com um número menor de perguntas; e o completo, com mais perguntas e usado em uma parcela das residências. Essa amostra dos domicílios precisa ser representativa da população, considerando características como sexo, idade e localização no país.

"O que foi publicado até agora são dados do que a gente chama do universo, que é o questionário mais básico. Ainda não saíram informações da amostra. A diferença é que a amostra precisa ser representativa desse universo que foi recenseado. É necessário calibrar os pesos dessa amostra e isso é bastante trabalhoso", afirma Rigotti.

Uma demógrafa que preferiu não se identificar diz que "esse atraso não é normal" e há "certa preocupação" da comunidade de demógrafos sobre a qualidade dos dados, diante das dificuldades do período de coleta.

> "A grande questão que afeta é o quadro de servidores, com redução significativa entre 2010 e 2022; isso cria dificuldades"
> *Ricardo Ojima*

"Uma coisa é a preocupação com a qualidade dos dados. E a outra coisa é que, considerando que a qualidade dos dados não foi muito boa, podem estar preparando algum processo de recalibragem dos dados para trazer fatores de correção para as informações", diz ela.

Na nota enviada ao **Valor**, o IBGE afirma que "não há problema ou questionamento na qualidade dos dados coletados no Censo, que passam por críticas que são regulares a todas as operações censitárias".

Rigotti destaca que, se a tecnologia ajuda cada vez mais os Censos — como o georreferenciamento feito na edição de 2022, que é a indicação das coordenadas geoespaciais dos imóveis —, a elevada taxa de não resposta é um desafio. O índice aponta a parcela dos domicílios em que a entrevista não foi realizada pelos recenseadores.

"Há uma tendência mundial de aumento da não resposta, seja por causa do medo de violência ou da dificuldade de acesso às pessoas que trabalham fora, por exemplo. Com isso, há mais trabalho para calibrar e ponderar a amostra populacional", diz.

O IBGE divulgou em 2023 que a taxa de não resposta do Censo 2022 foi de 4,2%. O menor percentual foi na região Nordeste (2,7%), enquanto o maior foi no Sudeste (5,9%), o de maior população entre as regiões. O percentual ficou abaixo da média nacional em 24 das 27 unidades da federação.

O maior índice de não resposta foi registrado em São Paulo (8,11%), que tem a maior população entre os Estados, de 44,4 milhões de pessoas ou um quinto (21,8%) da população brasileira.

Uma das consequências da agenda morosa dos anúncios do Censo é nas políticas públicas, alertam demógrafos. O professor aposentado da Ence lembra que já existe uma lacuna de 12 anos dos dados — o Censo estava previsto para 2020 e foi adiado primeiro por causa da pandemia e depois por falta de recursos.

"Se os dados demoram muito a serem divulgados acabam ficando defasados. Isso dificulta muito o planejamento das políticas públicas", afirma Diniz, que aponta o exemplo das eleições municipais deste ano: "Os próximos prefeitos não têm dados atualizados para definirem os planos para suas gestões".

A demora afeta o conhecimento para pesquisadores e gestores, aponta Rigotti, que chama a atenção para a importância de informações sobre migração e fecundidade, por exemplo.

"As coortes, as gerações de nascimento, estão diminuindo. Isso tem implicações no curto, no médio e no longo prazo. No curto prazo, no atendimento escolar. No longo prazo, em questões da previdência", diz.

Há informações não oficiais de que o IBGE programa, ainda para 2024, a divulgação de dados como mortalidade; entorno dos domicílios; outras informações sobre domicílios do universo (espécie, tipo, composição); favelas; características dos domicílios da amostra; mortalidade; trajeto dos recenseadores; malha dos setores censitários; agregados dos setores; indígenas universo; e localidades indígenas.

O calendário oficial do Censo 2022 só confirma mais duas divulgações: novos detalhamentos de quilombolas, em julho; e registros de nascimentos, em agosto.

José Eustáquio Diniz Alves defende mais transparência no calendário de divulgações. Se há dificuldades por falta de recursos e do quadro de servidores, acredita que uma agenda com os temas e datas ajudaria na programação de gestores e pesquisadores.

"É preciso ter transparência, com um calendário de mais longo prazo. Mesmo que não seja possível determinar o dia, seria interessante indicar o mês previsto para cada tema", diz.

A despeito do descontentamento de demógrafos com a demora nas divulgações do Censo Demográfico 2022, há clareza de que a qualidade dos dados é mais importante que a velocidade dos comunicados.

"Não tenho dúvida de que é melhor que os dados sejam divulgados com atraso, mas com qualidade e segurança, do que se atropele o calendário para divulgar algum dado e haja necessidade de fazer retificações futuras", nota Ojima.

Procurado pelo **Valor**, o IBGE inicialmente informou que não havia atraso nas divulgações. Depois, esclareceu que a diferença é que os resultados divulgados no primeiro ano após a primeira informação de população do Censo 2010 eram preliminares, enquanto os comunicados do Censo 2022 são, em sua maioria, de natureza definitiva.

"A principal diferença entre resultados preliminares e definitivos diz respeito à precisão dos resultados, maior na versão definitiva, uma vez que os dados são submetidos a todos os processos de crítica e imputação previstos para a apuração. Este procedimento, embora leve mais tempo para ser elaborado, traz mais precisão, confiabilidade e utilidade ao resultado que é disponibilizado para a sociedade", diz a nota do IBGE.

O instituto reconheceu, ainda, a questão da falta de recursos, humanos e financeiros, mas apontou que "a otimização dos processos de trabalho e a reconfiguração de equipes permitiu a manutenção da qualidade dos dados que são divulgados pelo IBGE". Além disso, reforçou a previsão de chegada de cerca de 900 novos servidores com o concurso previsto para este ano.

LEO PINHEIRO/VALOR

José Eustáquio Diniz Alves: "Faltou dinheiro, falta equipe técnica; a divulgação está realmente atrasada"

Calendário de cada Censo Demográfico

2022 teve maior número de divulgações em período de um ano, mas com menos dados

Censo 2010

Data	Divulgação
Nov/10	1ª divulgação da população total, com dados por sexo
Abr/11	Primeiros resultados definitivos Faixa etária; cor ou raça; área rural e urbana
Nov/11	Taxa de fecundidade; renda per capita, pobreza, alfabetização; matrículas na rede pública; saneamento; casamentos; mercado de trabalho; emigração; óbitos
Dez/11	Aglomerados subnormais (como eram chamadas as favelas)
Abr/12	Escolaridade; rendimento e mortalidade infantil
Mai/12	Entorno dos domicílios

Censo 2022

Data	Divulgação
Jun/23	1ª divulgação da população total
Jul/23	Quilombolas
Ago/23	Indígenas
Out/23	Idade e sexo (com primeiros resultados definitivos da população)
Dez/23	Cor ou raça
Fev/24	Características dos domicílios e coordenadas dos endereços
Mar/24	Agregados por setores censitários e malha de setores censitários
Mai/24	Alfabetização e detalhamento de quilombolas
Jun/24	Base de face de logradouros e cadastro de endereços

Fonte: IBGE

Finanças
"Spread" bancário é o menor em dois anos, mas tendência é incógnita
C1

Viagens
Latam tem recorde na emissão de passagens com milhas, diz o diretor Holdschmidt B4

Embalagens
Suzano compra duas fábricas nos EUA e entra no mercado americano B4

Esportes
Publicidade brasileira já entrou no clima da Olimpíada de Paris B6

Saneamento Segunda etapa da oferta, que venderá 17% das ações, tinha R$ 110 bilhões de ordens até semana passada; preço baixo, pedidos "inflados" e Equatorial explicam interesse elevado do mercado

Privatização da Sabesp tem forte demanda, mas preço deverá ficar 19% abaixo do atual

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

Com o preço relativamente baixo das ações, a segunda fase da privatização da Sabesp tem atraído forte procura do mercado financeiro. Nesta etapa, o governo planeja vender 17% da companhia, de forma pulverizada, ao mercado. A demanda superou os R$ 110 bilhões em ordens no fim da semana passada, segundo fontes. O valor é em parte inflado, porque há expectativa de rateio entre os investidores interessados. A perspectiva de fontes é que a demanda real fique em torno de R$ 30 bilhões.

Mesmo com a forte demanda, o preço por ação deverá ficar em R$ 67, 19,42% abaixo do valor atual dos papéis, que fecharam em R$ 83,15 na sexta-feira (12). O valor deverá ser o mesmo daquele oferecido pela Equatorial, na primeira fase da oferta — pelo modelo da oferta, a proposta da primeira fase se tornou um teto para a segunda etapa, segundo explicaram pessoas envolvidas.

Com isso, o valor recebido pelo governo deverá ser de R$ 7,9 bilhões na segunda fase da privatização. O montante se soma aos R$ 6,9 bilhões ofertados pela Equatorial, que se tornará sócia de referência da empresa com 15% do capital. O valor total arrecadado, portanto, deverá chegar a cerca de R$ 14,8 bilhões, pela venda de 32% das ações. O Estado, hoje controlador, ficará ainda com 18% da companhia.

O período de reserva de investimentos para a segunda fase da oferta se encerra nesta segunda-feira (15). A precificação dos papéis só será confirmada na quinta-feira (18), e a liquidação da oferta se dará na próxima segunda-feira (22).

Depois disso, ainda deverá haver um período de análise da operação pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), antes da Equatorial assumir oficialmente o posto de sócio de referência. Fonte próxima à empresa avalia que não haverá problemas na avaliação do órgão, mas diz que o prazo estimado é de até 60 dias. Só então a Sabesp poderá instituir os novos membros do conselho de administração e executivos da diretoria, assim como dar início a um plano de 100 dias, para promover as primeiras mudanças internas na gestão da empresa.

A primeira fase da privatização, concluída em 28 de junho, atraiu proposta de apenas um grupo interessado em se tornar acionista de referência. A Equatorial, além de deter 15% do negócio, terá poder de indicação do presidente do conselho e de outros cargos estratégicos. O grupo não poderá vender seus papéis até 2029. Já os 17% colocados à venda na segunda fase da oferta não têm essa restrição.

Segundo fontes do mercado, que pediram anonimato, a demanda elevada na segunda etapa do processo se explica não apenas pelas ordens infladas, mas também pela grande diferença de preço em relação ao patamar atual de negociação das ações. Além disso, os investidores viram com bons olhos o nome da Equatorial como sócia de referência.

R$ 15 bi
deverá movimentar a oferta total

Entre os interessados em se tornar minoritários estão grandes fundos estrangeiros e nacionais, que devem ter visão de mais longo prazo, afirmam fontes. Um dos interessados em assumir uma posição relevante é inclusive a Perfin Infra, que planejava participar do consórcio da Aegea para se tornar sócia de referência, caso a operadora tivesse apresentado proposta, segundo fonte.

Pessoas que acompanham o processo têm uma expectativa de que logo após a oferta as ações tenham uma redução, devido à discrepância entre o valor da privatização e o preço atual de tela. Porém, no mercado, a expectativa é que a privatização gere uma valorização relevante das ações da Sabesp no longo prazo.

Em relatórios publicados por Citi, UBS, Itaú BBA, Bradesco e XP entre maio e junho deste ano, o preço-alvo da Sabesp superava os R$ 100. Os relatórios ainda não foram atualizados à luz dos recentes resultados da oferta, mas os valores já capturavam avanços previstos com a privatização, principalmente os obtidos a partir da implementação de um novo modelo regulatório, que permitirá maiores ganhos e mais previsibilidade para o retorno financeiro dos acionistas.

Nova lei completa 4 anos com desafios

De São Paulo

Quatro anos após a publicação do novo marco legal do saneamento básico, o mercado de água e esgoto viu um aumento relevante das concessões e privatização do setor. Porém, a perspectiva sobre a universalização dos serviços até 2033 é baixa e ainda há uma série de desafios a serem vencidos para levar investimentos às áreas mais carentes do país, segundo especialistas da área.

Desde julho de 2020 até maio deste ano, foram realizados 45 leilões de concessões de água e esgoto, nos quais foram contratados R$ 69,2 bilhões de novos investimentos. Além dos contratos firmados, estão em estruturação outros 43 projetos, com potencial de gerar outros R$ 105 bilhões em novas obras, segundo dados da Abcon (Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto).

"Hoje há um novo ciclo de leilões que está sendo estruturado. O setor privado tem apetite para diferentes tipos de concessões e PPPs [Parcerias Público-Privadas]", afirma Christianne Dias, diretora-executiva da entidade. Em 2024, já estão agendadas duas licitações de grande porte, em Sergipe e no Piauí.

Para Rafael Vanzella, sócio do Machado Meyer, a perspectiva para os próximos leilões é de concorrência intensa e outorgas elevadas. "Temos visto um interesse alto pelo mercado e uma preocupação de compor consórcios capazes de assegurar ofertas mais agressivas", diz ele.

Além das concessões, o novo marco abriu caminho para duas privatizações de estatais, da Corsan, no Rio Grande do Sul, e da Sabesp, em São Paulo. Nos dois casos, houve apenas um proponente: na venda da empresa gaúcha, a compradora foi um consórcio liderado pela Aegea. Já a privatização da Sabesp, feita por meio de oferta de ações, deverá ser liquidada no dia 22 deste mês. A Equatorial deverá se tornar sócia de referência da empresa, com 15% das ações.

Se de um lado o setor privado ganhou espaço em saneamento — o que era um dos objetivos da lei —, de outro, ainda há dúvidas sobre o avanço da universalização nos próximos anos. Especialistas apontam uma preocupação principalmente em relação às zonas mais precárias do país.

"O novo marco não traz solução para os locais onde o déficit é maior, que são as áreas rurais, as periferias das grandes cidades e as prefeituras endividadas e pequenas. O conceito de universalização da lei deixa de fora muitas dessas áreas que não fazem parte de contratos", afirma Gesmar Rosa dos Santos, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para Marussia Whately, diretora-executiva do IAS (Instituto Água e Saneamento), essa é uma das lacunas do novo marco. "A tendência é que em 2033 haverá um avanço no acesso dessas regiões que estão sendo objeto de concessões, mas que não necessariamente são as regiões distantes, as áreas rurais, onde está a população que mais precisa", diz.

Hoje, além de áreas rurais e precárias que ficaram de fora da maior parte das concessões regionais, a Abcon mapeou 614 municípios que não têm contratos regulares de prestação dos serviços. Tratam-se de cidades atendidas por estatais, mas que não comprovaram capacidade econômico-financeira para fazer a universalização dos serviços — ou seja, onde não há um plano de investimentos traçado. Dentre esses municípios, 80% são de pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes.

Para Vanzella, a solução para esses locais deverá passar pela discussão de subsídios dos governos, para dar viabilidade a essas operações, seja por meio de PPPs ou outros modelos de prestação. Santos, do Ipea, defende que é preciso garantir acesso a recursos federais para que essas prefeituras possam realizar os investimentos. Ele avalia que a lei falha ao, pelo contrário, penalizar e restringir a liberação de verbas às cidades que estão irregulares.

Outra lacuna relevante deixada pela lei, segundo Whately, é a ausência de um sistema nacional de informações sobre saneamento confiável — algo que estava previsto na legislação, mas que não foi implementado. "Hoje não há indicadores atualizados que permitam dizer onde está se avançando. Em um Estado se usa um dado, em outro Estado o cálculo é diferente. Seria importante padronizar e acompanhar os dados, porque não adianta esperarmos chegar em 2033 para constatar que não deu certo", diz ela.

Do ponto de vista de segurança regulatória, a percepção no setor é que há uma maior estabilidade, após idas e vindas nos últimos anos. "Hoje temos um momento de mais calmaria e consolidação dos decretos regulamentadores", afirma Dias, da Abcon.

As disputas entre o setor privado e o público, que marcaram a aprovação e a implementação do novo marco legal, também vivem hoje uma fase de "pacificação", segundo Percy Soares Neto, ex-diretor-executivo da Abcon e sócio da consultoria Ikigai.

"O mercado operador viu que não adianta brigar e entendeu que com a regularização dos contratos das estatais haverá mais PPPs. Isso foi fator chave na pacificação do setor de saneamento e na retomada dos investimentos. Se continuasse a disputa, a incerteza seria a pior coisa para o mercado", diz ele.

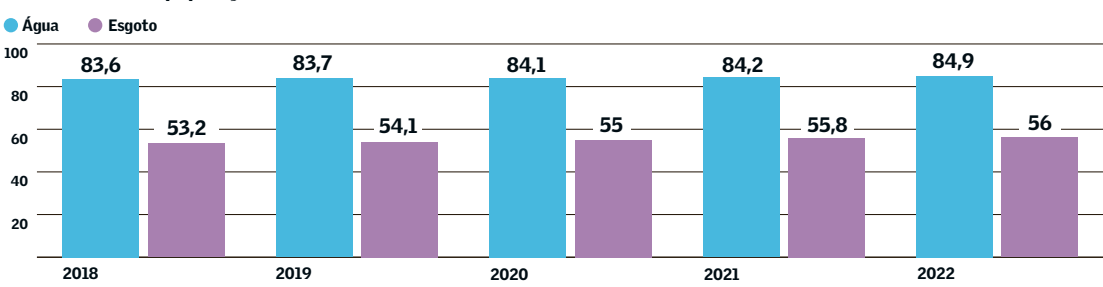
Apesar da maior estabilidade ter representado um avanço para os operadores de saneamento já presentes no país, Vanzella avalia que o novo marco legal ainda não foi capaz de promover a transformação que era aguardada por alguns investidores que não atuam no segmento de água e esgoto. "Para novos entrantes acredito que essas melhorias ainda não se materializaram. Não houve piora, mas também não aconteceram os avanços esperados", diz. *(TH)*

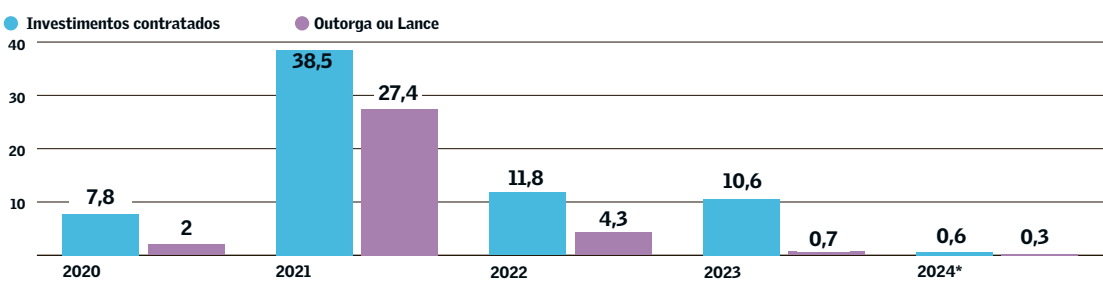
WENDERSON ARAÚJO/VALOR

"Hoje há um novo ciclo de leilões, e o setor privado tem apetite"
Christianne Dias

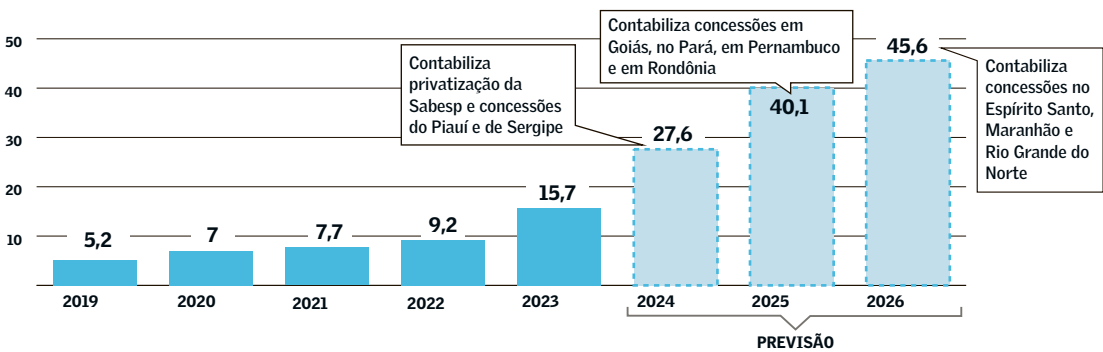
Água e esgoto
Indicadores de cobertura e de avanço da participação privada no setor

Atendimento (% população)

Ano	Água	Esgoto
2018	83,6	53,2
2019	83,7	54,1
2020	84,1	55
2021	84,2	55,8
2022	84,9	56

Leilões de saneamento desde a aprovação do novo marco legal de 2020 (R$ bilhões)

Ano	Investimentos contratados	Outorga ou Lance
2020	7,8	2
2021	38,5	27,4
2022	11,8	4,3
2023	10,6	0,7
2024*	0,6	0,3

Projeção da participação privada no mercado de água e esgoto (por % de municípios)

Ano	%
2019	5,2
2020	7
2021	7,7
2022	9,2
2023	15,7
2024 (previsão)	27,6
2025 (previsão)	40,1
2026 (previsão)	45,6

2024: Contabiliza privatização da Sabesp e concessões do Piauí e de Sergipe
2025: Contabiliza concessões em Goiás, no Pará, em Pernambuco e em Rondônia
2026: Contabiliza concessões no Espírito Santo, Maranhão e Rio Grande do Norte

Fonte: Snis, Radar PPP, BNDES, com elaboração da Abcon. *Até maio de 2024

CBN Professional O conselheiro, ex-CEO do Santander, reflete sobre sua trajetória profissional e a experiência ao liderar a Americanas por 9 dias

‘Sou movido a me reinventar’, diz Sergio Rial

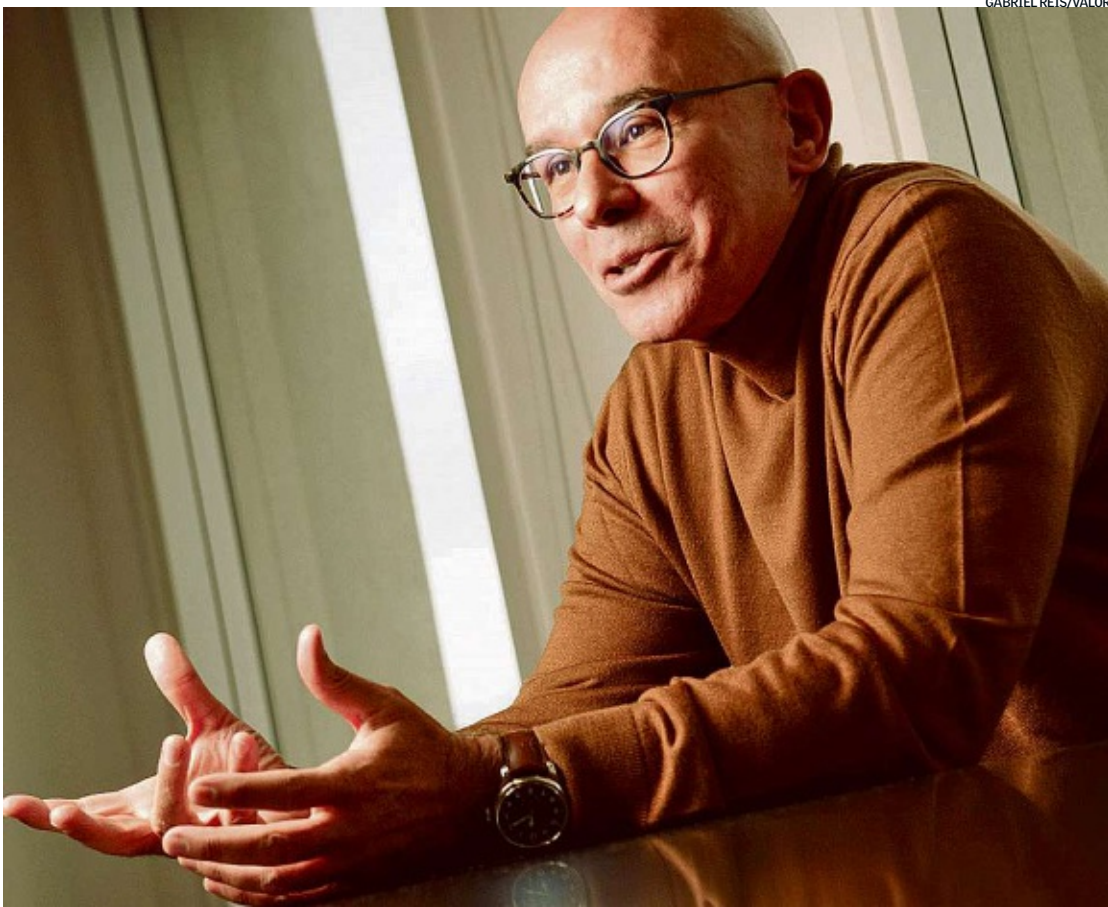
Stela Campos
De São Paulo

Quando decidiu ingressar no mercado financeiro nos anos 80, no ABN Amro, Sérgio Rial conta que foi atraído pelos salários acima da média na comparação com outras indústrias e pelo “pool” de talentos diferenciados que atuavam nele. “Sou de uma geração que não tinha bônus, isso veio nos anos 90”, diz. Na época, era um jovem em busca de independência financeira, afirma, mas tinha como meta ser o primeiro estrangeiro a entrar no comitê executivo global do banco, o que alcançou aos 39 anos. Sua carreira sempre foi pontuada de metas pessoais e pela busca por resultados. Saber lidar com frustrações, para quem pensa assim, diz ele, é parte fundamental de algum êxito. “A gente aprende muito mais quando erra”, afirma

Rial é o entrevistado desta semana do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio “CBN”. Filho de espanhóis, nascido no Rio de Janeiro, ele diz que cresceu em uma cultura em que valorizava a independência financeira. Diz que sempre teve um apetite por correr riscos na carreira. Foi por isso que aceitou ser CEO e comandar a operação do banco, de origem holandesa, na Ásia. Essa experiência, diz, moldou alguns aspectos essenciais da sua liderança. O primeiro foi dar importância à linguagem corporal. “Aprendi que boa parte da comunicação se dá através do corpo e não das palavras”, conta. “Como estava usando uma língua que não era minha, pela restrição, vi a importância também de escolher as palavras certas”. Por último, como brasileiro, afirma que entendeu “o que era ser uma minoria todos os dias”.

Seu encantamento pelo mercado financeiro, no entanto, foi abalado quando viveu a crise de 2008 no olho do furação, morando em Nova York e como sócio-diretor do Bear Stearns, um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos na época. Ele decide, então, fazer a primeira virada na carreira e partir para um novo setor, o do agronegócio, ingressando na Cargill. “É você ser capaz do que eu chamo de cometer suicídio, morrer e voltar a renascer”, diz. “A Cargill me permitiu me redesenhar a partir do zero”. No grupo ele presidiu a Seara Alimentos, foi CFO global e parte do conselho de administração da companhia.

De volta ao Brasil em 2012, veio a experiência como CEO da Marfrig, outra gigante do setor de alimentos, que anos depois se tornaria a controladora da BRF. Em 2016, Rial diz que decidiu ter outro ato de coragem e voltar ao mercado financeiro como CEO do Santander. “Decisão implica risco e incertezas e boa parte das pessoas sofre com isso”, observa. No banco, diz que o que soube fazer “foi ter sido a primeira faísca, porque tudo estava lá”. Ele esteve à frente da transformação digital em um momento altamente competitivo para o setor financeiro. “Quem toma a decisão de se digitalizar é a pessoa, não a tecnologia”, enfatiza. Ele acredita que o líder tem capacidade de inspirar quando consegue contar uma história de um jeito convincente. “Você leva boa parte, não toda a organização”, afirma.

Rial lembra que nem sempre foi um CEO “amado” no banco, como quando se posicionou contrário ao trabalho remoto. Ele acredita que para transformar uma organização é preciso viver “o conflito e o desconforto”. Conhecido por suas aparições inusitadas nas convenções do banco, como quando desceu de rapel no estádio do Allianz Parque, em São Paulo, na frente de 35 mil pessoas, ele diz que fez aquilo como parte da construção de uma cultura organizacional que privilegiava a coragem. “Eu morro de medo de altura”, confessa.

GABRIEL REIS/VALOR

> “O líder tem capacidade de inspirar quando consegue contar uma história de um jeito convincente”
> *Sergio Rial*

Provocar o desconforto era parte da sua estratégia para preparar suas lideranças. Quando estava prestes a perder um grande cliente do banco, levou seus executivos para nadar com tubarões no AquaRio. Ele diz que muita gente pode ter achado aquele ato de mau gosto, porque “o grau de desconforto era absurdo”. “A regra é peixe come peixe menor, o risco de o tubarão atacar era próximo do zero”, justifica.

Ele diz que não se arrepende de ter saído do Santander para ingressar em 2023 nas Americanas, como CEO. “A gente tem que aprender a não ter uma abordagem revisionista”. E complementa: “Eu sou movido por me reinventar”. Foram apenas nove dias no cargo até sua renúncia, depois de denunciar inconsistências financeiras em um fato relevante para o mercado, movimento que levou a um dos maiores escândalos financeiros do país apontando um rombo bilionário nas contas da varejista, que entrou em recuperação judicial.

Essa, de longe, segundo ele, foi uma das experiências mais difíceis da sua vida. “Por mais transparente, coerente e completo que eu tentei ser, é óbvio que o órgão regulador acredita que eu não fui tão consistente tecnicamente”, diz, referindo-se a processo movido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pela exposição de informações da Americanas. “Tentei fazer o meu melhor e lamento por todos, de forma abrangente, e por mim, de ter cruzado e ter tido essa intersecção. Mas a vida segue. A vida tem que seguir”, diz.

Atualmente, ele é sócio da Crescera Capital e participa de vários conselhos, entre eles o da The Nature Conservancy, e também lidera um fórum de empresários americanos e latino-americanos que acreditam na conservação ambiental, que diz ser sua nova paixão.

Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da CBN ou as plataformas de streaming como Spotify e Apple Podcasts. Ele também pode ser assistido em vídeo pelo YouTube do **Valor** e da “CBN”.

Acadêmicos não se veem perdendo emprego para a IA

Ensino

Javier Espinoza
Do Financial Times

A inteligência artificial (IA) pode não estar prestes a substituir os professores, mas está ampliando a maneira como o setor educacional lida com o aprendizado. Robert Seamans, professor de administração da NYU Stern School of Business, acredita que ele e seus colegas receberão ajuda de ferramentas como o ChatGPT para se tornarem melhores naquilo que já fazem, em vez de perderem suas funções. Elas certamente serão “mais rápidas e espero que isso seja melhor”, explica Seamans — e ele está bem posicionado para julgar, pois é um dos autores de um estudo sobre as profissões mais vulneráveis ao crescimento acelerado da IA.

O estudo constatou que oito de dez das ocupações mais expostas à IA estão no setor de educação, incluindo professores. Mas isso não significa necessariamente que eles serão substituídos, diz Seamans, apenas que a maneira como fazem seu trabalho será afetada. O estudo reconhece a possibilidade da perda de empregos e o papel do governo na gestão dessa ruptura, mas aponta para o potencial da tecnologia. Uma força de trabalho treinada em IA ajudará tanto as empresas como os próprios trabalhadores à medida que eles “tiram vantagem das novas ferramentas”.

David Veredas, professor da Vlerick Business School em Bruxelas, vê a IA como um “facilitador” para educadores e alunos da mesma maneira que ferramentas como o Google e a Wikipedia. “Primeiro, tivemos o quadro branco, depois os slides e agora temos a IA”, diz. “Podemos fazer muitas coisas mais, como usar a realidade virtual para reforçar a experiência de aprendizado.”

Outros veem a IA como um potencial aprimoramento em sala de aula. Greg Benson, professor de ciência da computação na Universidade de San Francisco, lançou o GenAI Café, um fórum informal onde estudantes compartilham seus pontos de vista sobre o potencial da IA generativa. “Sinto-me como uma criança em uma loja de doces, no momento. Há tanta coisa mudando”, diz. Ele afirma que os chatbots inteligentes surgiram como parte do pensamento inicial de sua universidade sobre ferramentas de IA capazes de auxiliar no aprendizado. “Elas não darão a você a resposta, mas o ajudarão a raciocinar sobre os problemas nos quais você está trabalhando”, diz. No entanto, ele está preocupado com o plágio. “A trapaça não é um problema novo, mas temos que deixar claro que você não pode entregar trabalhos produzidos pela IA”, explica.

> “The value for the share holders has now disappeared”
> *Nonononononon*

Seamans começou a usar o ChatGPT para acelerar seu processo de escrita. “Escrever fica um pouco mais rápido porque coloco ideias iniciais no chat e obtenho uma estrutura”. E acrescenta: “Nunca uso a maior parte do que ele me fornece porque isso não está nas minhas palavras. Mas ele estimula esse processo criativo, me dá algo para reagir.”

Além de ajudar no esboço inicial de ideias de pesquisa, a IA pode ajudar a estruturar estudos acadêmicos, ou ser uma plataforma para brainstorming. Isso acelerará o fluxo de trabalho acadêmico, mas não substituirá a contribuição criativa ou intelectual dos professores.

Benson aponta para ferramentas experimentais como o NotebookLM da Google, que ajuda a encontrar tendências a partir de documentos carregados. “Você pode pedir para ele resumir ou produzir coisas.”

Veredas está otimista quanto à sobrevivência e prosperidade de sua profissão, apesar da IA. Ele destaca o núcleo insubstituível da aprendizagem que envolve a interação, a discussão e o pensamento crítico, que a IA não consegue replicar facilmente. “A IA pode sacudir a sala de aula. Poderemos permitir aos alunos aprender os conceitos básicos em casa com a IA e então vamos mais fundo nas discussões em sala de aula. Mas ainda não sabemos como isso se dará. Precisamos estar abertos às novas tecnologias e adotá-las sempre que forem úteis para o aprendizado.”

Minimizar uma origem de privilégio pode ser útil

Banda executiva

Emma Jacobs

Você é privilegiado? Se sim, quão privilegiado? Talvez a pergunta faça você se sentir desconfortável, como aconteceu quando dois professores perguntaram a um ex-sócio sênior de um renomado escritório de advocacia.

Reconhecendo sua formação de “classe média alta clássica”, ele ainda assim destacou que os sucessos de sua família se deviam aos seus próprios méritos; especialmente seu bisavô, que veio de “origem humilde na Escócia rural, para se tornar o presidente de um dos Royal Colleges para profissionais da medicina no Reino Unido”.

O advogado não se via como parte da elite, e sim como o produto de uma nova era meritocrática. “A City mudou muito”, disse ele aos autores de um livro que será lançado em breve, “Born to Rule: The Making and Remaking of the British Elite”. “Sem dúvida, se você voltar para uma geração antes da minha, verá uma série de pessoas que se tornaram sócias e que nunca teriam conseguido isso se não tivessem conexões.”

Intencional ou não, essa estratégia de amenizar uma formação privilegiada pode se revelar uma iniciativa de carreira inteligente: pode concentrar as atenções nos talentos de um indivíduo e torná-los mais agradáveis aos outros.

Os autores, Aaron Reeves, professor de política social em Oxford, e Sam Friedman, professor de sociologia da London School of Economics, estudaram o banco de dados histórico do “Who’s Who” e conversaram com 144 profissionais importantes como presidentes de empresas que fazem parte do índice de ações FTSE 100, políticos e editores de jornais, para entender suas origens.

Eles descobriram que muitos faziam questão de enfatizar que seu progresso na vida se deveu às suas próprias habilidades. Em parte, eles fizeram isso, como o advogado que caricaturou o passado como uma época em que os empregos eram oferecidos por meio de piscadelas e acenos dentro de um círculo de “velhos amigos”.

Certamente, os esforços recentes para profissionalizar o recrutamento nos setores financeiro, jurídico e de consultoria, particularmente na fase de início de carreira, sugeririam uma mudança em relação às gerações anteriores. Relatório da Progress Together, organização sem fins lucrativos que promove a diversidade nos serviços financeiros, constatou que “um grande esforço está sendo feito para diversificar o acesso ao setor”. No entanto, ele aponta que 89% das pessoas nos cargos mais altos ainda provêm de um contexto socioeconômico mais elevado devido à ocupação parental.

Mesmo assim, as pessoas gostam de salientar a sua própria banalidade, tanto em gostos como nas origens.

Em uma experiência citada em “Born to Rule”, os autores pediram aos participantes que aconselhassem uma amiga fictícia, nomeada CEO de uma empresa do índice de ações FTSE 250, sobre quais elementos de seu passado ela deveria incluir em seu perfil. Mais de 86% disseram que ela deveria mencionar um avô que trabalhou em uma mina, 63% disseram que ela deveria incluir seu pai diretor de escola, e apenas 38% sugeriram que ela citasse sua educação em escolas particulares.

As atitudes dos britânicos em relação às classes são notoriamente estranhas. Quando Victoria Beckham descreveu sua origem como “classe trabalhadora”, em um documentário da Netflix, seu marido jogador de futebol discordou, dizendo para ela ser “honesta”. Ela acabou admitindo que seu pai a levava para a escola em um Rolls-Royce.

Ela não está sozinha. Segundo uma pesquisa, quase um quarto das pessoas no Reino Unido com empregos e origens de classe média “se veem como classe trabalhadora”. Ao ouvir as queixas dos pais sobre os planos do governo trabalhista de adicionar Imposto sobre Valor Agregado (IVA) às mensalidades das escolas particulares, poder-se-ia imaginar que Harrow e Whinchester educam apenas os filhos de trabalhadores do comércio e de faxineiros, tamanho o fervor de suas alegações de estarem a apenas um semestre letivo de distância da pobreza.

Enquanto isso, o novo primeiro-ministro britânico, Sir Keir Starmer, teve que lembrar a todos que é filho de um ferramenteiro da classe operária, porque ele tem sido acusado de estar desconectado, considerando que agora está confortavelmente instalado na classe média como um advogado do norte de Londres com título de cavaleiro.

Em parte, a autoimagem de advogado de um escritório renomado, mas com raízes humildes, decorra do fato de tudo ser relativo. Sempre há outro degrau a ser galgado na carreira, um colega que possui um iate maior, ou uma propriedade rural. Mas parece que parecer menos privilegiado rende dividendos. Em pesquisas, as pessoas classificaram um acadêmico privilegiado como menos merecedor de sua posição do que um igualmente qualificado, mas de origem mais modesta, enquanto um CEO com gostos intelectuais foi considerado menos simpático do que outro que gostava de frequentar pubs.

Isso explica por que Nigel Farage, do partido Reform UK, cultiva uma imagem de homem que bebe cerveja — embora tenha sido preciso alguma ousadia para declarar que perder sua conta no Coutts, banco da família real, fez dele o garoto-propaganda dos “sem-banco”.

Desviar a atenção de privilégios é importante, me disse Friedman, porque “perpetua o mito da meritocracia”. Isso não significa que aqueles no topo não têm habilidades ou talento, mas sugere que, pelo menos no Reino Unido, histórias sobre origens humildes devem ser encaradas com cautela.
(Tradução Mario Zamarian)

Emma Jacobs é colunista do “Financial Times”

Cancer Center brasileiro está entre os mais eficientes do mundo

Modelo de atendimento do A.C.Camargo une tratamentos de ponta, pesquisas clínicas com pacientes e excelentes resultados de custo-efetividade

O aumento dos casos de câncer no mundo tem gerado preocupação no setor de saúde. Segundo a Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (Iarc, na sigla em inglês), de 2020 a 2040, as ocorrências devem crescer em torno de 75% em homens e 60% em mulheres até 85 anos de idade. Além do envelhecimento da população e estilo de vida, que colaboram para maior incidência, preocupam também os custos elevados dos tratamentos. A cada ano, graças à ciência, avançam rapidamente as descobertas de terapias inovadoras para tornar a jornada do paciente oncológico mais curativa. Porém, os custos aumentam proporcionalmente mais. No A.C.Camargo, a tecnologia é usada a favor do paciente e de todo o sistema de saúde, oferecendo o procedimento certo, no momento ideal.

Um levantamento recente do Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima que os gastos totais com os três tipos mais incidentes no país (mama, colorretal e endométrio) deverão chegar a R$ 3,4 bilhões em 2040, considerando despesas com procedimentos hospitalares e ambulatoriais realizados no Sistema Único de Saúde (SUS) em pacientes oncológicos com mais de 30 anos.

Diante dessa realidade, a gestão eficiente de recursos da saúde torna-se imprescindível para a promoção de diagnósticos precoces e tratamentos precisos, reduzindo custos, aumentando as chances de cura e oferecendo mais qualidade de vida durante a jornada oncológica. Ou seja, é preciso equilibrar valor financeiro, científico e humano.

A tarefa não é simples, mas saem na frente as instituições que já buscavam soluções há mais tempo. Na liderança de custo-efetividade está o A.C.Camargo Cancer Center, único a ter o modelo de cancer center no Brasil e que cuida de pacientes oncológicos há mais de 70 anos e é o único no país a ter a chancela de cancer center. A instituição acaba de ter suas unidades de terapia intensiva (UTIs) certificadas com o selo Top Performer, concedido a UTIs com alta eficiência clínica, de acordo com os critérios do sistema Epimed Monitor, que faz a gestão e análise de dados de 2 mil UTIs em nove países, incluindo Espanha, França, Bélgica, Portugal e Suíça.

BOAS PRÁTICAS E ÓTIMOS RESULTADOS

Ficar mais tempo internado e fazer mais exames deixou de ser considerado fator de cuidado e sucesso em tratamentos médicos. "Atualmente já temos dados suficientes que mostram como uma preparação física e nutricional no pré-operatório, por exemplo, reduz o tempo de internação e acelera a recuperação", conta o dr. Victor Piana, CEO do A.C.Camargo Cancer Center. "Cada vez mais o câncer deixará de ser tratado no ambiente hospitalar, garantindo mais qualidade de vida para os pacientes e redução de custo para as operadoras", completa.

Para conquistar o selo Top Performer, o A.C.Camargo passou por um rastreamento de suas práticas. O resultado mostrou dados como a economia de R$ 40 milhões em internações, com tempo médio de 3,2 dias contra 5,7 dias de hospitais privados. O dado é superior mesmo se comparado somente a centros de oncologia de hospitais privados.

A instituição é dona também da menor taxa de internações prolongadas, com 14% dos pacientes ficando, em média, de quatro a sete dias em seus leitos hospitalares; 8%, de oito a 21 dias; e somente 1%, mais de 21 dias. A média dos outros hospitais é de 22% entre quatro e sete dias; 10% entre oito e 21; e 3% para mais de 21 dias.

Se olharmos as taxas de encaminhamento para UTI pós-cirurgias, o A.C. Camargo fica abaixo do que é observado na literatura. Para câncer de mama, por exemplo, o hospital tem uma redução de 50% — e sua taxa de cura após cinco anos é equivalente à dos melhores cancer centers do mundo: 98% em fase inicial. Para próstata, a redução é de 100% por conta da técnica de robótica, com taxa de cura de 94%. E o câncer colorretal tem redução de 57% e taxa de cura de 90%.

Victor Piana, CEO do A.C.Camargo Cancer Center (*acima*) e Pedro Caruso, chefe de UTI da instituição (*abaixo*): "Chegamos a ficar 23 meses sem um único caso de infecção secundária e ventilação mecânica em nossa UTI"

© FOTOS: DIVULGAÇÃO

> **"Apresentamos uma taxa de uso de recursos menor, com mortalidade e o consumo de diárias mais baixas do que outras instituições, mesmo tratando pacientes com maior complexidade"**
> **DR. VICTOR PIANA**, CEO do A.C.Camargo Cancer Center

"Ao mesmo tempo que incorporamos inovações, como cirurgias robóticas menos invasivas, radioterapias mais precisas e medicamentos inteligentes que oferecem menos efeitos adversos e reduzem a necessidade de internação, nossa equipe multidisciplinar trabalha de forma coordenada para oferecer expertise e tratamentos assertivos, seguindo protocolos e boas práticas que evitam o desperdício de recursos", afirma o dr. Victor Piana.

Internação em UTI é decidida com base em uma classificação de 1 a 5, sendo que 1 e 2 são aqueles casos em que a unidade intensiva é uma conduta inegociável. O A.C.Camargo teve 90% de suas internações classificadas entre prioridades 1 e 2, com 93% dos pacientes recebendo alta e somente 6% indo a óbito na unidade de internação intensiva. Em hospitais privados, 50% das internações estão entre as prioridades 1 e 2.

"Promovemos um cuidado de alto valor, evitando custos desnecessários. Para reforçar esse compromisso, lançamos o programa Dano Zero, iniciativa que visa evitar falhas de procedimentos que poderiam causar problemas aos pacientes, sem ser pela própria doença, ao adotar protocolos clínicos rigorosos. Isso consolidará a posição do hospital entre o 1% mais eficiente no uso de recursos para cada vida salva na UTI", conta o dr. Pedro Caruso, chefe de UTI da instituição. "Queremos ensinar e replicar essas práticas em outros locais do país", garante o dr. Piana, CEO do A.C.Camargo Cancer Center.

Tempo de permanência em UTI (2023)

	A.C.Camargo Cancer Center	Outros hospitais
Dias de internação	3,5	5,04

Dias evitados de internação em UTI: 4.154 = economia gerada: R$ 39.459.316,33

Tempo médio de internação geral*

TEMPO	A.C.CAMARGO CANCER CENTER	OUTROS HOSPITAIS
4 a 7 dias	14%*	22%
8 a 21 dias	8%	10%
+ de 21 dias	1%	3%

*% do total de pessoas que passam esse intervalo de tempo em internação geral.

Tempo e economia pós-cirurgia

TIPO DE CIRURGIA	DIAS DE INTERNAÇÃO: A.C.CAMARGO CANCER CENTER	DIAS DE INTERNAÇÃO: OUTROS HOSPITAIS
Mama	1	3
Próstata robótica	1	2,9
Colorretal	4	8
Tireoide	1	3

Dias evitados de internação de pacientes cirúrgicos: 2.967 = economia gerada: R$ 10.383.800,00

*Fonte de dados: A.C.Camargo, Epimed Monitor e Observatório do Câncer

Aviação Bolso apertado do consumidor ajuda a crescer procura por programas, mas regulamentação em estudo acende alerta no setor

Emissão de bilhete aéreo com pontos bate recorde

Cristian Favaro
De São Paulo

Com o bolso do consumidor mais curto e o forte crescimento de programas de pontos no Brasil, a emissão de passagens aéreas por meio de milhas disparou. Empresas batem recordes em vendas, com os programas sendo uma alternativa para o passageiro economizar ante o cenário de bilhete mais caro.

Contudo, o setor está em alerta. Há debates envolvendo a regulamentação do benefício no Congresso e, segundo a indústria, poderia acabar com os programas no formato de hoje.

Dados da Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização (ABEMF) apontam que o número de clientes cadastrados em programas de fidelidade no Brasil mais do que dobrou de 2019 para 2023, totalizando 312,5 milhões. No total, os resgates no ano passado totalizaram 505,7 bilhões de pontos, contra 265,1 bilhões em 2019. Apesar das diversas formas de se usar o benefício, o ecossistema de passagens aéreas ainda representa 82,2% do destino dos pontos.

Na Latam, a empresa registrou recorde na emissão de passagens com milhas no primeiro semestre deste ano, totalizando 2,5 milhões de passagens no mercado brasileiro, alta de 14% contra o mesmo período do ano passado, contou Martin Holdschmidt, diretor geral do Latam Pass, ao **Valor**.

O maior salto em resgates dos brasileiros no Latam Pass veio das passagens internacionais, com 425 mil bilhetes emitidos com pontos, alta de 61% ante o primeiro semestre de 2023. No doméstico, grande maioria dos resgates, o crescimento foi de 7%. “Quando a gente conversa com os clientes, o que eles buscam com o programa é passagem aérea, mas também uma melhor experiência. E é o que a gente vem investido”, disse Holdschmidt. O grupo relançou recentemente o aplicativo do programa, com melhorias de sistema.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Holdschmidt diz que Latam Pass reportou alta de 14% de bilhetes com pontos

Enquanto isso, na Smiles, da Gol, o resgate de milhas no primeiro trimestre do ano cresceu 18%. Carla Fonseca, CEO da Smiles, contou que a indústria tem crescido com o cliente conhecendo mais os benefícios. No primeiro trimestre deste ano, cerca de 200 mil clientes resgataram algo na Smiles pela primeira vez.

“Vemos crescer muito rápido as novas formas de acúmulo. Se olharmos só a parte do e-commerce da Smiles [compra de produtos em dinheiro e recompensa de pontos] ela cresceu cinco vezes de 2019 para cá em milhas acumuladas. Isso alimenta o ecossistema”, disse Fonseca.

A executiva da Smiles destacou que uma das oportunidades é incentivar cada vez mais a transferência dos programas de bancos para os programas das aéreas.

Segundo dados do Banco Central, um total de 30,1 bilhões de pontos expiraram em 2023. O número representa uma queda de 14% contra 2022, mas ainda assim é um volume gigantes e que o setor olha de perto — apenas a critério de comparação, a Smiles tem hoje um “estoque” de 100 bilhões de milhas.

“O volume de pontos expirados no cartão de crédito é muito elevado. Ainda vejo como oportunidade educacional grande”, disse Fonseca. A fidelidade do cliente à aérea cresce quando ele passa a transferir os pontos do cartão, acrescentou.

Já o Azul Fidelidade, programa da Azul, viu um salto de 20% no resgate de passagens com pontos no primeiro semestre deste ano contra 2023. “A disponibilidade de assentos promocionais, além de incentivo para compras com maior antecedência são fatores que colaboraram para o crescimento”, disse a empresa, em nota. Em 2023, a empresa bateu recorde em resgates.

Os pontos acabaram virando uma alternativa ao passageiro que quer continuar viajando mesmo diante da maior tarifa aérea. Mas os resgates com milhas também ficaram mais caros. Segundo dados da Latam, um total de 41,7% das passagens emitidas no primeiro semestre deste ano nos voos domésticos foram comercializadas abaixo de 10 mil pontos o trecho. Em igual período de 2019, esse percentual representou 73,33%. O volume de milhas, entretanto, acaba sendo mais fácil de se juntar hoje, com diversas outras formas de se pontuar — como compras no varejo com bônus — para além dos gastos com cartão de crédito.

Apesar das boas sinalizações, a indústria atravessa uma forte turbulência provocada pela recuperação judicial da 123milhas, que abraça também a Maxmilhas — empresa que fez fama ao intermediar a comercialização de milhas, algo proibido pelo regulamento das aéreas. Diante dos milhares de consumidores prejudicados, o Congresso passou a escrutinar o segmento e estuda uma regulamentação.

“O que eles [Congresso] discutem no projeto de lei, nada que está lá iria proteger o consumidor do que aconteceu com a Maxmilhas. Quando a gente fala do PL [2767], que está com requerimento de urgência, o que está sendo proposto acaba com os programas de fidelidade que existem hoje”, disse Holdschmidt, que assumiu a presidência da ABEMF neste ano.

O deputado Jorge Braz (Republicanos-RJ), relator do PL 2767, disse que há debates em andamento com todos os atores do mercado. “Os grandes desafios são relacionados à proteção do consumidor. O que queremos é trazer segurança jurídica através da transparência”, disse.

Entre as propostas do texto está uma validade mínima dos pontos/milhas de 30 meses. Os pontos que forem comprados pelo cliente não perderão validade. O deputado não deu previsão para a tramitação do texto, que terá de passar pelo Senado.

“Esse mercado de milhas movimenta muito dinheiro. As milhas expiram e a companhia não precisa garantir as viagens. A Receita não ganha, porque não recolhe impostos das milhas. O mercado necessita de regulamentação”, disse o deputado.

Programas de pontos

Adesão disparou; setor aéreo responde por 80% dos resgates

Cadastros em programas de fidelidade (milhões)*

2014	2015	2016	2017	2018	2019*	2020	2021	2022	2023
58,7	70,7	89,6	112,2	127,6	147,4	161,6	180,5	194	312,5

Emissão e Resgate (em bilhões de pontos)

	2014	2019	2021	2023
Emitidos	166,5	308,2	265,1	592**
Resgatados	126,7	265,1	265,1	505,7*

Faturamento (R$ bilhões)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
3,97	5,04	5,6	6,2	6,9	7,6	5,3	6	9,5	14,7**

Suzano compra fábricas e põe os pés nos Estados Unidos

Embalagem

Stella Fontes
De São Paulo

Duas semanas depois de desistir de levar adiante uma oferta pelos ativos da americana International Paper (IP), a Suzano deu novo passo em sua estratégia de internacionalização e acertou a compra de duas fábricas, de celulose e papel cartão usado em embalagens de alimentos líquidos frescos e copos em papel, da americana Pactiv Evergreen, líder nesse segmento nos Estados Unidos.

A transação, de US$ 110 milhões (quase R$ 600 milhões ao câmbio de hoje), deve ser concluída até o fim do ano e marca a entrada da Suzano nos Estados Unidos com operações industriais, uma geografia que já estava em seu radar sobretudo por causa da escala de consumo ao longo da cadeia de valor — o país está entre os maiores mercados de embalagens do mundo —, além de sua estreia no mercado de embalagens para “food service”. As fábricas que serão compradas estão instaladas em Pine Bluff, no Arkansas, e em Waynesville, na Carolina do Norte.

A unidade de Pine Bluff tem produção integrada de celulose e papel cartão, com capacidade instalada de 420 mil toneladas por ano. Em Waynesville, é feita a extrusão e tratamento do papel, que será vendido para a própria Pactiv e para outros convertedores de embalagens nos Estados Unidos. A Suzano ainda não produzia esse tipo de papel cartão, que é negociado com prêmio em relação ao produto que já faz, em unidades no Brasil, e com outras aplicações.

“É uma fábrica de tamanho médio, que certamente representa um primeiro passo no mercado americano. A Suzano vai buscar outras oportunidades no futuro”, disse ao **Valor** o vice-presidente executivo financeiro, relações com investidores e jurídico da companhia, Marcelo Bacci.

GABRIEL REIS/VALOR

“É um primeiro passo no mercado americano”
Marcelo Bacci

Maior fornecedora de celulose de fibra curta (eucalipto) na América do Norte e no mundo, a Suzano ainda não tinha fábricas nos Estados Unidos, mas vinha buscado alternativas para ir além da oferta de matéria-prima.

Há cerca de duas semanas, a brasileira abandonou as conversas em torno de uma oferta de US$ 15 bilhões por ativos da IP, que é líder no mercado americano de embalagens de papelão ondulado, sob a justificativa de que não houve engajamento da outra parte — que está a caminho de comprar a rival britânica em embalagens de papelão ondulado DS Smith.

Poucos dias antes, dentro da estratégia de internacionalização e diversificação, já havia firmado outro acordo, de compra de uma fatia de 15% da Lenzing, que produz celulose solúvel (“dissolving pulp”) e tecidos, marcando sua chegada a essa indústria. O negócio, de € 229,9 milhões inicialmente, pode crescer até 2028, prazo para que a companhia decida se quer adquirir mais 15% da empresa austríaca e se tornar sua maior acionista.

Conforme Bacci, a Suzano vai usar recursos próprios na aquisição das fábricas da Pactiv, que emprega cerca de 800 pessoas nas duas unidades, sem impacto relevante em seu balanço. “Era um alvo preferencial por causa da localização geográfica [das fábricas], do acesso à madeira, da qualidade dos equipamentos e do posicionamento comercial”, afirmou.

Segundo o vice-presidente executivo de papel e embalagens da Suzano, Fabio Almeida, o mercado de embalagens nos Estados Unidos é relevante e a companhia brasileira vinha estudando há algum tempo uma porta de entrada, uma vez que traz menor volatilidade em termos de volume e preço. Além disso, a demanda por embalagens para alimentos líquidos frescos cresce a taxas interessantes nos Estados Unidos.

“São dois ativos bem posicionados do ponto de vista de logística e de custo. É um investimento importante para nossa ambição em ‘packaging’ e tem espaço para futura expansão”, afirmou. Conforme o executivo, embora a companhia tenha produção de cartões no Brasil, ainda não estava no mercado de embalagens para alimentos líquidos frescos — um mercado diferente do disputado pela Klabin com seus papéis para embalagens assépticas (LPB), ou longa vida. Para os padrões americanos, disse, o custo de produção é competitivo.

Curtas

Prévias da EZTec

A EZTec ampliou em 74,4% as vendas líquidas do primeiro para o segundo trimestre, para o patamar de R$ 508 milhões, conforme a prévia operacional divulgada na sexta-feira (12). Em comparação com o mesmo período de 2023, a alta foi de 21,2%. Já em vendas brutas, a construtora somou R$ 556 milhões, 72,6% acima do registrado no trimestre anterior e 14,3% a mais do reportado no mesmo período em 2023. A construtora lançou dois empreendimentos entre abril e junho, totalizando R$ 188,3 milhões em VGV (valor geral de vendas).

Medicina da Ânima no PA

A Ânima Educação anunciou na sexta-feira (12) que obteve a autorização do curso de graduação de medicina na Faculdade Una, em Tucuruí (PA), por meio do programa Mais Médicos. O número total de vagas de medicina autorizadas pelo Ministério da Educação é de 50 vagas ao ano. Com isso, a Inspirali, subsidiária da Ânima que administra os cursos de medicina, passa a contar com 1.892 vagas ao ano de medicina. A Faculdade Una é a primeira no portfólio da Ânima com autorização para ter curso dessa graduação na região Norte. Ela ainda tem seis na região Sudeste, seis na Nordeste e duas na Sul.

Metais e Petróleo

Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**12/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.422,0	2.495,5	2.485,5	2.335,5	2.147,5	-2,95	-2,55	3,70	12,78	2.068,5	2.695,0
Três meses	2.484,0	2.545,0	2.526,0	2.382,0	2.186,0	-2,40	-1,66	4,28	13,63	2.123,0	2.741,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	2.550,0	2.050,0	2.260,0	1.550,0	1.846,0	24,39	12,83	64,52	38,14	1.450,0	2.550,0
Três meses	2.355,0	2.050,0	2.260,0	1.550,0	1.900,0	14,88	4,20	51,94	23,95	1.503,0	2.355,0
Chumbo											
Disponível	2.129,0	2.191,0	2.160,0	2.031,0	2.077,0	-2,83	-1,44	4,83	2,50	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.182,0	2.238,0	2.210,0	2.068,0	2.071,0	-2,50	-1,27	5,51	5,36	2.005,0	2.343,0
Cobre grade A											
Disponível	9.673,0	9.809,0	9.476,5	8.476,0	8.367,0	-1,39	2,07	14,12	15,61	7.812,5	10.857,0
Três meses	9.821,5	9.970,0	9.625,0	8.580,0	8.383,0	-1,49	2,04	14,47	17,16	7.890,0	10.930,0
Estanho high grade											
Disponível	33.950,0	33.595,0	33.000,0	25.175,0	28.500,0	1,06	2,88	34,86	19,12	22.910,0	35.685,0
Três meses	33.955,0	33.625,0	33.200,0	25.500,0	28.105,0	0,98	2,27	33,16	20,81	23.275,0	35.350,0
Níquel											
Disponível	16.625,0	17.175,0	16.960,0	16.300,0	20.950,0	-3,20	-1,98	1,99	-20,64	15.620,0	22.355,0
Três meses	16.950,0	17.425,0	17.270,0	16.570,0	21.130,0	-2,73	-1,85	2,29	-19,78	15.880,0	22.700,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.870,0	2.955,0	2.919,5	2.640,5	2.360,0	-2,88	-1,70	8,69	21,61	2.261,0	3.093,0
Três meses	2.930,0	3.012,5	2.976,0	2.654,0	2.375,0	-2,74	-1,55	10,40	23,37	2.282,0	3.142,5
Petróleo - US/barril (2)	**12/07/24**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	81,02	82,26	80,64	71,84	75,54	-1,51	0,47	12,78	7,25	68,85	91,30
Brent - mercado futuro	84,10	85,71	85,00	76,91	79,79	-1,88	-1,06	9,35	5,40	73,52	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Ensino Fundação do banco investirá R$ 1,4 bi este ano em sua rede de 40 escolas com 42 mil alunos

O destino dos dividendos do Bradesco para educação

Beth Koike
De São Paulo

Amador Aguiar, fundador do Bradesco, recebeu ao longo de sua vida inúmeras visitas na Cidade de Deus, sede do banco, para tratar especialmente de temas econômico-financeiros. Mas a partir da década de 1970, vários prefeitos e governadores bateram na sua porta para pedir abertura de escolas em suas cidades e Estados. Os pleitos não eram à toa. Nessa época, num cenário de carência de escolas públicas, Aguiar criou a Fundação Bradesco (inicialmente batizada de Fundação São Paulo de Piratininga) com o propósito de construir colégios gratuitos em localidades de difícil acesso em todos os 26 Estados do país e no Distrito Federal.

A meta de Aguiar de estar presente em todo o Brasil foi atingida em 2001. Hoje, a Fundação Bradesco tem 40 escolas que atendem quase 42 mil alunos do ensino básico (do infantil ao médio), na educação de jovens e adultos (EJA) e em cursos técnicos profissionalizantes. Além do conteúdo pedagógico, a instituição fornece alimentação, assistências médica e dental, material escolar e uniforme. O custo anual para manter essa estrutura é da ordem de R$ 1 bilhão.

Fundada em 1956 com investimento inicial de 100 mil cruzeiros, a Fundação Bradesco tem hoje o maior fundo "endowment" (fundo patrimonial filantrópico) do país e um dos maiores do mundo, com patrimônio de cerca de R$ 86 bilhões. Os recursos vêm de dividendos e juros sobre capital próprio, uma vez que a Fundação é a maior acionista do banco, com 51% das ações preferenciais (com direito a voto). Essa estrutura societária foi criada pelo próprio Amador Aguiar a fim de dar perpetuidade ao seu projeto social.

GABRIEL REIS/ VALOR

Denise Aguiar, da Fundação Bradesco, cujo patrimônio é de R$ 86 bi: "Nosso modelo é diferente porque construímos as escolas e fazemos toda a gestão"

Em 2022, a Fundação anunciou uma reestruturação, iniciada no ano passado e que pretende ser concluída em cinco anos, com melhorias administrativas, tecnológicas e pedagógicas para atender as novas demandas sociais e aprendizado. Nesse sentido, a instituição tem firmado parcerias com outros grupos educacionais com 'expertise' em determinadas áreas. O sistema de ensino adotado é o SAS, da Arco Educação, e as aulas de inglês são ministradas com conteúdo produzido pela Universidade de Cambridge. Também estão sendo contratados mais profissionais para temáticas socioemocionais. Além disso, há um trabalho para ampliar a frente de educação de jovens e adultos (EJA).

> "Temos 40 escolas de perfis distintos, com vocação para música, agro etc"
> *Denise Aguiar*

Neste ano, a Fundação Bradesco está investindo R$ 1,4 bilhão — cerca de 40% acima da média dos períodos anteriores. Deste total, pouco mais de R$ 1 bilhão são destinados às despesas operacionais e R$ 322 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia Educacional que faz parte do projeto de reestruturação iniciado em 2023.

No acumulado dos últimos dez anos, a Fundação Bradesco investiu quase R$ 10 bilhões na sua rede escolar e infraestrutura. A instituição tem cerca de 3,5 mil funcionários, sendo que 1,5 mil são professores.

A Fundação é liderada desde 1987 por Denise Aguiar Alvarez, neta de Amador. "Nosso modelo é diferente de outras fundações. Nós temos as nossas próprias escolas, fazemos toda a gestão. Temos unidades em regiões bem distantes e cada uma têm um perfil diferente. Nossa unidade no Jardim Conceição [Osasco] tem um grupo de música muito atuante, já nas escolas-fazenda a maioria dos alunos quer seguir a carreira agro, o que é esperado", disse a diretora geral da Fundação Bradesco. Ela se é formada em pedagogia pela PUC-SP e tem mestrado em educação pela Universidade de Nova York.

Entre as 40 unidades, cinco delas são escolas-fazenda e duas funcionam em regime de internato. Esse modelo de internato foi adotado nas escolas de Canuanã, que fica às margens do rio Javaés, no Tocantins, e em Bodoquena, no Pantanal do Mato Grosso do Sul, porque as famílias trabalham no campo, em locais muitos distantes dos colégios. "Há um universo nessas duas escolas-fazenda, temos uma estrutura completa para atender 24 por 7. Não é fácil, principalmente para as crianças menores ficarem em regime interno, distante da família. Por isso, não aceitamos com menos de oito anos. Oferecemos toda a estrutura de moradia, alimentação saudável, lazer, eles têm acesso à internet, celular. Eles são tratados como alunos, estão lá para estudar. Em muitos casos, é uma realidade diferente da vivenciada em casa onde precisam trabalhar", conta Denise. Essas duas unidades são as que mais demandam sua atenção e tempo.

Hoje, dos 42 mil alunos, 87% são moradores do entorno dos colégios e apenas 13% são filhos de funcionários do banco — a Fundação foi criada inicialmente para atender esse público porque, na época, o deslocamento para a sede do Bradesco, na Cidade de Deus, em Osasco, era difícil e havia pouca infraestrutura na região.

O projeto de abertura de escolas foi encerrado em 2004, quando a instituição atingiu 40 unidades no país. De lá pra cá, vem fortalecendo seu modelo de educação completa e totalmente gratuita que já chamou atenção de nomes ilustres como do cientista Albert Sabin, da ex-primeira ministra do Reino Unido Margareth Thatcher e do professor de Harvard, Bruce Scott, que visitaram as escolas da Fundação Bradesco.

INÊS 249

Marketing XP, Vivo e Banco do Brasil lançam campanhas atreladas a jogos que começam em 26 de julho

Publicidade entra no clima da Olimpíada

PARIS 2024

Daniela Braun e Luana Dandara
De São Paulo

A publicidade brasileira já entrou no clima da Olimpíada de Paris 2024. Na última semana, marcas como Vivo, XP e Banco do Brasil estrearam campanhas em torno dos jogos que começam no dia 26 de julho e vão até 11 de agosto.

A proximidade do maior evento poliesportivo do mundo eleva o interesse dos brasileiros. Na última semana, entre 5 e 12 de julho, a busca pelas expressões "Jogos Olímpicos 2024" e "Olimpíadas"cresceu 26,6% e 12%, respectivamente, segundo dados do Google Trends.

O interesse do público já se reflete na audiência das campanhas. Em menos de 24 horas, o anúncio "Ouro é inspirar novos tempos" divulgada no dia 7 pela Vivo, marca da Telefônica, teve 1 milhão de visualizações nas redes sociais.

O filme reúne a skatista Rayssa Leal, o jogador de futebol Vinícius Júnior, a judoca Rafaela Silva, o surfista Gabriel Medina e o atleta Alison dos Santos, o Piu, ao som de uma trilha sonora muito conhecida dos brasileiros, o Tema da Vitória, que embalava as corridas do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna. A Telefônica é uma das patrocinadoras do Comitê Olímpico Brasileiro (COB)

Além do volume de visualizações, os comentários nas redes sociais são acompanhados. "O número de comentários e compartilhamentos salta quando temos uma iniciativa que quebra a bolha da publicidade e se torna culturalmente relevante. Neste caso, atingimos uma positividade [comentários positivos] de 90 a 100%", disse Marina Daineze, diretora de Marca e Comunicação da Vivo.

O BB lançou sua campanha, no dia 8, um dia depois da Vivo. O filme, da agência WMcCann, mostra, com humor, as diversas formas dos brasileiros torcerem — tocando samba em caixinha de fósforo, gritando na janela, pintando o cabelo de verde e amarelo. O plano é fazer veiculação nacional na TV, além de usar as redes sociais.

A XP, que também é patrocinadora do COB neste ano, aposta em diversos canais de mídia com a campanha lançada no dia 11. Além de um filme para a TV, a instituição financeira vai promover vídeos nas redes sociais e ações de marketing em Paris, São Paulo e em voos do Brasil para a capital francesa que sedia os jogos.

O objetivo, segundo o diretor de marketing da XP, Lisandro Lopez, é fortalecer a marca e aproximá-la do universo esportivo. Em junho, a empresa passou a oferecer assessoria financeira aos atletas da delegação brasileira.

DIVULGAÇÃO

Anúncio da Vivo, marca da Telefônica, em 7 de julho teve 1 milhão de visualizações nas redes sociais em menos de 24 horas

O clima olímpico começou a esquentar em junho com estreias de campanhas de Azul, apoiadora do COB, Ambev, Piracanjuba e Netshoes, que patrocinam as transmissões dos jogos pela TV.

No início de junho, a Azul lançou o filme "Feliz é quem voa", em parceria com a agência Africa Creative. Gravado no Centro de Treinamento Time Brasil, no Rio de Janeiro, o filme é estrelado por atletas que vão a Paris e são patrocinados pela companhia aérea.

A Netshoes, varejista on-line de artigos esportivos que pertence ao Magazine Luiza, atrelou a Olimpíada ao novo posicionamento da marca anunciado em 18 de junho. "Estamos contando ao consumidor sobre a ampliação do posicionamento da marca para estilo de vida, além da prática esportiva", diz Rafael Montalvão, diretor de marketing da Netshoes.

Na Olimpíada de Paris, a marca espera superar os resultados de vendas dos jogos de Tóquio, em 2021. "Tivemos um salto de 80% nas vendas de artigos esportivos ligados ao skate após a conquista da medalha de prata pela Raíssa Leal na Olimpíada de Tóquio", recorda Montalvão.

Além de um filme de 1 minuto contando histórias de pessoas que têm o esporte como parte da rotina, a Netshoes aposta em conteúdos gerados por atletas como a judoca Rafaela Silva, e em influenciadores. Serão 22 criadores de conteúdo da marca durante o evento.

"Essa é uma Olimpíada na qual teremos uma presença massiva de influenciadores", nota o diretor. "Será uma explosão de conteúdo sobre os jogos olímpicos nas redes sociais".

A Olimpíada também é um gancho para o lançamento da cerveja sem álcool Corona Cero, da Ambev, patrocinadora global dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Paris 2024. A campanha "Para todos os momentos de Ouro" foi desenvolvida pela agência Grey e estreou em mais de 40 países, incluindo o Brasil, com formatos variados — de filmes a ações em pontos de venda. A marca Corona "é nossa grande aposta no mercado brasileiro", disse Dani Waks, vice-presidente de Marketing da Ambev, em comunicado.

A fabricante de bebidas Piracanjuba embarcou no espírito olímpico em março, sorteando barras de ouro na compra de seus produtos. No início de junho, estreou a campanha "Isso é da gente", idealizada pela agência GoodBrands. "A ideia é mostrar que os valores do esporte e os da Piracanjuba estão entrelaçados", diz Lisiane Campos, diretora de Marketing da empresa.

26,6%
é quanto cresceu a busca pelo assunto

É preciso resgatar as relações humanas, diz Kotler

Livro

Natália Flach
De São Paulo

Uma parede repleta de fotos de familiares foi o cenário escolhido por Philip Kotler, professor emérito da Universidade de Northwestern, para a entrevista com o **Valor**. Pode parecer algo fortuito, mas a decoração de seu escritório dá pistas sobre a importância que o autor — mais conhecido como o pai do marketing moderno — dá aos laços pessoais. Mas é no seu livro 'Marketing H2H: A jornada para o marketing human to human', recém-lançado pela editora Benvirá, que o destaque às relações humanas fica ainda mais patente.

"Negócios e marketing são sobre pessoas, envolvem relações, como as de compradores e vendedores. O problema é que a sociedade de massa está acabando com a familiaridade que tínhamos. A boa notícia é que é possível resgatá-la com o toque humano", diz o especialista, de 93 anos, que recentemente falou recentemente, por vídeo, a uma plateia no auditório da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), em São Paulo.

REPRODUÇÃO

"As empresas espertas vão avançar nas relações humanas e em termos tecnológicos"
Philip Kotler

Essa perspectiva vale, inclusive, para as empresas, que, segundo ele, precisam de uma nova postura para conseguir prosperar. Nesse sentido, o marketing tem um papel decisivo. O problema é que a área tem sido deixada de lado nos últimos anos, tornando-se cada vez menos estratégica ao ficar restrita a funções operacionais. Para mudar essa realidade, o marketing deve deixar de ser entendido como a área dos "espertos" que criam artimanhas para convencer o consumidor a comprar algo, ao mesmo tempo que o profissional deve passar a compreender o modelo de negócio da organização. Em outras palavras, o marketing tem de voltar ao centro do processo de criação de valor, e a única forma de isso acontecer é se os profissionais retomarem o relacionamento com colaboradores, clientes e parceiros.

"As companhias mais espertas são aquelas que vão avançar tanto nas relações humanas quanto em termos tecnológicos", acredita. Para ele, o desenvolvimento tecnológico é algo inevitável dado o grau competitivo do mercado. "A questão é se as empresas vão saber usar a inteligência artificial a seu favor, como se fosse novo um parceiro. Não adianta, por exemplo, colocar a IA para traçar um cenário de crescimento de longo prazo das organizações. Isso não vai dar certo, afinal, precisa ser feito por pessoas reais com experiência."

Por sua vez, a comunicação e as transações entre empresas serão cada vez mais automatizadas. Para ele, o progresso tecnológico resultará em maior produtividade dos trabalhadores, pois as tarefas operacionais serão feitas por máquinas. "Isso vai permitir que as pessoas tenham mais tempo para ser criativas", diz. "Os jovens da geração Z não querem ter a vida profissional exaustiva que os pais tiveram: desejam equilíbrio entre trabalho, família e amigos. E eles são os consumidores que as empresas deveriam mirar, pois significam a perenidade dos negócios no longo prazo", afirma.

Perguntado sobre o que ele define como felicidade, Kotler diz que o pressuposto é viver em uma sociedade em que há direitos humanos e liberdade.

No crediário, quer pagar quanto?

QUEM INVENTOU

História

De São Paulo

Por conhecer bem os seus clientes, um vendedor que ia de porta em porta comercializar eletrodomésticos criou uma forma de pagamento baseada na confiança. Ele dividia o valor da geladeira e do fogão, e os consumidores quitavam as parcelas todos os meses. Foi assim que há 60 anos Samuel Klein (1923-2014) inventou o crediário e, impulsionado pelos resultados, fundou a Casas Bahia.

"Ele olhava muito para os migrantes nordestinos que vinham em busca de trabalho no Estado de São Paulo. Sabia que eles tinham renda limitada, o que tornava o pagamento à vista muito difícil", afirma Vital Leite, diretor de crédito e cobrança da varejista, que está em recuperação extrajudicial. "Ele fazia a análise de crédito no 'feeling' e definia como seria o parcelamento. Quando havia inadimplência, ele ficava no prejuízo", acrescenta.

Mas engana-se quem acha que Klein bania quem lhe dava calote. Ele renegociava e, em certos casos, até perdoava a dívida. Tudo para o consumidor voltar a comprar. "Ele sabia onde os clientes moravam, então, havia um vínculo diferente. O crediário foi a alavanca para engajar os clientes e criar fidelidade com a marca."

Cerca de 20 anos depois de colocar o produto nas ruas, a Casas Bahia adquiriu uma financeira. "Chegamos a ter 40 mil pessoas analisando o perfil do cliente; mas hoje, 99% da decisão é feita on-line. Com isso, melhoramos a jornada, dando mais clareza ao processo de análise." A modalidade está presente em 95% dos municípios brasileiros, atendendo locais onde a varejista não tem loja.

Nos últimos anos, a carteira de crediário dobrou, para R$ 5,5 bilhões, assim como o número de clientes, que chegaram a 500 mil. Dentre estes, 40% estão negativados e 40% são autônomos sem comprovação de renda. "A recorrência de um consumidor do crediário é de 50%", afirma.

A Casas Bahia reduziu o prejuízo líquido em 12% no primeiro trimestre, para R$ 261 milhões. A receita bruta caiu 14% no mesmo período, para R$ 7,5 bilhões. *(NF)*

Reformulada, IPG cresce 40%

Estratégia

Claudia Penteado
Para o Valor, de São Paulo

Empresa focada em mídia, ou seja, em planejar, administrar e comprar espaço publicitário, a IPG Mediabrands chegou ao Brasil há cerca de cinco anos, um ano antes da pandemia de covid-19, quando boa parte da economia travou. Passada a turbulência e reformulada como uma agência que oferece também serviços de criação, a empresa do grupo americano Interpublic teve um desempenho "histórico" em 2023, nas palavras de seu novo presidente Ariel Bérgamo. A receita cresceu 40% em relação a 2022, e a projeção para este ano é aumentar em 15%.

Bérgamo assumiu o cargo em abril e acumulará a função com a de presidente regional da Initiative, unidade do grupo focada em serviços de marketing e mídia.

Antes dele, Ezra Geld, que estava no cargo desde agosto de 2020, teve como missão estruturar a operação no Brasil sob o conceito de "full specialist", ou especialista pleno. Isso significa que agregou serviços de criação de campanhas ao negócio de planejar e gerir o orçamento dos clientes na compra de espaço publicitário. Isso foi feito com sete unidades da empresa no Brasil: Initiative, UM, MullenLowe, Magna, Kinesso, MBCS (Mediabrands Content Studio) e Orion.

Agregar serviços de criação foi importante para a operação. "Aqui no Brasil, a criatividade tem um papel primário. No restante da América Latina, somos 100% dedicados à mídia", explica Bérgamo.

O executivo chega em um bom momento, de crescimento e a posição de líder no tradicional ranking das maiores agências do país, o Cenp-Meios. Embora tanto Mullen Lowe quanto Reprise Digital já fizessem parte da operação Mediabrands desde 2021, este foi o primeiro ano em que o Conselho Executivo das Normas-Padrão (Cenp) e a Kantar Ibope Media, que publicam o ranking Cenp-Meios, decidiram unir seus desempenhos, levando a Mediabrands para o topo da lista, pela primeira vez. No ranking de 2022, Mediabrands e Mullen apareciam, respectivamente, em 11º e 17º lugares.

O crescimento do último ano é explicado, em parte, pela entrada da Nestlé no portfólio, a partir do segundo semestre de 2022, somando-se a marcas como Amazon, Unilever, Kenvue, Johnson & Johnson, Mercado Livre, Suzano e Bayer. Este ano, o crescimento estimado é de 15%. Bérgamo diz que entre suas missões está investir em tecnologia e automação de sistemas e trazer para o guarda-chuva da empresa as expertises de e-commerce e marketing de influência.

A Mediabrands foi criada mundialmente pelo grupo IPG em 2007, seguindo a tendência de vários grupos de comunicação de estabelecer operações especializadas em mídia, percebendo, com a entrada em cena do digital e a consequente fragmentação de pontos de contato com os consumidores, a oportunidade de trabalhar com dados e otimizar investimentos.

No Brasil, historicamente, as agências de publicidade mantiveram unificadas em suas estruturas as áreas de criação e mídia, com maior investimento em seus departamentos criativos.

"As agências brasileiras tiveram alguma dificuldade em conseguir demonstrar para os clientes o quanto o volume investido na mídia de fato merecia o tipo de tratamento refinado que era dado para outras disciplinas. Por isso alguns deles internalizaram a mídia, criando suas próprias estruturas, especialmente quando a mídia ficou mais complexa", diz Bérgamo.

DIVULGAÇÃO

No mercado brasileiro "a criatividade tem um papel primário"
Ariel Bérgamo

É importante não confundir a atuação de empresas como IPG Mediabrands, Mindshare (WPP), Starcom (Publicis), OMD (Omnicom) e Carat (Dentsu) com operações de "media brokers", conhecidas por comprar grandes volumes de espaço publicitário e revender a agências e anunciantes. Estes "corretores de espaço publicitário", como a Icon International e a Active International, não operam no Brasil e são criticados por supostamente inflacionar os preços ao adquirir grandes volumes de espaço publicitário e revendê-los com margens de lucro elevadas.

O Brasil é a maior operação da Mediabrands na América Latina, presente também na Cidade do México, em Buenos Aires, Bogotá e Santiago. No grupo como um todo, a agência brasileira está entre as 10 maiores do mundo.

Tecnologia Denúncia do Mercado Livre sobre política de aplicativos no iPhone está sob análise da autoridade antitruste desde 2022

Cade deve investigar Apple por mais uma semana

Beatriz Olivon, Natália Flach e Daniela Braun
De Brasília e São Paulo

A União Europeia (UE) fechou, na semana passada, acordo para que a Apple permita que seu iPhone não tenha apenas o aplicativo Apple Pay, de pagamento por aproximação. Apps rivais poderão ser baixados pelo usuário do iPhone. Mas isso vale para países membros da UE mais Islândia, Liechtenstein e Noruega. E no Brasil?

O assunto segue em investigação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O inquérito vem sendo prorrogado, para continuação das análises. Em 23 de maio, foram aprovados mais 60 dias para a investigação, prazo que termina em oito dias.

Assim como ocorreu em outros países, o Cade começou a apurar se a Apple fere a concorrência ao estabelecer o uso da Apple Pay como única opção em seu celular. O caso chegou ao Cade em 2022, após uma denúncia da plataforma de comércio on-line Mercado Livre.

A empresa alegou que a Apple estaria abusando de sua posição dominante no mercado de distribuição de aplicativos (apps) para dispositivos com sistema iOS. Isso ocorreria porque a empresa impõe aos desenvolvedores de apps de bens e serviços digitais uma série de restrições quanto a compras dentro dos apps. Para o Mercado Livre, isso limitaria a entrada de rivais da Apple nesses mercados.

Ao Cade, o Mercado Livre alegou que a Apple fecha o mercado ao não permitir que outros agentes econômicos ampliem a sua oferta de bens e serviços digitais produzidos por terceiros, transformem-se em "marketplace" de bens e serviços digitais, e concorram com a própria Apple.

Uma dificuldade concreta apresentada pelo Mercado Livre foi com um benefício que incorporou a seu programa de fidelidade: a assinatura direta de serviços de streaming de vídeo de terceiros (por exemplo HBO Max12, Paramount+13 e Deezer14), com descontos incrementais de acordo com o nível que o usuário tem no programa. Ao ativar o benefício, o usuário do Mercado Livre é direcionado ao site do provedor de serviços de streaming de vídeo para registrar sua conta associada.

Essa versão do app Mercado Livre incluiu um bônus que isenta o valor da assinatura das plataformas Disney (Disney+ e Star+) para membros pertencentes ao nível mais alto do programa de fidelidade. Embora essa funcionalidade tenha sido incluída nos apps para iOS, a Apple rejeitou a atualização argumentando que tal venda era proibida por se tratar de bens digitais que seriam usados fora dos apps do Mercado Livre. Ainda segundo a denúncia, a Apple impõe uma comissão de até 30% para cada compra ou assinatura para desenvolvedores que oferecem compras integradas em seus apps de bens digitais.

> "O acordo com a UE reconhece que o mundo digital é um ecossistema"
> *Camila Leite*

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Em acordo com a União Europeia, a Apple abriu o iPhone a aplicativos rivais

Para Camila Leite, especialista de telecomunicação e direitos digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), "o acordo fechado pela UE com a Apple reconhece que o mundo digital funciona em ecossistema". Ou seja, a Apple não é dona só de um celular, mas também de uma loja de aplicativos e de aplicações. Assim, tem diversos competidores.

A justificativa que a Apple dava para manter o Apple Pay como única opção era a segurança e a proteção de dados dos usuários. "O problema acontece quando esse tipo de política dificulta a concorrência".

A especialista observa que o acordo firmado com a UE é estritamente relacionado a pagamentos em lojas físicas, mas a Apple também enfrenta questionamentos relacionados a pagamentos dentro da App Store nos Estados Unidos e na UE. "É importante deixar claro que o ecossistema de pagamento físico brasileiro é diferente do europeu. Por aqui, é muito forte o uso de cartões e até de pix. Mas isso não impede que o Cade abra outra investigação para garantir mais opções para os consumidores, desde que eles sejam seguros. Não basta ser uma medida que aumenta a diversidade se não vier com padrões de segurança embutidos."

Procurada pelo **Valor**, a Apple respondeu: "No momento, não temos nenhuma informação sobre o Brasil, especificamente".

UE acusa a rede social de Musk de prática enganosa

Javier Espinoza
Financial Times

A X, rede social de Elon Musk, está sendo ameaçada com multas pesadas pela União Europeia (UE) devido a uma série de questões de transparência, incluindo uma permissão para que as pessoas comprem uma "marca de verificação" [indicando que é uma fonte confiável] que antes era reservada para os usuários verificados.

A Comissão Europeia, o braço executivo da União Europeia, disse na sexta-feira (12) que a X está "violando" a Lei dos Serviços Digitais, que entrou em vigor este ano e foi elaborada para policiar melhor o conteúdo on-line.

Nas conclusões preliminares de uma investigação iniciada no ano passado, a UE disse que uma decisão tomada após a aquisição do então Twitter, rebatizado de X, por US$ 44 bilhões por Musk há dois anos, de permitir que qualquer pessoa pague para obter a marca de verificação azul, enganaria milhões de usuários.

"Como qualquer um pode assinar para obter a condição de 'verificado', isso afeta negativamente a capacidade dos usuários de tomar decisões sobre a autenticidade das contas e do conteúdo com o qual elas interagem", disseram as autoridades reguladoras em Bruxelas.

A X pode se defender, mas se as conclusões da UE forem confirmadas, a companhia poderá ser multada em até 6% de sua receita mundial total. Em 2021, o último ano cheio em que a Twitter divulgou suas receitas, a companhia faturou US$ 5,1 bilhões.

A Lei dos Serviços Digitais impõe uma série de novas responsabilidades às grandes plataformas online, como forçá-las a divulgar relatórios regulares sobre a remoção de postagens ilegais e prejudiciais e oferecer opções de exclusão de propaganda direcionada.

Bruxelas acrescentou que as práticas da X não estão em conformidade com a Lei dos Serviços Digitais em várias áreas, como a proibição do uso de padrões escuros – técnicas enganosas usadas para manipular o comportamento do usuário, bem como a transparência na propaganda e a garantia de acesso adequado aos pesquisadores. A X não se pronunciou.

"Antes, as verificações azuis eram usadas para significar fontes confiáveis de informação", diz Thierry Breton, o comissário francês para o mercado interno. "Agora, com o X, nossa visão preliminar é de que eles enganam os usuários e violam a Lei dos Serviços Digitais. Também consideramos que o repositório de anúncios do X e as condições de acesso aos dados pelos pesquisadores não estão alinhados com os requisitos de transparência da Lei dos Serviços Digitais."

"A X tem agora o direito de se defender – mas se nossa visão for confirmada, vamos impor multas e exigir mudanças significativas."

O "Financial Times" informou em outubro que a X seria a primeira companhia a ser investigada por violações às regras digitais da União Europeia. *(**Tradução de Mario Zamarian**)*

6%
da receita pode ser o valor da multa

Agenda Tributária

Mês de Julho de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Junho/2024
15	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	1º a 10/julho/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605*	"
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	1º a 10/julho/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	1º a 10/julho/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
15	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	1º a 10/julho/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
15	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Jurídica	1150*	Junho/2024
	Operações de Crédito/Mútuo - Pessoa Física	7893*	"
15	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3770*	16 a 30/junho/2024
15	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Retenção - Aquisição de autopeças	3746*	16 a 30/junho/2024
15	Cide - Combustíveis - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9331*	Junho/2024
15	Cide - Remessas ao Exterior - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a remessa de importâncias ao exterior nas hipóteses tratadas no art. 2º da Lei nº 10.168/2000, alterado pelo art. 6º da Lei nº 10.332/2001.	8741*	Junho/2024
15	Contribuinte Individual - recolhimento mensal NIT/PIS/Pasep	1007**	1º a 30/junho/2024
	Contribuinte Individual - recolhimento mensal - com dedução de 45% (Lei nº 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep	1120**	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento Mensal - NIT/PIS/Pasep	1163**	"
	Segurado Facultativo - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1406**	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1473**	"
	Segurado Especial - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1503**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei nº 12.470/2011	1830**	"
	MEI - Complementação Mensal	1910**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - NIT/PIS/Pasep	1929**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento mensal - Complemento	1945**	"
15	Contribuinte Individual - Recolhimento Trimestral NIT/PIS/Pasep	1104**	1º abril a 30 junho/2024
	Contribuinte Individual - Recolhimento Trimestral - Com dedução de 45% (Lei nº 9.876/99) - NIT/PIS/Pasep	1147**	"
	Contribuinte Individual - Opção: aposentadoria apenas por idade Recolhimento Trimestral - NIT/PIS/Pasep	1180**	"
	Segurado Facultativo - recolhimento trimestral - NIT/PIS/Pasep	1457**	"
	Facultativo - Opção: aposentadoria apenas por idade – Recolhimento Trimestral - NIT/PIS/Pasep	1490**	"
	Segurado Especial - recolhimento trimestral - NIT /PIS/Pasep	1554**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento trimestral - Complemento para Plano Simplificado da Previdência Social - PSPS - Lei nº 12.470/2011	1848**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento trimestral - NIT/PIS/Pasep	1937**	"
	Facultativo Baixa Renda - recolhimento trimestral - Complemento	1953**	"
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo	1661*	1º a 10/julho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo	1700*	"
	CPSS - Pensionista Civil	1717*	"
	CPSS - Patronal - Servidor Civil Ativo - Operação Intra-Orçamentária	1769*	"
	CPSS - Patronal - Servidor no Exterior - Operação Intra-Orçamentária	1814*	"
15	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Ativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1723*	1º a 10/julho/2024
	CPSS - Servidor Civil Inativo - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1730*	"
	CPSS - Pensionista - Precatório Judicial e Requisição de Pequeno Valor	1752*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência

Google negocia compra da startup de segurança Wiz

Software

Dow Jones Newswires
Nova York e San Francisco

A Alphabet, controladora do Google, está em negociações avançadas para adquirir a startup de segurança cibernética Wiz por cerca de US$ 23 bilhões, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto, no que seria sua maior aquisição de todos os tempos.

A Alphabet está de olho no acordo em um momento de intenso escrutínio antitruste da empresa de buscas e de outros gigantes da tecnologia. A aquisição também poderia ajudar a impulsionar os esforços da Alphabet em computação em nuvem, um negócio importante e crescente, no qual está atrás de seus pares.

A avaliação da Wiz disparou desde que foi fundada em 2020 pelo executivo-chefe Assaf Rappaport e vários colegas. A empresa, que oferece software de segurança cibernética para computação em nuvem, levantou US$ 1 bilhão no início deste ano, com uma avaliação de US$ 12 bilhões. É uma das poucas startups fora do setor de inteligência artificial a arrecadar dinheiro com uma avaliação mais elevada em 2024.

A maioria das startups ainda sofre os efeitos de ressaca do boom tecnológico que atingiu o pico no início desta década, durante o qual um ambiente de taxas de juro baixas alimentou avaliações crescentes que ultrapassaram em muito o crescimento dos negócios. A Wiz atingiu US$ 100 milhões em receita recorrente anual após 18 meses e alcançou US$ 350 milhões em receita recorrente anual em 2023.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Cleverson Moraes do Vale ME -** CNPJ: 18.672.409/0001-10 - Endereço: Rua Maria Tereza Dias da Silva, 886, Bairro Cidade Universitária, Campinas/sp - Requerente: Belenus do Brasil S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP
Requerido: **Empresa São Pedro Ltda. -** CNPJ: 17.845.264/0001-49 - Endereço: Av. Princesa do Sul, 2820, Bairro Jardim Andere - Requerente: José Reinaldo Pereira - Vara/Comarca: 2a Vara de Varginha/MG
Requerido: **Geo Lógica Consultoria Ambiental Ltda. -** CNPJ: 04.657.860/0001-53 - Endereço: Quadra Saan, Quadra 01, Lote 400, Zona Industrial - Requerente: João Carlos Alves e Lusigrácia Siqueira Brasil Tosta - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Falências Decretadas

Empresa: **Km Brasil Food Service Ltda. -** CNPJ: 69.054.625/0001-32 - Endereço: Rua Tijuco Preto, 1366, Bairro Vila Gomes Cardim - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Rv3 Consultores Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Velho Oeste Steakhouse Ltda. -** CNPJ: 31.395.157/0001-97 - Endereço: Rua Victor Konder, 471, Centro, Xanxerê/sc - Administrador Judicial: Leiria & Cascaes Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Pedro Cascaes Neto - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Wf Serviços Terceirizados Ltda. -** CNPJ: 05.869.639/0001-21 - Endereço: Rua Tijuco Preto, 1376, Bairro Vila Gomes Cardim - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Rv3 Consultores Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Cristiane Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 45.015.393/0001-45 - Requerente: Fernando Paschoal Duran - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Petição inicial indeferida.
Requerido: **Jpw Incorporações, Construtora & Locação de Imóveis Eireli ME -** CNPJ: 04.766.251/0001-32 - Endereço: Quadra Qnm 08, S/nº, Cjto. L, Lote 47, Sobreloja, Ceilândia Norte - Requerente: Mônica Raimundo Cabral Vitoriano - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Petição inicial indeferida.

Recuperação Judicial Requerida

Empresa: **Sx Infraestrutura Ltda., Filial 1, Nome Fantasia Shox do Brasil -** CNPJ: 06.271.784/0002-50 - Endereço: Quadra 06, Lotes 13, 15 e 17, Nº 01, Loja, Ceilândia, Brasília/df - Vara/Comarca: 5a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Sx Infraestrutura Ltda., Filial 2, Nome Fantasia Shox Mix Concreto -** CNPJ: 06.271.784/0003-30 - Endereço: Setor Polo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, 15, Trecho, Cjto. 05, Lote 02, Anexo, Bairro Santa Maria, Brasília/df - Vara/Comarca: 5a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Sx Infraestrutura Ltda., Filial 3, Nome Fantasia Shox Mineração -** CNPJ: 06.271.784/0004-11 - Endereço: Rodovia Go 424, Fazenda Pé de Serra, S/nº, Zona Rural, Padre Bernardo/go - Vara/Comarca: 5a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Sx Infraestrutura Ltda., Filial 4, Nome Fantasia Shox Demolições Pesadas -** CNPJ: 06.271.784/0005-00 - Endereço: Rua Professor Mario Marroquim, 181, Bairro Pinheiro, Maceió/al - Vara/Comarca: 5a Vara de Maceió/AL
Empresa: **Sx Infraestrutura Ltda., Nome Fantasia Sx Infra -** CNPJ: 06.271.784/0001-79 - Endereço: Setor Polo de Desenvolvimento Juscelino Kubitschek, 15, Trecho, Cjto. 05, Lote 02, Bairro Santa Maria, Brasília/df - Vara/Comarca: 5a Vara de Maceió/AL

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agropecuária Luarh Ltda. -** CNPJ: 30.371.997/0001-57 - Endereço: Estrada do Leopoldo de Bulhões, Km 15,6 À Esquerda, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO
Empresa: **Bistrô 558 Restaurante Ltda. -** CNPJ: 21.498.239/0001-03 - Endereço: Rua Das Paineiras, 378, Bairro Jardim - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Botequim Carioca Restaurante Ltda. -** CNPJ: 09.523.040/0001-92 - Endereço: Rua Santo André, 524 e 523, Centro - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Botequim Carioca Restaurante Ltda., Filial -** CNPJ: 09.523.040/0002-73 - Endereço: Rua Das Paineiras, 378, Bairro Jardim - Administrador Judicial: Ala Consultoria e Administração Eireli Epp, Representada Pela Dra. Adriana Rodrigues de Lucena - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Lucas Guimarães Motta Ou Lucas G Motta, Nome Fantasia Agropecuária Luka -** CNPJ: 54.738.247/0001-39 - Endereço: Estrada do Leopoldo de Bulhões, Km 15,6 À Esquerda, S/nº, Zona Rural - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO
Empresa: **Richard Wagner de Lázaro Motta Ou Richard Wagner de Lázaro, Nome Fantasia Mini Box Tem Tudo -** CNPJ: 01.353.243/0001-76 - Endereço: Rua Sebastião F. de Souza, 311, Setor Central, Santa Helena de Goiás/go - Administrador Judicial: Vw Advogados - Vara/Comarca: Vara Cível de Bela Vista de Goiás/GO
Empresa: **Tecmesteel Indústria Metalúrgica Ltda. -** CNPJ: 13.369.501/0001-91 - Endereço: Rua Antonio Luiz Bittencourt, 475, Bairro Alvorada, Capivari de Baixo/sc - Administrador Judicial: Brazílio Bacellar, Shirai Advogados - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Agroenergia Empresa de capital brasileiro e americano deu seu primeiro passo no comércio internacional de DDG com o embarque de três lotes para a Indonésia

Pioneira em etanol de milho no país, FS diversifica na exportação

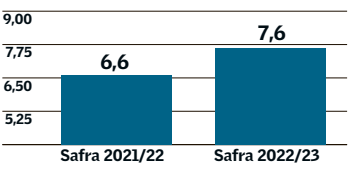
Eliane Silva
Para o Valor, de Lucas do Rio Verde (MT)

Pioneira na produção de etanol de milho no Brasil, a FS Fueling Sustainability, de capital americano e brasileiro, deu seu primeiro passo no comércio internacional de grãos secos de destilaria (DDG na sigla em inglês). Neste ano, já foram embarcados três pequenos lotes para a Indonésia.

O DDG é um coproduto da fabricação de etanol a partir do milho e é usado na ração animal. Segundo Brian Mike, gerente de vendas dos produtos de nutrição animal, a companhia já comercializa o DDG (ou farelo de milho) no Brasil, mas adiou o início das exportações porque precisava aumentar a produção a fim de ter escala para atender os clientes estrangeiros. O plano inicial é exportar de 10% a 12% da produção anual, que hoje é de 1,8 milhão de toneladas.

O Brasil já exporta DDG desde 2021, segundo a União Nacional do Etanol de Milho (Unem). Mas, até 2023, os embarques dos grãos secos destilados com solúveis (DDGS) eram feitos exclusivamente pela Inpasa, que tem três usinas.

A FS tem três unidades — em Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste — todas em Mato Grosso, e capacidade total de moer 5,1 milhões de toneladas de milho por ano. A empresa, que teve receita de R$ 7,6 bilhões na safra 2022/23, planeja construir mais três plantas no Estado, em Querência, Campos Novos e Nova Mutum. A expansão visa dobrar a produção de etanol em 2026 para 5 bilhões de litros e chegar a 4 milhões de toneladas de DDG.

Segundo a companhia, os terrenos foram comprados e as licenças de construção já foram expedidas. Mas a FS não revela o valor do investimento. Como no caso das unidades já existentes, as cidades foram escolhidas para receberem as novas unidades por estarem a uma distância média de 150 km dos principais fornecedores de milho.

O gerente-executivo de nutrição animal da FS, Victor Trenti, afirma que além de elevar a produção do insumo, a empresa também investiu em tecnologia para desenvolver um DDG premium voltado à exportação, o HPDDG (DDG com alta proteína), com 73,7% de Profat — taxa de proteína bruta combinada com a taxa de gordura.

"O HPDDG é um produto novo, que garante uma redução de custos de 15% em relação ao farelo de soja. Além de atender à demanda crescente do mercado brasileiro, achamos importante exportar o farelo porque a produção vai crescer muito", diz Mike.

Segundo ele, a FS é a primeira empresa brasileira a utilizar a tecnologia da americana ICM de separação das fibras para a produção de três diferentes produtos para nutrição animal. Além do HPDDG, produz os grãos de destilaria FS Ouro (farelo de milho seco com solúveis) e o FS úmido (farelo de milho úmido com solúveis).

Os produtos são vendidos a criadores de bovinos, suínos, aves, tilápias e pets. Um grande cliente é a unidade de aves e suínos da BRF em Lucas do Rio Verde, que usa há seis anos o DDG nas rações distribuídas para seus produtores integrados.

Segundo Jordana Tonial, coordenadora de gestão da unidade da BRF, as vantagens do DDG em relação a outros componentes da ração, como o farelo de soja, são uma conversão alimentar maior e mais digestibilidade pelos animais.

A planta de Lucas do Rio Verde recebe 12,5 mil toneladas de milho por dia em seus três armazéns. Antes de entrar nos armazéns, o milho passa por um monitoramento de umidade, pragas e avarias. A indústria tem capacidade de produzir 619 milhões de litros de etanol por ano e 449 mil toneladas de farelo. Já a unidade de Primavera do Leste produz 672 milhões de litros de etanol e 528 mil toneladas de DDG.

A maior unidade da FS, inaugurada em 2020, fica em Sorriso, e tem capacidade de produção 982 bilhões de litros de etanol e 837 mil toneladas de DDG.

A companhia é resultado de uma joint venture entre a americana Summit Agricultural Group — que tem em seu guarda-chuva a segunda maior usina de etanol de milho dos Estados Unidos — e a Tapajós Participações, do empresário e agropecuarista Marino Franz, de Lucas do Rio Verde.

Grande produtor de milho, soja, algodão, gado, suínos e aves em Mato Grosso, Marino Franz foi a Iowa, nos EUA, em 2015, tentar convencer os americanos a investirem na produção do etanol usando a oferta da segunda safra de milho mato-grossense. E conseguiu.

Além dos planos para elevar a sua capacidade de produção de etanol e DDG, a FS tem dois novos projetos em desenvolvimento para aumentar a sustentabilidade da produção do biocombustível em suas unidades.

O mais disruptivo prevê injetar o gás carbônico resultante do processo de produção em poço de até 2 quilômetros de profundidade, para tornar a empresa a maior produtora de etanol líquido do mundo com pegada de carbono negativa. O outro prevê o uso de bambu como biomassa na operação.

A jornalista viajou a convite da Unem

Perfil da FS
Destaques da empresa

Unidades em operação

PA
MT
TO
Sorriso
Lucas do Rio Verde
Cuiabá
Primavera do Leste
GO
MS

Faturamento (R$ bilhões)

Safra	R$ bilhões
Safra 2021/22	6,6
Safra 2022/23	7,6

Capacidade de produção anual

5,1 milhões de toneladas de milho processadas

2,2 bilhões de litros de etanol

1,8 milhão de toneladas de DDG

86 mil toneladas de óleo

4,5 milhões de m² de biomassa são usadas por ano no processamento do milho

Fonte: Empresa

DIVULGAÇÃO/FS

Brian Mike, da FS: plano é exportar 10% a 12% da produção anual de DDG

Tempo seco afeta safra de cana no Centro-Sul

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A frente fria que avançou sobre o Centro-Sul no início de julho, provocando algumas chuvas, não deve alterar muito o cenário de escassez hídrica que as lavouras de cana vinham enfrentando nos últimos meses. Com baixa umidade no solo e sem perspectivas de aumento das chuvas nos próximos meses, produtores e analistas já preveem uma quebra de safra no terço final da colheita, a partir de meados de setembro, além de aumento de risco de incêndios.

Em boa parte do interior paulista, de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso do Sul, praticamente não houve chuvas relevantes para a cultura desde abril. Na região de Franca (SP), por exemplo, não caiu um milímetro em junho, sendo que a média do mês é de 25 milímetros, segundo a FieldPRO. O inverno já costuma ser um período seco, mas neste ano as chuvas estão abaixo da média, afirma Willians Bini, diretor de clima da companhia.

"A seca está preocupante para a lavoura. Muito provavelmente o terceiro terço da safra vai ter quebra. No ano passado, a chuva [nesta época] foi acima do normal", relata Carlos Dinucci, presidente da Usina São Manoel, de São Manuel (SP). "A cana está bem seca. Não tem como crescer desse jeito."

A falta de umidade nos últimos meses fez com que os entrenós da cana que será colhida no fim da safra ficassem muito próximos um do outro. Mesmo que ocorram chuvas, não deve haver alteração nessa característica, afirma.

Na região de Ribeirão Preto, a última chuva "relevante" foi no fim de março, conta Luis Gustavo Diniz Junqueira, diretor comercial da Usina Batatais. "Por enquanto, a cana está boa, mas no terço final de safra deve ter quebra", diz. Ele observa que o teor de sacarose "está acima da média". "Mas não deixa de ser outro sinal de seca."

A produtividade já começou a safra em baixa. De abril a maio, o rendimento estava 3,5% menor do que um ano antes — a base de comparação é elevada, já que a safra anterior (2023/24) foi beneficiada por um clima "ideal". Por ora, a moagem de 2024/25 está maior pela antecipação da colheita, mas a expectativa de boa parte dos analistas é de é que o volume processado no Centro-Sul fique cerca de 10% abaixo das 654 milhões de toneladas no último ciclo.

3,5%
foi a queda anual de produtividade de abril a maio

Para Fabio Marin, professor da Esalq/USP e coordenador do Sistema Tempocampo, "talvez o fim da safra vá sentir os impactos da associação em maio e junho entre ausência de chuvas e temperaturas altas. Mas, considerando que o início da safra foi melhor que o esperado, devemos ficar [com uma produtividade] perto da média, talvez um pouco abaixo".

Outro problema que ronda as usinas são os incêndios. Neste ano, o número de focos cresceu de forma significativa, já que a palhada deixada no solo após a colheita serve de combustível para o fogo, o que é potencializado pela seca.

Desde janeiro até 24 de junho, o número de focos de calor em São Paulo — não somente em áreas de cana — cresceu 2,7 vezes em relação ao mesmo período de 2024 e alcançou 1.246 ocorrências, conforme a Operação Sem Fogo do governo de São Paulo. Foi o segundo maior número desde 2010.

Dados do sistema BDQueimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), indicam que o número de focos em São Paulo de 1 de junho a 11 de julho foi 187% maior do que no mesmo período do ano passado. No Paraná, a alta foi de 25%, e em Minas Gerais, de 48%. Em Mato Grosso do Sul, o número de focos explodiu, crescendo oito vezes no período.

"Como tivemos maio excepcionalmente mais seco, isso está se refletindo em junho e início de julho", afirma Carolina Matos, especialista ambiental da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da secretaria de agricultura de São Paulo.

Os registros em São Paulo já superam os de 2020, quando uma onda de incêndios tomou conta de vários canaviais. Mas agora há uma diferença. "São focos menores, e com apoio do setor e dos bombeiros temos debelado os focos antes de ganharem maior proporção."

Chuva no RS faz produção da agroindústria recuar

Cenários
De São Paulo

As enchentes no Rio Grande do Sul colaboraram para que a produção nacional da agroindústria em maio recuasse 0,4% na comparação anual, segundo levantamento do Centro de Estudos do Agronegócio (FGV Agro).

O Estado é o quinto mais importante para a produção agroindustrial do país e concentra muitas indústrias de fumo e insumos agropecuários, que foram os segmentos mais afetados no mês. Em maio, muitos municípios gaúchos já estavam debaixo d'água.

Também houve retração em relação a abril, após três meses de expansão. Na comparação mensal, a produção caiu 1,7%.

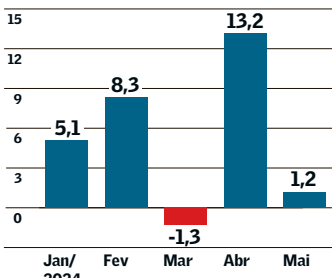
A indústria de fumo foi a que teve a maior queda, de 22,9% na comparação anual, enquanto o segmento de insumos agropecuários recuou 17,8%. O setor de indústrias não alimentícias — que também inclui os de biocombustível, florestal e têxtil — teve retração de 2,4%. O Rio Grande do Sul é o principal produtor de máquinas e equipamentos e de fumo do Brasil.

No segmento de produtos alimentícios e bebidas, a produção não chegou a cair, mas desacelerou: na comparação anual, a produção agroindustrial subiu 1,2%.

As chuvas no Rio Grande do Sul afetaram a produção de laticínios, mas a produção nacional de alimentos de origem animal ainda cresceu, puxada pelo incremento da produção de carne bovina. Já os segmentos de alimentos de origem vegetal e de bebidas alcoólicas registraram retração.

Além do impacto da tragédia gaúcha, a queda da agroindústria nacional refletiu o menor número de dias úteis — foram 21 em maio — um ano antes haviam sido 22, mesmo número de abril passado.

Apesar da queda em maio, a agroindústria acumula elevação de 3,1% desde o início do ano, o que ainda é um desempenho melhor do que a indústria de transformação, que registrou crescimento de 2,6% no período, segundo o FGV Agro. *(CSR)*

PIMAgro
Índice de Produção Agroindustrial da FGV Agro (% a.a.)

	Jan/2024	Fev	Mar	Abr	Mai
Produtos alimentícios e bebidas	5,1	8,3	-1,3	13,2	1,2
Produtos não alimentícios	-0,1	3,0	-8,1	10,7	-2,4
Agroindústria	3,0	6,1	-4,2	12,1	-0,4

Fonte: FGV Agro

Celulose
Suzano compra fábricas e entra no mercado de embalagens nos Estados Unidos
B4

Investimentos
Com norma de transparência, gestão de patrimônio ganha holofotes, diz Alex Silva, da Aware C6

Bolsa
Mercado de ações da Índia bate recorde e capta US$ 28 bilhões no 1º semestre C2

Juros
Rendimentos dos Treasuries desabam para menor nível desde março C3

Agenda verde
Governo lança programa para atrair até US$ 20 bilhões a projetos sustentáveis C4

Finanças

Crédito Diferença entre taxa de captação e de empréstimo alcançou 18,85 pontos percentuais em maio, menor nível desde julho de 2022

Incertezas sobre juros ameaçam queda do ‘spread’ bancário

Estevão Taiar e Gabriel Shinohara
De Brasília

O prêmio cobrado pelas instituições financeiras nos empréstimos, o chamado “spread” bancário, atingiu o menor patamar em quase dois anos. Mas as incertezas sobre o comportamento das taxas de juros no Brasil trazem dúvidas sobre a continuidade desse processo.

O spread bancário médio, que mede a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa de captação de recursos pelos bancos, alcançou 18,85 pontos percentuais em maio. O número representa recuo de 3,13 pontos em relação a maio do ano passado, quando teve início a queda, e o nível mais baixo desde julho de 2022. Houve recuo tanto no caso de pessoas jurídicas (queda de 1,21 ponto, para 8,4 pontos) quanto físicas (4,45 pontos, para 23,86 pontos), segundo dados do Banco Central (BC).

Um dos principais fatores que explicam o movimento é a mudança na composição do crédito concedido após a pandemia, com a expansão de empréstimos considerados mais seguros e que, consequentemente, têm juros menores. “Desde o fim de 2022 os bancos subiram a barra, estão um pouco mais cautelosos”, diz Rafael Schiozer, professor de Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Alguns exemplos dessa mudança na composição são o maior foco em linhas como cartão de crédito à vista e aquelas voltadas para compra de bens duráveis ou automóveis. Dados do BC apontam que a concessão de crédito para aquisição de veículos subiu 41,3% neste ano.

Alessandra Ribeiro, diretora de macroeconomia e análise setorial da Tendências Consultoria, menciona a redução da inadimplência como um dos fatores para a queda mais intensa do spread da pessoa física. A inadimplência caiu de 4,2% em maio do ano passado para 3,7% no mesmo mês de 2024.

A economista explica que uma performance melhor do mercado de trabalho e o programa Desenrola, que incentivou a renegociação de dívidas, contribuíram para o resultado. “Além da queda da inadimplência nesses últimos meses, a gente tem uma dinâmica muito favorável do mercado de trabalho, que também alimenta uma percepção de risco um pouco menor para frente, ajudando os bancos a reduzir esse risco embutido”, diz.

Outro motivo foram os cortes na Selic promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Entre agosto de 2023 e maio, a taxa básica de juros recuou de 13,75% para 10,5%, sempre em termos anuais. No entanto, as dúvidas sobre a trajetória futura da Selic, diante de menor previsibilidade no cenário externo, turbulências fiscais e críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao BC, trazem incertezas também a respeito da continuidade da queda do spread.

O ciclo de cortes foi interrompido em junho, e o mercado projeta que a taxa básica de juros continuará no atual patamar de 10,5% até o fim do ano, segundo a edição mais recente do boletim Focus. Até meados do primeiro semestre, o mercado calculava que a Selic terminaria o ano em 9%.

“O comportamento do spread dependerá um pouco de como a situação das taxas de longo prazo será pacificada”, afirma Schiozer. “Se os investidores entenderem que o que o presidente Lula vem fazendo não tem muita importância para a política monetária e que a política fiscal não vai desandar, as taxas de longo prazo tendem a cair e os bancos terão mais apetite para correr riscos. Mas, caso a situação se deteriore ou não seja resolvida, talvez os bancos fiquem mais relutantes.”

Spread bancário
Em pontos percentuais

● Pessoa física ● Pessoa jurídica ● Total

30
25
20
15
10
19,44
23,15
27,97
23,86
14,61
17,88
21,72
18,85
6,68
8,64
9,51
8,4
Jun/21
Jun/22
Jun/23
mai/24

Fonte: Banco Central

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

“Queda na inadimplência e mercado de trabalho reduzem risco”
Alessandra Ribeiro

Também para Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação prudencial e riscos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), as perspectivas de médio prazo para o spread “estão muito associadas à maneira como o cenário macro vai evoluir”.

Mas, na avaliação de Bruno Lavieri, economista-chefe da consultoria 4intelligence, a manutenção da Selic no atual patamar até o fim do ano “não atrapalharia tanto” o recuo do spread, já que o indicador “parece responder mais à aversão a risco dos bancos do que ao ciclo econômico como um todo”.

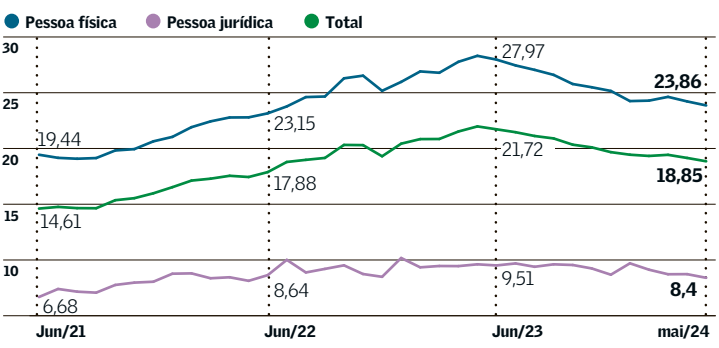
“A perspectiva é que o spread continue caindo, ainda que a um ritmo lento, já que a própria inadimplência, principalmente pessoas físicas, também vem cedendo lentamente”, diz.

Para além dos movimentos conjunturais, medidas para diminuir de maneira estrutural o indicador ganharam maior atenção a partir do governo do ex-presidente Michel Temer (MDB). Entre elas, estão a realização de mudanças no cadastro positivo, implantação do open finance e aprovação do novo marco legal de garantias. “Não estamos parados, estamos avançando, mas é um processo de mais longo prazo”, afirma Sardenberg, da Febraban.

Por sua vez, a equipe econômica do governo Lula considera que o indicador no Brasil é pressionado por dois fatores principais: inadimplência e margem de lucro das instituições financeiras. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a redução pela metade do impacto que ambos os fatores têm sobre o spread equivaleria a um corte perene de 5 pontos percentuais da Selic.

Além disso, para ampliar o acesso ao crédito de forma geral para pessoas jurídicas, a equipe econômica aposta em dois projetos de lei. O primeiro (14.905/24), sancionado por Lula no fim de junho, torna uniformes as regras para empréstimos realizados fora do sistema bancário. Já o segundo (2.925/23) busca proteger investidores do mercado de capitais contra fraudes contábeis. No momento, o segundo projeto está parado na Câmara dos Deputados. Os técnicos projetam que ambos os textos permitirão que as companhias tenham acesso a crédito mais barato no mercado de capitais, ainda que o spread bancário permaneça alto.

Um terceiro fator, mais amplo, que na avaliação do Ministério da Fazenda diminuirá o spread bancário para as empresas, é a reforma tributária sobre o consumo. De acordo com a pasta, as novas regras permitirão que as companhias tomadoras de empréstimos recuperem os impostos embutidos na operação, diminuindo assim a margem.

Ribeiro, da Tendências, avalia que é difícil visualizar como a reforma pode impactar diretamente na redução do spread, mas destaca que pode haver um efeito indireto. Segundo a economista, com a melhora do sistema tributário, a produtividade e competitividade podem aumentar, com impacto na capacidade de crescimento, no emprego e, por esse mecanismo, se reduziria a percepção de risco que “então bate no spread”. “A gente vê mais esse caminho indireto”, diz.

Auxiliares defendem alternativa a Galípolo no BC

Andrea Jubé e Fernando Exman
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua inclinado a nomear o diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, para a presidência do órgão no lugar de Roberto Campos Neto, e a tendência é que faça o anúncio em agosto. Mesmo assim, auxiliares do presidente com gabinete no Palácio do Planalto e interlocutores do empresariado tentam persuadir Lula a escolher um nome de fora dos quadros da instituição.

O mandato de Campos Neto na condução da política monetária termina somente em dezembro, mas auxiliares de Lula e outros aliados têm defendido que a nomeação do sucessor seja antecipada para agosto para viabilizar uma transição suave no órgão, e, ao mesmo tempo, reduzir os poderes do titular do cargo.

Diretamente ligado a Lula, Galípolo, que foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda, ainda é considerado o preferido para a função. Mas alguns auxiliares do petista têm argumentado que um nome de fora da instituição faria um contraponto ainda maior à administração de Campos Neto, pelo distanciamento da atual gestão, e teria uma boa receptividade do mercado.

Nesse contexto, um dos nomes cotados é o do ex-diretor do Credit Suisse e fundador da QMS Capital Marcelo Kayath. Um dos membros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o “Conselhão” do governo Lula, Kayath também é um premiado violonista e tem boa interlocução com a área econômica. Chegou a ser convidado para uma diretoria do BC durante o atual mandato do presidente Lula, mas recusou. Procurado, não retornou até o fechamento desta edição.

Alheio aos quadros do BC, Candido Bracher, ex-CEO do Itaú, também vem sendo citado para a direção do órgão. Na campanha de 2022, Bracher foi um dos primeiros nomes ligados ao mercado financeiro a declarar apoio a Lula. Apesar disso, uma fonte pondera que seu nome pode sofrer resistências dentro do PT. Bracher não quis comentar o assunto.

Também vem sendo lembrado para a função o ex-diretor do BC Luiz Awazu Pereira, que atuou até o ano passado no Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês). Ele tampouco comentou.

O favoritismo de Galípolo também decorre de sua proximidade do presidente. Ex-presidente do Banco Fator, ele ganhou a confiança de Lula, como conselheiro, já na campanha presidencial. Ele entrou nos holofotes ao acompanhar a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, em um evento com economistas durante a disputa. Uma de suas credenciais junto ao presidente é a relação com Luiz Gonzaga Belluzzo, de quem foi sócio e aluno. Até hoje, Belluzzo é um dos economistas mais ouvidos por Lula.

Galípolo, que foi secretário-executivo da Fazenda, ainda é considerado o preferido para função

Por isso, num cenário em que Lula elegeu o presidente do Banco Central como adversário, e deseja substituí-lo por um quadro de sua confiança, que esteja ao alcance de um telefonema, o favoritismo de Galípolo ressoa inafastável. Procurado, o diretor do BC não respondeu.

Após um breve período de aproximação, em que Campos Neto foi levado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao Palácio do Planalto para uma reunião com Lula em setembro e depois compareceu à confraternização de fim de ano oferecida pelo presidente no Palácio da Alvorada, a autoridade monetária transformou-se em um dos principais alvos do chefe do Executivo nos últimos meses, em meio à interrupção do processo de redução dos juros.

No mês passado, Campos Neto foi homenageado em um jantar oferecido pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), em que seu nome passou a circular como futuro ministro de Fazenda, em uma eventual vitória da oposição em 2026. Foi o mote para Lula desferir um dos mais duros ataques ao presidente do BC, em entrevista à rádio CBN em 18 de junho.

“Um presidente do Banco Central que não demonstra nenhuma capacidade de autonomia, que tem lado político e que, na minha opinião, trabalha muito mais para prejudicar o país que para ajudar o país”, disse Lula. Ele ainda o comparou ao senador e ex-juiz Sergio Moro (União Brasil-PR), responsável pela sua prisão. “O presidente do Banco Central está disposto a fazer o mesmo papel que o Moro fez? O paladino da justiça, com rabo preso a compromissos políticos”, provocou. O BC informou que não comenta o assunto.

Destaques

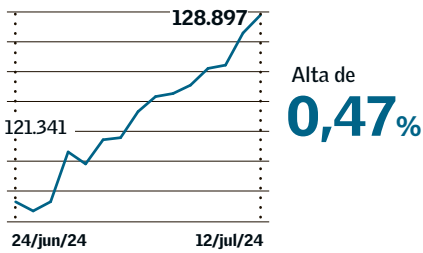
Terceira maior corretora
A Gallagher tornou-se a terceira maior corretora de seguros do mundo, de acordo com o ranking da Business Insurance. A empresa subiu uma posição desde a última edição. A publicação levou em consideração a receita de corretagem das empresas em 2023, quando a Gallagher totalizou US$ 9,70 bilhões, um aumento de 15,8% em relação ao ano anterior. A receita de resseguros da companhia também cresceu para US$ 1,16 bilhão em 2023, frente a US$ 1,01 bilhão no ano anterior. *(Sérgio Tauhata)*

Brasileiro mais confiante
O brasileiro acredita que a situação econômica do país está melhorando, mas a inflação segue como ponto de preocupação. As conclusões são da pesquisa Radar Febraban, feita no fim do primeiro semestre. O levantamento mostra que 46% veem melhora em relação a 2023 e 31% acham que está igual. Para 55%, o país melhorará até o fim do ano e, para 23%, continuará da mesma forma. *(Mariana Ribeiro)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

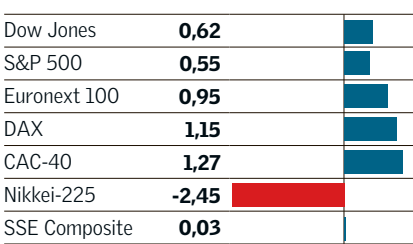
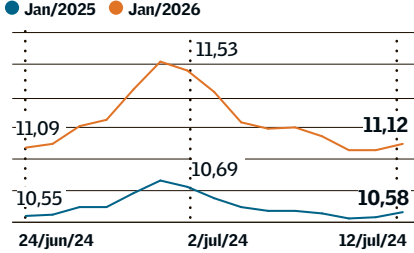
121.341 — 128.897 (24/jun/24 – 12/jul/24)

Alta de **0,47%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

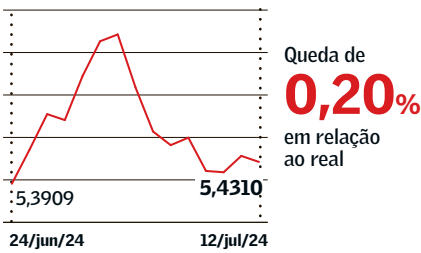
Bolsas internacionais
Variações no dia 12/jul/24 - em %

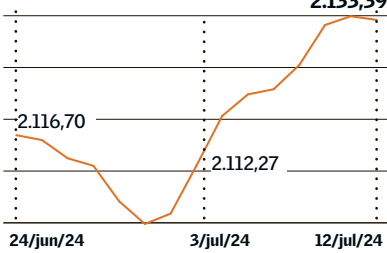
Bolsa	Variação
Dow Jones	0,62
S&P 500	0,55
Euronext 100	0,95
DAX	1,15
CAC-40	1,27
Nikkei-225	-2,45
SSE Composite	0,03

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Jan/2025: 10,55 — 10,69 — 10,58
Jan/2026: 11,09 — 11,53 — 11,12
(24/jun/24 – 2/jul/24 – 12/jul/24)

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

5,3909 — 5,4310 (24/jun/24 – 12/jul/24)

Queda de **0,20%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

2.116,70 — 2.112,27 — 2.133,39 (24/jun/24 – 3/jul/24 – 12/jul/24)

Câmbio Exportador trouxe US$ 158,4 bilhões para o Brasil entre janeiro e junho, maior nível desde o início da série, em 1982

Fluxo de exportação bate recorde no 1º semestre

Arthur Cagliari
De São Paulo

Embora o primeiro semestre tenha sido palco de uma forte desvalorização do câmbio doméstico, com alta de mais de 15% do dólar contra o real, o desempenho do fluxo cambial comercial voltou a se destacar. De janeiro a junho, o exportador brasileiro trouxe para o país o valor recorde de US$ 158,4 bilhões, o maior montante nominal para o primeiro semestre do ano desde 1982, quando teve início a série histórica do Banco Central sobre o câmbio contratado.

O descasamento entre o fluxo recorde de exportação a depreciação expressiva do real na primeira metade do ano pode ser explicada pela forte saída de dólares pela importação e pelo desempenho bastante negativo da conta financeira. No primeiro semestre, o fluxo cambial ficou positivo em US$ 11,63 bilhões, abaixo do resultado visto nos últimos anos no mesmo período. Além disso, o elevado prêmio de risco embutido no câmbio pela incerteza fiscal pesou contra o real.

"É comum vermos um fluxo do exportador mais forte no primeiro semestre por conta da sazonalidade das safras", diz a economista-chefe da consultoria Buysidebrazil, Andrea Damico. Apesar disso, ela lembra que houve um contraponto forte pelo lado das importações. "No primeiro semestre, os números de compras do exterior mostram um volume maior não só em um segmento, mas de forma disseminada, o que faz sentido se observarmos os rendimentos fortalecidos dos brasileiros, que estariam sustentando o consumo", nota.

Os dados do BC mostram que, de janeiro a junho, enquanto a entrada de recursos pela exportação bateu recorde, a saída pela importação teve seu segundo maior montante histórico, ao alcançar US$ 115,9 bilhões. "Um exemplo que ilustra como o consumo tem ajudado a importação são as compras de pequeno valor, de até US$ 50. Antes da pandemia, o montante dessas aquisições rondava US$ 2 bilhões no acumulado em 12 meses e, agora, agora está em torno de US$ 10 bilhões", afirma Damico.

A economista lembra, ainda, que a saída de criptoativos ajudou a ofuscar o saldo comercial, à medida que até junho a autoridade monetária considerava a compra dos ativos digitais como uma importação. "Mas agora, com a mudança das regras pelo BC, esse montante não deve mais pesar na conta comercial, mas, sim, na financeira", diz. "Vai continuar tendo efeito sobre o fluxo cambial. É um valor relevante, que, se seguir no ritmo atual, pode bater US$ 20 bilhões no acumulado de 2024."

Outra fonte de saída de dólares do Brasil foi a conta financeira, que engloba tanto o dinheiro retirado da bolsa brasileira e da renda fixa, quanto recursos relativos a pagamento de streaming e apostas esportivas de plataformas on-line, as chamadas "bets". "Essas rubricas estão em uma trajetória de crescimento e ajudam a deixar o fluxo positivo de dólar mais estreito", de acordo com Damico. "Em relação a retirada de recursos da bolsa pelo estrangeiro, eu faria uma observação adicional: não é só o estrangeiro que tirou dinheiro daqui, mas também o local. De janeiro a maio, a retirada de dinheiro pelo brasileiro alcançou US$ 10,6 bilhões."

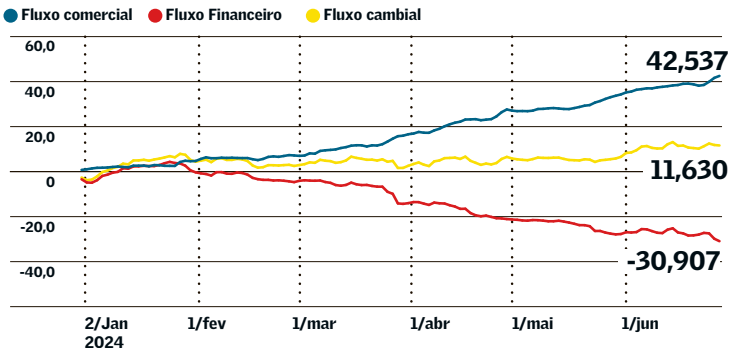
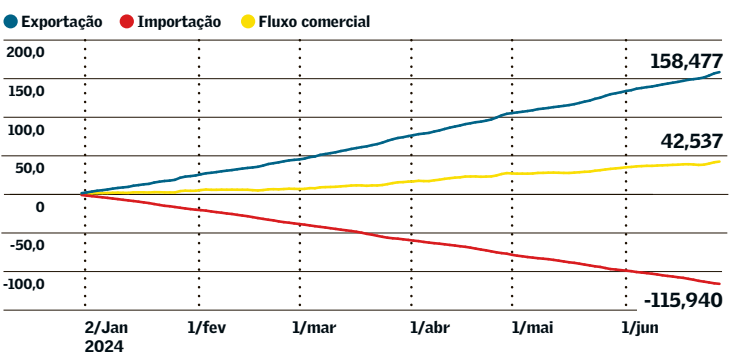
Sobre a entrada de capital pela exportação, ainda que pareça contraditório, o ingresso robusto pode estar justamente relacionado à depreciação intensa e prolongada sofrida pelo real. Isso porque, diante de um dólar em nível mais elevado, o exportador enxerga uma janela para ampliar seus ganhos ao internalizar capital no país.

Dados da Buysidebrazil apontam que o montante deixado pelo exportador no exterior caiu no primeiro semestre deste ano, se comparado ao ano anterior. De janeiro a junho de 2023 a diferença entre o câmbio embarcado e o contratado era de US$ 20 bilhões, enquanto no mesmo período deste ano essa diferença ficou em US$ 9 bilhões.

"Mas é preciso olhar para esses números com alguma cautela", diz Damico. "Até porque recentemente o BC mostrou que esse dinheiro deixado no exterior é utilizado para o pagamento de compromissos lá fora, e que é difícil imaginar que em algum momento ocorra uma internalização forte disso, que venha fortalecer o câmbio."

No Relatório de Inflação de junho, o BC, ao comentar o hiato de câmbio (diferença entre o câmbio embarcado e o contratado), indicou que os recursos deixados no exterior estariam sendo usados para pagar obrigações em moeda estrangeira, como importações, serviços, amortizações de dívidas no exterior, distribuição de lucros e dividendos ou pagamento de juros. Assim, a autoridade afirmou que o comportamento recente desse diferencial "não sugere que os exportadores tenham acumulado no exterior montante tão significativo de recursos que seria potencialmente internalizado no futuro".

"Por essa interpretação, podemos até pensar que esse colchão deixado no exterior, que perdeu gordura neste primeiro semestre do ano, pode voltar a crescer, o que limitaria ainda mais a entrada de dólares pelo exportador no próximo semestre", diz Damico.

Vale notar, porém, que o aumento dos prêmios de risco nos ativos domésticos teve peso relevante na depreciação da taxa de câmbio na primeira metade do ano. "Esse movimento recente de desvalorização do câmbio foi resultado em boa parte do aumento da percepção de risco de inflação desancorada e da condução da política fiscal", diz Bruno Martins, economista sênior do BTG Pactual.

"Quando cresce o risco, o investidor acaba exigindo um retorno maior para estar exposto ao país e à sua moeda. Exigir um retorno maior significa comprar essa moeda por um valor mais barato, então o câmbio acaba desvalorizando", observa Martins. Ele diz, ainda, que ter uma balança comercial forte e favorável pode ter ajudado a conter a elevação do prêmio de risco. "Mas só isso não é suficiente", diz.

A visão do BTG Pactual, de acordo com Martins, é a de que, caso o governo consiga convencer os investidores que irá respeitar o limite proposto pelo arcabouço fiscal, haverá uma descompressão no prêmio de risco, e o real deve se valorizar. "Se observarmos as últimas duas semanas, bastou uma promessa e um discurso mais preocupado com o tamanho do ajuste, para que se reduzisse bastante o risco. Mas ainda é pouco, vai precisar de algo mais concreto."

E é justamente a descompressão do prêmio de risco que pode dar alento ao câmbio neste segundo semestre, explica o economista do BTG, já que o fluxo comercial tende a ser menos favorável e o financeiro mais desfavorável. "A meu ver, esse é o 'call'. Não vai ser o fluxo o principal fator para a valorização do real, mas a retirada de prêmio."

Damico, da Buysidebrazil, diz que já há sinalizações de que o câmbio contratado comercial está em um momento de desaceleração. Ela avalia, ainda, que dificilmente a conta financeira irá reverter o desempenho negativo no segundo semestre. "A balança comercial já é sazonalmente mais modesta no segundo semestre por conta da exportação, só que agora há toda a dinâmica de aumento de importação", afirma. "Por isso, a conta comercial não vai conseguir salvar desta vez e resolver todos os nossos problemas de saída da conta financeira", diz. A Buysidebrazil projeta o dólar a R$ 5,40 no fim do ano.

Saída de dólar com bets, cripto e streaming
Envio de remessas e gastos no exterior em 12 meses (em US$ bi)

Telecomunicações* · Criptoativos · Operações por meio de facilitadora de pagamento** · Serviços culturais, pessoais e recreativos***

Últimos valores: 16,337 · 10,550 · 7,052 · 2,494 (2019–2024)

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor. *Grupo que engloba gastos com 'streaming', **Grupo que engloba gastos com importação até US$ 50 e ***Grupo que engloba gastos em apostas online (bets)

Fluxo de exportador recorde
Desempenho do câmbio contratado no ano (em US$ bilhões)

Fluxo comercial: 42,537 · Fluxo Financeiro: -30,907 · Fluxo cambial: 11,630 (2/Jan 2024 – 1/jun)

Exportação
Importação e fluxo comercial (em US$ bilhões)

Exportação: 158,477 · Importação: -115,940 · Fluxo comercial: 42,537 (2/Jan 2024 – 1/jun)

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Índia tem emissão recorde de ações com rali na bolsa

Chris Kay
Financial Times, de Mumbai

A emissão de ações na Índia está nas alturas, impulsionada pelas empresas que querem aproveitar a onda de alta das bolsas locais e o grande aumento no fluxo de investidores domésticos, apesar da hesitação de alguns gestores de fundos estrangeiros diante do elevado valor relativo das cotações no país.

No primeiro semestre mais movimentado da história dos mercados acionários do país, foram levantados mais de US$ 28 bilhões, segundo dados da Dealogic, 198% a mais do que no mesmo período de 2023. Em contraste, a emissão no resto da Ásia, sem contar o Japão, caiu 32%.

O ritmo frenético de atividade no mundo empresarial da Índia tem sido sustentado por uma moeda estável, pelos fortes lucros das empresas e pela maior taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre as grandes economias do mundo — de 6,8% em 2024, segundo projeta o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O quadro também é beneficiado pela movimentação de investidores vendendo ativos e saindo da China, cujo mercado de ações teve forte queda nos últimos anos. O índice referencial MSCI China teve um desempenho 61% inferior ao MSCI India nos últimos três anos. "O ímpeto do mercado, a dinâmica da demanda, tudo isso está forte", disse Arvind Vashistha, chefe de mercados de capital de ações na Índia do Citigroup, o principal banco subscritor de lançamento de ações no país em 2024, segundo dados da London Stock Exchange Group.

"Temos ouvido as pessoas dizendo, 'Olha, arrumem mais papéis para a gente'", acrescentou, referindo-se ao apetite dos investidores por mais ações. "Não prevemos realmente uma desaceleração em 2024 e 2025."

Mais de 75% das emissões têm sido na forma de ofertas secundárias, uma vez que multinacionais controladoras de unidades locais, além de fundadores de empresas indianas e fundos especializados em aquisições, querem aproveitar para lucrar lançando mais papéis no mercado para ganhar com a alta depois da oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

Também são esperadas para este ano algumas grandes aberturas de capital, como a da subsidiária local da Hyundai Motors, que deve levantar até US$ 3 bilhões.

A empresa de entrega de refeições Swiggy solicitou permissão para um IPO de US$ 1,3 bilhão, enquanto a fabricante de scooters elétricas Ola Electric obteve aprovação das autoridades reguladoras para levantar US$ 660 milhões em sua estreia no mercado.

A Índia é "um pilar-chave de atividade na região", disse Edward Byun, cochefe de mercados de capital de ações na Ásia, excluindo o Japão, do Goldman Sachs, em Hong Kong. "O mercado claramente deseja que surjam mais grandes nomes para ampliar as oportunidades de investimento."

CHRISTOPHER GOODNEY/BLOOMBERG

"[Índia] Está chegando ao ponto em que é difícil de ser ignorada"
Rajiv Jain

Um fator fundamental da demanda local tem sido os milhões de indianos que optam cada vez mais por colocar suas economias em ações, em vez de nas formas tradicionais de guardar suas riquezas, como ouro ou imóveis.

Os ativos sob gestão em fundos mútuos de ações indianos mais que quadruplicaram desde março de 2020, para 27,2 trilhões de rupias indianas (US$ 332 bilhões), de acordo com dados reunidos pela firma de serviços financeiros Motilal Oswal, com sede em Mumbai.

Por outro lado, muitos investidores estrangeiros têm se assustado com os altos valores relativos das cotações na Índia — hoje, a ações que fazem parte do índice referencial indiano BSE Sensex são negociadas, em média, a um valor equivalente a 25 vezes os lucros futuros, um dos múltiplos mais altos na Ásia, segundo dados da "Bloomberg".

Alguns investidores também mostram preocupação com o alto volume da oferta de ações chegando ao mercado e com o fraco desempenho de muitas novas emissões: em seu primeiro dia de negócios, os IPOs indianos, em média, ganharam 25,4%, de acordo com a Dealogic, abaixo da média mundial, de 52%. As emissões secundárias tiveram valorização de 2,2% na Índia, em comparação aos 10% da média mundial.

Os fluxos de entrada de dinheiro de investidores institucionais estrangeiros ficaram estáveis neste ano na Índia, de acordo com dados compilados pela firma de serviços financeiros Motilal Oswal.

"Há um pouco de apreensão", disse um executivo de banco de investimento. "Nunca houve esse nível de emissão de ações na Índia antes e você soma a isso o fato de que o valor relativo está perto dos máximos históricos."

O Nifty 50, outro índice referencial acionário indiano, mais do que triplicou nos últimos dez anos e "seria de se esperar algum tipo de correção", disse Perris Lee, diretor de informações de mercados de ações na Ásia da ION Analytics. "Mas isso não deve impedir o mercado de ações de crescer e amadurecer, desde que a economia continue avançando", acrescentou.

No entanto, outros acreditam que o ritmo de crescimento da economia justifica os altos múltiplos das cotações. "Você recebe pelo que paga, a pista de decolagem é longa, razão pela qual os múltiplos podem parecer grandes", disse Rajiv Jain, diretor de investimentos da GQG Partners, com sede na Flórida, que tem mais de US$ 20 bilhões investidos em ações indianas.

A Índia "está chegando ao ponto em que é difícil de ser ignorada, simplesmente, por causa do tamanho e da escala do crescimento", acrescentou Jain.

O Nifty 50 e o BSE Sensex continuaram em forte alta após uma breve onda de vendas em junho. Isso veio na esteira da surpresa com o resultado das eleições na Índia, nas quais o partido Bharatiya Janata, do primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi — visto pelos investidores como positivo para o crescimento e o desempenho do mercado acionário — perdeu sua maioria parlamentar.

"Felizmente, o resultado da eleição foi bem absorvido", disse Subhrajit Roy, chefe na Índia da área de mercados de capitais globais do Bank of America (BofA), que prevê uma emissão recorde de ações em 2024 e um 2025 ainda mais forte.

Além do grande IPO previsto para a Hyundai, marcado para o fim do ano, vários executivos de banco de investimento veem mais empresas multinacionais interessadas em abrir o capital na Índia de suas subsidiárias locais.

Décadas atrás, empresas estrangeiras estavam deixando a Índia, como a Cadbury India, segundo Mahavir Lunawat, fundador do Pantomath Financial Services Group, em Mumbai. Agora, "muitas dessas grandes empresas estão olhando para a Índia", acrescentou. "Aqui há um mercado que tem profundidade, que tem valor, que tem demanda."

Dívida Preços dos títulos já anulam as perdas acumuladas no ano e rendimentos desabam para o menor nível desde março após dados de inflação

Treasuries têm inflexão com visão de que cortes de juro estão próximos

Ye Xie e Michael Mackenzie
Bloomberg

O maior mercado de bônus do mundo está chegando a um ponto de inflexão, com os Treasuries, os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, anulando suas perdas em 2024, à medida que os operadores abraçam a ideia de que haverá três cortes de juros do Federal Reserve (Fed) neste ano.

O otimismo associado a uma queda da inflação ficou claro na semana passada nos títulos de dívida do governo americano, com a curva de rendimentos caindo, uma vez que os dados foram vistos como um apoio à defesa de juros mais baixos já em setembro. Os rendimentos dos Treasuries de dois anos — mais sensíveis à política monetária do que os títulos longos — caíram 15 pontos-base na semana, a 4,45%, o menor nível desde março.

"Todos os sinais apontam que o Fed começará a cortar juros em setembro", diz Sinead Colton Grant, diretora de investimentos da BNY Wealth. "Estamos vendo uma reação dos participantes do mercado ao Índice de Preços ao Consumidor [CPI, na sigla em inglês] devido a um relatório mais fraco sobre o mercado de trabalho em junho" e ao depoimento recente do presidente do Fed, Jerome Powell, ao Congresso dos EUA.

Powell disse aos parlamentares na semana passada que as autoridades estão mais atentas a potenciais riscos ao mercado de trabalho, enquanto aguardam mais evidências de desaceleração da inflação. Na quinta-feira, dados mostraram que o CPI subiu em junho no menor ritmo em três anos, o que alimentou um rali no mercado de bônus.

Embora números divulgados na sexta-feira tenham mostrado que o Índice de Preços ao Produtor (PPI, na sigla em inglês) subiu em junho um pouco mais do que o previsto, agentes de mercado se concentraram mais em uma queda no sentimento do consumidor. Assim, os rendimentos dos Treasuries recuaram amplamente na sexta.

O rali da semana passada ajudou o Bloomberg US Treasury Index a chegar a um rendimento acumulado de 0,3% no ano, eliminando uma perda acumulada no ano que chegou a 3,4% em abril.

4,45%
foi a taxa do papel de dois anos na sexta

"É evidente que algumas pessoas perderam a alta dos rendimentos a 4,75%, e houve um pouco de medo de ficar de fora — mas também há uma maior convicção de que o ciclo está se movendo na direção de rendimentos mais baixos", disse John Madziyire, gerente sênior de portfólio da Vanguard. "Agora que o Fed está em ação, o que se quer é estender a curva por mais tempo."

Os swaps de taxas de juros mostraram que os operadores precificaram praticamente um corte de 0,25 ponto percentual nos juros pelo Fed na sua reunião de setembro e esperam mais dois cortes ainda este ano. Na sexta, economistas do Barclays ajustaram suas projeções para a política do Fed, prevendo um segundo corte em dezembro, além de um que eles já estavam esperando em setembro.

Alguns começaram a contemplar a possibilidade de um corte de meio ponto porcentual em setembro, comprando contratos futuros dos Fed funds de outubro em grandes volumes, a preços que só fazem sentido se mais pessoas aceitarem a ideia de que o Fed poderá iniciar seu primeiro ciclo de flexibilização em anos com um movimento superdimensionado.

CHRIS RATCLIFFE/BLOOMBERG

Para Mohamed El-Erian, eleições presidenciais poderão complicar a decisão do Fed em setembro

Os operadores agora aguardam a leitura da medida de inflação preferida do Fed — o chamado índice de gastos com consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês) — e mais informações sobre o mercado de trabalho. "No geral, acreditamos que as taxas continuarão caindo no sentido da flexibilização", disse Molly McGown, estrategista de juros da TD Securities.

Embora o mercado esteja praticamente certo quanto ao corte de setembro, Mohamed El-Erian, presidente do Queen's College, pediu cautela, pois na sua visão as eleições presidenciais poderão complicar a decisão do Fed. O ex-presidente Donald Trump, que ganhou força depois do fraco desempenho do presidente Joe Biden em debate, vem apresentando ideias para impor tarifas pesadas e reprimir a imigração. As duas políticas são vistas como estímulos à inflação.

O fator político tem sido uma força motriz no mercado de bônus nas últimas semanas. Os títulos de curto prazo vêm tendo um desempenho melhor que os de prazos mais longos — uma dinâmica conhecida como inclinação da curva de rendimentos — desde o primeiro debate presidencial, refletindo as preocupações de que as políticas de Trump possam levar a prêmios de risco mais altos nos Treasuries de prazos mais longos.

O movimento ganhou força na semana passada, à medida que as expectativas com os cortes de juros empurraram as taxas de curto prazo para baixo mais do que os bônus de prazos mais longos. A 4,4%, o rendimento dos Treasuries de 30 anos está cerca de 29 pontos-base mais alto que o do título de cinco anos, aproximando-se do maior nível desde fevereiro.

"Não posso dizer que os investidores têm uma convicção forte sobre a duração, mas as apostas na diferença entre taxas de curto e longo prazo continuam sendo uma operação favorita", disse Subadra Rajappa, chefe de estratégia de juros do Société Générale nos EUA.

Agenda ESG Governo busca destravar até US$ 20 bilhões em financiamento estrangeiro para projetos em setores como biocombustíveis, infraestrutura e outros

Programa usa Fundo Clima para atrair capital a indústrias verdes

Estevão Taiar e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Ministério da Fazenda abriu janela de 60 dias para que instituições financeiras apresentem projetos de novas unidades produtivas ("greenfield") na área de sustentabilidade. Serão usados de US$ 1 bilhão a US$ 2 bilhões de recursos do governo federal, via Fundo Clima, para alavancar esses projetos. Com isso, a pasta calcula que será possível destravar até cerca de US$ 20 bilhões em financiamento de projetos em setores como de biocombustíveis, indústria verde, saneamento, ferrovias e recuperação de áreas biodegradadas.

"É o momento de as empresas atuarem junto com as instituições financeiras para compor esses portfólios de projetos", disse o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista ao **Valor**. A iniciativa, implantada por meio de portaria publicada na quinta-feira, faz parte do Eco Invest Brasil, programa que tem o objetivo de "atrair capital estrangeiro para financiar a transição ecológica". Faz parte do Plano de Transformação Ecológica, liderado pelo Ministério da Fazenda.

A linha em questão terá financiamentos público e privado ("blended finance"). O montante financiado por meio de recursos públicos — até US$ 2 bilhões — terá taxa anual de juros de 1%, já regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). "Mas essa quantia só poderá financiar uma parcela do projeto. O resto precisará ter capitalização do exterior [pelas instituições financeiras]", diz. Ceron afirma que será possível "reduzir na margem" o custo total de financiamento e colocar de pé projetos "no limiar da viabilidade".

Há também outras exigências. Por exemplo: cada instituição financeira poderá captar no máximo 25% dos recursos públicos da linha. Com isso, serão ao menos 4 instituições financeiras participantes do programa. Além disso, precisarão ser solicitados em cada projeto pelo menos R$ 500 milhões em recursos públicos, a fim de tornar a captação no exterior financeiramente viável. Projetos de energias solar e eólica e distribuição foram excluídos, por já estarem "maduros do ponto de vista de financiamento".

O primeiro critério de escolha dos projetos pelo Ministério da Fazenda será o grau de alavancagem com recursos públicos proposto pela instituição financeira. Em outras palavras, a pasta dará prioridades a projetos que demandem menos recursos públicos, cuja participação no financiamento varia de 5% a 16%. Um projeto que precise de 5% de recursos públicos, por exemplo, será escolhido em detrimento de um que de 6%.

O segundo será um índice de impacto, que levará em conta o prazo de devolução dos recursos proposto pela instituição financeira e, consequentemente, o montante que precisará ser desembolsado a valor presente via Fundo Clima. Ainda poderá ser levado em conta o uso de conteúdo nacional no projeto, "sempre que houver similar produzido no Brasil".

De acordo com Ceron, já "há um recurso" para a linha dentro do Fundo Clima, cujo montante o Ministério da Fazenda não revela, por questões estratégicas. O valor do fundo poderá ser suplementado, diz o secretário, se o Tesouro entender que a demanda foi realmente elevada. O modelo foi discutido ao longo dos últimos meses com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). "Foi algo feito muito cuidadosamente", diz.

A pasta planeja divulgar o resultado aproximadamente 30 dias depois do fim da janela de dois meses. A partir daí, os contratos serão assinados, liberando inicialmente 25% dos valores provenientes do Fundo Clima. Depois, serão liberados mais 50% contratados e, por último, os 25% restantes. Ceron avalia que, se o leilão for bem-sucedido, o país vai notar "um aumento significativo" das emissões sustentáveis corporativas no exterior.

US$ 2 bi
do governo vão alavancar projetos

Cautela deve prevalecer no mercado após atentado

De São Paulo

Os investidores deverão manter a cautela nesta segunda-feira, como reflexo do atentado contra o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, conforme agentes do mercado ouvidos pelo **Valor**. A equipe econômica do governo federal também espera impactos limitados sobre os mercados.

Para uma fonte, o mercado "deve abrir com alguma cautela, mas nada exacerbado". Outro especialista ouvido pelo **Valor** também afirma "que pode ter um estresse de leve nos mercados, mas nada muito grande".

Técnicos da equipe econômica adotam discurso cauteloso, por causa das incertezas envolvendo o atentado. Na sexta-feira, um dia antes do evento, integrantes do governo comemoravam o fato de o principal índice de inflação dos EUA, o CPI, ter ficado em junho abaixo do projetado, com recuo mensal de 0,1%. O início dos cortes de juros americanos teria impacto positivo sobre o Brasil. *(ET)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 12/07/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.977,3557080	0,01	0,54	5,08
IRF-M	1+**	20.371,3789860	-0,06	1,93	2,16
IRF-M	Total	18.478,8777760	-0,03	1,46	2,99
IMA-B	5***	9.351,3674940	0,06	0,82	4,17
IMA-B	5+****	11.400,1193560	0,09	3,45	-1,76
IMA-B	Total	10.009,7288440	0,07	2,16	1,04
IMA-S	Total	6.758,1829920	0,04	0,41	5,75
IMA-Geral	Total	8.234,9811220	0,03	1,14	3,59

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	28/06	27/06	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	29,38	29,84	34,04	28,38	30,27	30,39
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,27	25,91	26,62	21,51	21,67	26,06
Conta garantida pré - a.a.	47,85	41,75	42,32	51,12	53,50	47,39
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,65	21,70	21,80	21,55	21,56	26,69
Vendor pré - a.a.	16,40	17,32	15,46	15,05	15,00	19,40
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	18,22	19,42	19,78	16,84	16,75	19,09
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,78	17,97	17,66	17,17	17,62	18,36
Conta garantida pós - a.a.	24,76	24,77	24,96	24,89	24,85	27,16
ACC pós - a.a.	8,34	8,51	8,44	8,60	8,60	8,68
Factoring - a.m.	3,27	3,25	3,28	3,32	3,32	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	12/07/24	11/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3300	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3374	5,3377	5,3364	5,3330	5,0679
3 meses	-	5,3550	5,3541	5,3533	5,3526	5,0288
6 meses	-	5,3873	5,3868	5,3873	5,3888	4,8354
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6620	3,6630	3,6560	3,6620	3,4040
1 mês	-	3,6756	3,7256	3,7869	3,9137	3,3288
3 meses	-	3,8472	3,8635	3,8829	3,9260	3,1416
6 meses	-	3,9052	3,9133	3,9227	3,9440	2,7689
1 ano	-	3,8959	3,8915	3,8863	3,8678	1,7343
Euribor ***						
1 mês	-	3,611	3,635	3,632	3,630	3,457
3 meses	-	3,685	3,712	3,711	3,720	3,657
6 meses	-	3,676	3,678	3,682	3,748	3,955
1 ano	-	3,595	3,588	3,578	3,719	4,191
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,32	5,34	5,34	5,37	5,34	5,28
T-Bill (3 meses)	5,33	5,34	5,33	5,36	5,39	5,39
T-Bill (6 meses)	5,24	5,21	5,30	5,32	5,36	5,48
T-Note (2 anos)	4,46	4,52	4,45	4,75	4,75	4,75
T-Note (5 anos)	4,11	4,14	4,10	4,38	4,32	4,08
T-Note (10 anos)	4,19	4,21	4,18	4,40	4,32	3,86
T-Bond (30 anos)	4,40	4,42	4,40	4,56	4,48	3,95

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/24*	jun/24	Mês mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,39	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,63	11,68
CDI	0,39	0,79	0,83	0,89	0,83	0,80	5,63	11,68
CDB (1)	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	5,27	10,21
Poupança (2)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
Poupança (3)	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	4,00	7,33
IRF-M	1,46	-0,29	0,66	-0,52	0,54	0,46	2,99	7,89
IMA-B	2,16	-0,97	1,33	-1,61	0,08	0,55	1,04	3,07
IMA-S	0,41	0,81	0,83	0,90	0,86	0,82	5,75	11,85
Renda Variável								
Ibovespa	4,03	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-3,94	4,93
Índice Small Cap	6,37	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-9,43	-11,96
IBrX 50	3,67	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-2,68	7,39
ISE	5,61	1,10	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-5,10	-5,90
IMOB	7,00	1,06	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-11,02	-8,32
IDIV	3,50	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-0,03	12,09
IFIX	0,68	-1,04	0,02	-0,77	1,43	0,79	1,77	6,09
Dólar Ptax (BC)	-1,91	6,05	1,35	3,51	0,26	0,60	12,63	15,35
Dólar Comercial (mercado)	-2,82	6,46	1,09	3,54	0,86	0,71	11,92	16,69
Euro (BC) (4)	-0,17	4,73	2,89	2,37	0,07	0,25	11,08	13,15
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,03	5,07	2,79	2,43	0,71	0,38	10,31	14,54
Ouro (BC)	1,59	5,97	2,87	7,18	8,62	0,27	31,49	39,96
Inflação								
IPCA	-	0,21	0,46	0,38	0,16	0,83	2,48	4,23
IGP-M	-	0,81	0,89	0,31	-0,47	-0,52	1,10	2,45

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 12/jul. ** Até jun/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 09/07/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.545.047,43					13.144,00	39.223,45	233.390,87	255.333,69
RF Indexados (2)	146.562,99	0,09	0,66	2,90	7,81	-277,99	-1.311,67	-8.479,12	-19.441,05
RF Duração Baixa Soberano (2)	702.794,59	0,04	0,25	5,08	10,83	8.453,80	32.122,57	62.348,67	80.367,64
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	855.738,28	0,04	0,29	5,78	12,35	-114,28	5.779,79	57.401,96	71.233,29
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	181.342,53	0,04	0,05	5,83	12,40	241,38	1.809,45	74.629,36	79.783,80
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.120,08	0,04	0,37	4,62	9,27	-30,35	600,34	-2.620,57	-5.174,70
RF Duração Livre Soberano (2)	216.680,86	0,05	0,38	4,64	10,07	1.667,63	3.547,12	-12.159,12	-27.919,26
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	634.973,12	0,04	0,33	5,09	10,95	670,21	-5.626,17	-40.760,01	-53.832,15
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	363.998,05	0,05	0,45	4,96	11,51	-563,88	1.583,15	79.252,02	131.161,82
Ações	622.961,77					-15,16	-2.551,39	-2.410,87	36.817,03
Ações Indexados (2)	10.231,98	0,47	2,67	-5,15	6,62	8,95	-134,57	267,33	-860,58
Ações Índice Ativo (2)	31.553,46	0,62	3,31	-5,42	4,54	-31,65	-721,07	-4.462,85	-4.389,68
Ações Livre	227.198,48	0,73	3,19	-2,34	6,88	26,94	-1.316,24	118,49	-5.792,24
Fechados de Ações	125.342,28	0,20	1,01	-3,25	-3,03	0,00	137,85	-1.841,35	28.585,09
Multimercados	1.700.583,30					15,65	-4.978,33	-81.702,22	-208.104,42
Multimercados Macro	147.242,33	0,06	0,69	1,37	6,82	-141,84	-2.360,39	-29.827,47	-52.734,11
Multimercados Livre	656.305,52	0,08	0,55	3,53	8,53	148,51	2.632,65	-339,18	-54.384,94
Multimercados Juros e Moedas	49.681,78	0,05	0,34	4,90	11,08	-9,29	-209,80	-8.093,03	-17.686,27
Multimercados Invest. no Exterior (2)	766.316,85	-0,05	-0,13	4,67	11,23	-13,55	-5.155,13	-44.415,88	-78.972,72
Cambial	6.108,70	-1,03	-2,78	15,01	18,26	-71,19	-336,80	-684,11	-1.451,44
Previdência	1.440.469,71					202,03	477,30	19.201,60	41.282,01
ETF	44.379,67					26,20	340,17	-1.455,11	-3.250,72
Demais Tipos	2.022.979,03					3.311,93	793,14	47.460,10	55.384,37
Total Fundos de Investimentos	**7.359.550,59**					**13.301,54**	**32.174,40**	**166.340,15**	**120.626,15**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.669.006,46**					**585,78**	**10.602,70**	**40.072,51**	**101.371,97**
Total Fundos Off Shore (4)	**48.441,87**					-	-	-	-
Total Geral	**9.076.998,92**					**13.887,32**	**42.777,10**	**206.412,66**	**221.998,12**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de maio de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	12/07/24	11/07/24	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,9071	0,9071	0,9071	0,7883	0,7883	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,98
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9471
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,06
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9535
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,44	10,45	10,49	10,48	13,29
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,60	10,56	10,60	10,72	10,67	12,76
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,41	10,41	10,41	10,42	10,43	13,54
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,42	10,44	10,45	13,43
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,45	10,44	10,44	10,49	10,49	13,30
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,46	10,47	10,55	10,55	13,16
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,60	10,55	10,59	10,72	10,66	12,80
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,90	10,84	10,94	11,18	11,01	11,64

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 12/07/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	99.451,59	10,405	40.386	10,404	10,406	10,404
Vencimento em set/24	98.593,71	10,422	13.963	10,420	10,426	10,424
Vencimento em out/24	97.778,12	10,444	113.853	10,426	10,454	10,444
Vencimento em nov/24	96.890,87	10,461	4.856	10,450	10,485	10,480
Vencimento em dez/24	96.150,36	10,509	44.893	10,500	10,530	10,525
Vencimento em jan/25	95.322,22	10,584	647.389	10,545	10,610	10,595
Vencimento em fev/25	94.461,72	10,640	2.859	10,615	10,650	10,650
Vencimento em mar/25	93.669,72	10,708	1.066	10,685	10,725	10,725
Vencimento em abr/25	92.923,89	10,758	122.212	10,700	10,805	10,775
Vencimento em mai/25	92.148,18	10,796	1.031	10,775	10,830	10,785
Vencimento em jun/25	91.332,32	10,840	612	10,835	10,880	10,835

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.442,26	-0,17	220.870	5.427,50	5.477,50	5.443,50
Vencimento em set/24	5.459,72	-0,16	1.600	5.458,00	5.458,00	5.458,00
Vencimento em out/24	5.476,02	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.494,54	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.509,22	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	5.939,86	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.967,46	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.993,25	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/24	129.959	0,44	63.845	129.065	130.140	130.080
Vencimento em out/24	132.045	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/24	134.119	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 12/07/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4523	5,4529	0,79	-1,91	12,63	13,46
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4304	5,4310	-0,20	-2,82	11,92	12,71
Dólar Turismo (R$/US$)	5,4566	5,6366	-0,31	-2,73	11,67	12,93
Euro (BC) - (R$/€)	5,9436	5,9448	1,07	-0,17	11,08	11,21
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,9224	5,9230	0,18	-1,03	10,31	10,38
Euro Turismo (R$/€)	5,9849	6,1649	0,11	-0,86	9,95	10,63
Euro (BC) - (US$/€)	1,0901	1,0902	0,28	1,77	-1,38	-1,99
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	422,6589	422,7054	0,56	1,59	31,49	39,94
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.410,90	-0,21	3,71	16,74	23,15
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.404,15	0,86	3,29	16,57	24,20

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	12/07/24	11/07/24	No fim de jun/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	164.701,00	163.897,88	158.096,12	173.997,89	0,49	4,18	-5,34
Valor-Coppead Mínima Variância	100.116,27	99.584,21	95.968,24	93.533,91	0,53	4,32	7,04

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 12/07/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 12/07/24

Índice	12/07/24	11/07/24	Em 28/06/24	Em 29/12/23	Em 12/07/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	191,90	189,89	183,93	165,54	156,16	1,05	4,33	15,92	22,89
S&P BNY Emergentes	375,39	371,67	353,54	312,75	303,41	1,00	6,18	20,03	23,72
S&P BNY América Latina	199,47	198,80	189,48	225,28	205,65	0,34	5,27	-11,46	-3,00
S&P BNY Brasil	195,29	195,16	186,15	232,95	204,75	0,07	4,91	-16,17	-4,62
S&P BNY México	315,83	312,54	294,86	331,67	327,87	1,05	7,11	-4,77	-3,67
S&P BNY Argentina	230,69	231,78	230,09	178,27	156,17	-0,47	0,26	29,41	47,72
S&P BNY Chile	147,55	146,04	137,44	162,12	185,04	1,04	7,35	-8,99	-20,26
S&P BNY Índia	3.046,62	3.023,47	3.032,46	2.923,01	2.790,22	0,77	0,47	4,23	9,19
S&P BNY Ásia	230,98	228,47	219,12	189,60	181,67	1,10	5,41	21,82	27,14
S&P BNY China	326,42	322,80	302,10	336,11	345,07	1,12	8,05	-2,88	-5,40
S&P BNY África do Sul	212,64	215,98	200,45	199,87	223,31	-1,54	6,08	6,39	-4,78
S&P BNY Turquia	38,50	38,06	34,29	22,45	18,96	1,16	12,26	71,45	103,08

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
26/06 a 26/07	0,0906	0,5911	0,5911	0,8012
27/06 a 27/07	0,0916	0,5921	0,5921	0,8023
28/06 a 28/07	0,0686	0,5689	0,5689	0,7691
29/06 a 29/07	0,0399	0,5743	0,5743	0,7302
30/06 a 30/07	0,0664	0,5743	0,5743	0,7669
01/07 a 31/07	0,0703	0,5743	0,5743	0,8035
01/07 a 01/08	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402
02/07 a 02/08	0,0740	0,5744	0,5744	0,8407
03/07 a 03/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
04/07 a 04/08	0,0703	0,5707	0,5707	0,8042
05/07 a 05/08	0,0669	0,5672	0,5672	0,7703
06/07 a 06/08	0,0668	0,5671	0,5671	0,7695
07/07 a 07/08	0,0705	0,5709	0,5709	0,8063
08/07 a 08/08	0,0742	0,5746	0,5746	0,8432
09/07 a 09/08	0,0744	0,5748	0,5748	0,8448
10/07 a 10/08	0,0748	0,5752	0,5752	0,8462
11/07 a 11/08	0,0707	0,5711	0,5711	0,8083

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 12/07/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	128.897	0,47	4,03	-3,94	9,54
IBrX	54.482	0,45	4,00	-3,49	10,15
IBrX 50	21.622	0,46	3,67	-2,68	11,59
IEE	92.649	0,15	4,94	-2,43	3,02
SMLL	2.131	0,06	6,37	-9,43	-6,44
ISE	3.572	0,29	5,61	-5,10	1,03
IMOB	899	-1,24	7,00	-11,02	-4,19
IDIV	9.071	0,40	3,50	-0,03	16,29
IFIX	3.370	0,58	0,68	1,77	5,98
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.638	-0,32	6,05	-14,72	-3,46
IBrX	9.991	-0,34	6,02	-14,31	-2,93
IBrX 50	3.965	-0,33	5,68	-13,60	-1,66
IEE	16.991	-0,63	6,98	-13,37	-9,20
SMLL	391	-0,73	8,44	-19,59	-17,54
ISE	655	-0,50	7,66	-15,75	-10,96
IMOB	165	-2,02	9,08	-21,00	-15,56
IDIV	1.664	-0,39	5,51	-11,24	2,49
IFIX	618	-0,21	2,64	-9,64	-6,60

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 12/07/24	Spread 11/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	399	395	4,0	-4,0	54,0
África do Sul	318	315	3,0	-9,0	-8,0
Argentina	1.507	1.470	37,0	52,0	-400,0
Brasil	224	216	8,0	-7,0	29,0
Colômbia	302	304	-2,0	-4,0	37,0
Filipinas	72	75	-3,0	4,0	14,0
México	177	178	-1,0	-9,0	10,0
Peru	103	97	6,0	1,0	1,0
Turquia	250	224	26,0	-3,0	-26,0
Venezuela	16.930	16.763	167,0	-1.639,0	-7.162,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/23	348.406	02/07/24	357.421
dez/23	355.034	03/07/24	358.554
jan/24	353.563	04/07/24	358.562
fev/24	352.705	05/07/24	359.527
mar/24	355.008	08/07/24	359.546
abr/24	351.599	09/07/24	359.262
mai/24	355.560	10/07/24	359.695
jun/24	357.827	11/07/24	361.230

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	12/07/24	11/07/24	10/07/24	09/07/24	08/07/24	05/07/24
Índice	2.133,39	2.133,93	2.132,66	2.126,87	2.123,35	2.122,60
Var. no dia	-0,03%	0,06%	0,27%	0,17%	0,04%	0,15%
Var. no mês	1,25%	1,27%	1,21%	0,94%	0,77%	0,74%
Var. no ano	3,30%	3,33%	3,27%	2,99%	2,82%	2,78%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 12/07/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,1100	36,1300	0,15090	0,15100
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4523	5,4529
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4390	36,5303	0,1493000	0,1496000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7789	0,7960
Colon (Costa Rica)	519,4500	525,6000	0,010370	0,010500
Coroa (Dinamarca)	6,8444	6,8449	0,7965	0,7967
Coroa (Islândia)	136,8100	137,1000	0,03977	0,03986
Coroa (Noruega)	10,7231	10,7253	0,5084	0,5085
Coroa (Rep. Tcheca)	23,2430	23,2530	0,2345	0,2346
Coroa (Suécia)	10,5286	10,5316	0,5177	0,5179
Dinar (Argélia)	134,1036	134,6936	0,04048	0,04066
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3059	17,8238	17,8549
Dinar (Líbia)	4,8388	4,8611	1,1216	1,1269
Direitos Especiais de Saque ***	1,3258	1,3258	7,2287	7,2295
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6731	1,4844	1,4846
Dirham (Marrocos)	9,8070	9,8120	0,5557	0,5560
Dólar (Austrália)***	0,6785	0,6787	3,6994	3,7009
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4523	5,4529
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6816	2,7289
Dólar (Canadá)	1,3625	1,3629	4,0005	4,0021
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5297	6,6096
Dólar (Cingapura)	1,3405	1,3413	4,0649	4,0678
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4523	5,4529
Dólar (Hong Kong)	7,8073	7,8075	0,6983	0,6984
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6120	0,6124	3,3368	3,3394
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7529	6,8260	0,7988	0,8075
Euro (Comunidade Européia)***	1,0901	1,0902	5,9436	5,9448
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9958	3,0557
Franco (Suíça)	0,8941	0,8945	6,0954	6,0988
Guarani (Paraguai)	7537,0700	7546,9900	0,0007224	0,0007235
Hryvnia (Ucrânia)	40,8500	41,0200	0,1329	0,1335
Iene (Japão)	157,8800	157,9100	0,03453	0,03454
Lev (Bulgária)	1,7939	1,7950	3,0375	3,0397
Libra (Egito)	47,9500	48,0500	0,1135	0,1137
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2982	1,2986	7,0782	7,0811
Naira (Nigéria)	1560,0000	1640,0000	0,00333	0,00350
Lira (Turquia)	33,0357	33,0526	0,1650	0,1651
Novo Dólar (Taiwan)	32,5140	32,5440	0,16750	0,16770
Novo Sol (Peru)	3,7214	3,7240	1,4641	1,4653
Peso (Argentina)	919,0000	919,5000	0,00593	0,00593
Peso (Chile)	907,0800	907,6800	0,006007	0,006012
Peso (Colômbia)	3933,7500	3936,2500	0,001385	0,001386
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2272	0,2272
Peso (Filipinas)	58,3890	58,4090	0,09335	0,09339
Peso (México)	17,6510	17,6615	0,3087	0,3089
Peso (Rep. Dominicana)	58,9400	59,3200	0,09191	0,09252
Peso (Uruguai)	40,0200	40,0500	0,13610	0,13630
Rande (África do Sul)	18,0033	18,0096	0,3027	0,3029
Rial (Arábia Saudita)	3,7506	3,7508	1,4536	1,4539
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001298	0,0001298
Ringgit (Malásia)	4,6670	4,6720	1,1670	1,1684
Rublo (Rússia)	87,8705	87,8795	0,06204	0,06206
Rúpia (Índia)	83,4800	83,5350	0,06527	0,06532
Rúpia (Indonésia)	16135,0000	16140,0000	0,0003378	0,0003380
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,5000	0,01958	0,01959
Shekel (Israel)	3,6003	3,6203	1,5060	1,5146
Won (Coréia do Sul)	1374,9000	1375,5200	0,003964	0,003966
Yuan Renminbi (China)	7,2495	7,2508	0,7520	0,7522
Zloty (Polônia)	3,9031	3,9043	1,3965	1,3971

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2411,70	0,01290	422,6589	422,7054

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	12/07/24	11/07/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.000,90	39.753,75	0,62	2,25	6,13	16,46	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	20.331,49	20.211,36	0,59	3,30	20,83	32,82	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	18.398,45	18.283,41	0,63	3,75	22,56	32,18	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.615,35	5.584,54	0,55	2,84	17,73	25,56	4.117,37	5.633,91
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.673,52	22.544,13	0,57	3,65	8,18	12,97	18.737,39	22.673,52
México	Cidade do México	IPC	54.953,11	54.422,59	0,97	4,79	-4,24	1,85	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.374,06	1.376,34	-0,17	-0,50	14,96	18,21	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	90.723,50	88.804,31	2,16	15,28	56,87	160,11	34.568,94	90.723,50
Chile	Santiago	IPSA	6.550,01	6.544,62	0,08	2,12	5,68	7,76	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.132,84	30.295,40	-0,54	0,79	16,07	33,03	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.715.609,97	1.705.676,50	0,58	6,47	84,53	297,54	431.551,14	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.531,57	1.517,16	0,95	3,19	9,75	11,72	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.748,18	18.534,56	1,15	2,81	11,92	17,01	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.724,32	7.627,13	1,27	3,27	2,40	5,34	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.580,52	34.318,11	0,76	4,30	13,93	21,11	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.040,06	4.028,92	0,28	3,93	8,96	13,01	3.290,68	4.040,06
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.867,58	2.838,97	1,01	-0,70	25,58	45,56	1.970,02	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.250,60	11.170,00	0,72	2,80	11,37	19,01	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.452,28	1.445,91	0,44	3,42	12,31	9,72	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	944,91	936,06	0,95	2,28	20,09	23,01	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.253,66	71.941,67	0,43	0,22	19,19	40,64	51.376,25	72.351,87
Polônia	Varsóvia	WIG	88.693,82	88.154,63	0,61	0,09	13,04	27,31	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.811,86	6.802,21	0,14	5,12	6,49	13,90	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.067,47	1.071,29	-0,36	-7,89	-1,48	6,22	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.630,61	2.574,28	2,19	2,38	9,69	16,18	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.365,18	12.255,78	0,89	3,10	11,02	12,22	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	11.064,85	11.024,33	0,37	3,92	48,12	74,47	6.342,05	11.064,85
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.057,24	-	5,64	9,68	12,19	1.608,42	2.057,24
África do Sul	Joanesburgo	All Share	81.686,49	81.094,00	0,73	2,48	6,23	6,72	69.451,97	81.686,49
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	41.190,68	42.224,02	-2,45	4,06	23,09	28,95	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.206,10	8.133,40	0,89	2,40	4,81	11,78	6.960,20	8.206,10
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.617,48	1.619,82	-0,14	-0,04	-11,99	-20,35	1.433,10	2.071,59
China	Xangai	SSE Composite	2.971,30	2.970,39	0,03	0,13	-0,12	-7,03	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.857,00	2.891,35	-1,19	2,12	7,60	10,96	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.293,38	17.832,33	2,59	3,24	7,31	-3,01	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	80.519,34	79.897,34	0,78	1,88	11,46	23,13	63.148,15	80.519,34
Indonésia	Jacarta	JCI	7.327,58	7.300,41	0,37	3,74	0,75	7,63	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.332,04	1.329,37	0,20	2,39	-5,92	-10,67	1.288,58	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	23.916,93	24.390,03	-1,94	3,84	33,38	41,00	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Secretaria Executiva de Gestão Integrada
Subsecretaria de Administração Geral
Coordenação de Planejamento, Licitações e Compras Diretas

GDF

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90019/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00001896/2024-43. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação contínua de serviços comuns de seguro de pessoas e acidentes pessoais para 25.879 (vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e nove) servidores ativos da Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, mediante a implantação de apólice, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e de seus anexos. VALOR ESTIMADO: R$ SIGILOSO. DOTAÇÃO: UO 24.101 – PROG. TRAB.: 06.122.8217.4052.0002 FR: 100 – ND: 33.90.39-69. PRAZO: Vigência do contrato: 12 (doze) meses a partir da assinatura. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/07/2024, às 10h, no https://www.gov.br/compras/pt-br/. UASG 450107. Edital está disponível no endereço acima e no portal http://www.ssp.df.gov.br/licitacoes/.

Brasília/DF, 15 de julho de 2024.

ADRIANA MELO SANTIAGO
Pregoeira

Fomento Paraná — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

CHAMADA PÚBLICA PARA A SELEÇÃO DE GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIAGRO FIDC

FOMENTO PARANÁ torna público que realizará seleção de Gestor de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios originários da Cadeia Produtiva da Agroindústria – FIAGRO FIDC PARANÁ I, conforme especificações descritas nos termos do Edital e Anexos.

Forma de Participação:

Os proponentes interessados deverão encaminhar a proposta e demais documentos listados no Edital até às 18 horas do dia 29/08/2024, pelo Sistema e-protocolo do Estado do Paraná.

O edital e seus anexos poderão ser obtidos em https://www.fomento.pr.gov.br/Transparencia/Editais Informações: fiagro@fomento.pr.gov.br.

Autorização: Heraldo Alves das Neves – Diretor-Presidente

Investimentos Abertura de custos na distribuição é estímulo para um melhor equilíbrio entre comissionamento direto e o fiduciário

Com regra de transparência, taxa fixa ganha novos adeptos

Adriana Cotias
De São Paulo

Na contagem regressiva para o início das regras complementares de transparência na cadeia de distribuição de investimentos, novos nomes têm abraçado o modelo de taxa fixa, o "fee based", em que a remuneração pelo aconselhamento vem exclusivamente do cliente. Grupos que nasceram como escritórios de assessoria (os antigos agentes autônomos), com o serviço remunerado por comissões diretas, têm fortalecido o braço de gestão patrimonial, em que o sistema fiducuário prevalece. Outros, já moldados à maneira dos "multifamily offices" (MFO), vislumbram ganhar tração com o empurrão regulatório.

A resolução 179 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prevê que a partir de novembro o investidor tenha uma foto completa sobre os valores das comissões cobradas diretamente. O combo inclui percentuais de taxa de administração e performance nos fundos, o "spread" (a diferença entre o custo de aquisição e de venda) de valores mobiliários, corretagem e a taxa de câmbio usada em conversão de moedas, por exemplo.

No mercado, há expectativa de novo adiamento dessa abertura, que, primeiro, entraria em vigor em janeiro. Agora já há quem conte que a regra vai coincidir com a transparência da remuneração em fundos, recém-postergada pela CVM para junho de 2025. Independentemente disso, o setor se move para um melhor equilíbrio de forças entre o modelo transacional, hoje predominante, e o emergente fiduciário.

Na Manchester Investimentos, assessoria que tem a XP como sócia minoritária, a mudança nas regras acelerou a adesão de clientes a contratos com taxas fixas e carteiras administradas, que ficam sob o guarda-chuva da gestora Prinz Capital. Cerca de 650 clientes migraram para esse formato, batendo o R$ 1 bilhão. É uma fatia pequena em relação aos R$ 16 bilhões sob assessoria que a casa detém, mas no público com perfil de "private banking", na linha acima dos R$ 5 milhões, esse caminho é mais fluido, diz Gabriel Negrelli, sócio da Manchester que lidera a conversão para o modelo de fee fixo no grupo.

Desde que a XP passou a prever a remuneração fixa na sua rede de distribuição, em 2020, ele diz que a sua base de clientes foi inteiramente impactada pela novidade, mas que 25%, de fato, migraram para o modelo. "Os maiores já são mais acostumados ao fee based, veem valor na gestão ativa, gostam de estar mais tranquilos com o conflito [potencial]. O cliente que já é mais educado financeiramente acha melhor do que o outro", afirma Negrelli. Para outros há ainda uma barreira cultural, o investidor acha que "ver o débito na conta dia 10 [a cada trimestre] dói e diz 'cobra sem eu ver'".

Em número de clientes, a Manchester espera dobrar o alcance da taxa fixa até o fim do ano, abarcando ao longo do tempo 10% dos ativos sob aconselhamento, afirma o sócio Lucas Pereira. "Há uma certa resistência, é necessário revisitar o tema para que o investidor entenda o caminho, não forçamos o cliente para 'A' ou 'B' e não é aplicável a todos os casos. Para muitos clientes, o modelo de comissionamento é mais barato. A adesão [à taxa fixa] ainda é baixa, mas o número é crescente."

O custo varia de 0,5% a 0,7% ao ano sobre o patrimônio administrado. Eduardo Agusto Guedes, sócio-diretor à frente da Prinz, vê as carteiras administradas como uma evolução do serviço de assessoria, com o cliente tendo a ciência do quanto está pagando e com acesso à gestão profissional, de forma transparente. "E ele sabe o valor da gestão discricionária em relação à assessoria", diz. "Desde que a gente consiga entregar o que foi combinado, ele fica tranquilo em pagar pelo serviço."

Nesse formato, rebates e comissões pagos pela oferta são convertidos em benefício dos próprios investidores, o que diminui o custo efetivo do serviço. Na distribuição via assessoria, que também permite a taxa fixa, só a parcela relativa à remuneração do escritório volta para o cliente, enquanto a plataforma retém a sua fatia relativa à distribuição.

A Prinz Capital já existia na estrutura da Manchester desde 2021 e caminha para o seu primeiro bilhão entre carteiras administradas, multifamily office (MFO ou gestão de patrimônio) e fundos próprios. No MFO, o tíquete parte de R$ 25 milhões, mas há famílias atendidas com até R$ 100 milhões. Antes, Guedes era gestor do single family office Nexus, da família dona do grupo Boticário, que se tornou cliente da Prinz.

Na Criteria Investimentos, que na atividade de assessoria também é vinculada à XP, o MFO nascido três anos atrás, a partir da aquisição da Sheva Investimentos, está próximo de atingir os R$ 4 bilhões sob aconselhamento, um crescimento de 16 vezes. Liderada por Ricardo Sturm, são 170 famílias atendidas por dez profissionais especializados no perfil private e ultra-high, de investidores ultrarricos.

Na política de tarifação, foram criados modelos de remuneração sem foco nas comissões do assessor, com a maior parte da receita vinda da taxa fixa paga pelo investidor.

> "Com ROA menor, nova fonte de receita virou realidade para assessorias"
> *Ricardo Sturm*

"A gente sempre focou no cliente e a regra de transparência na remuneração é maravilhosa. Na concorrência, muitos estão migrando para o modelo de fee fixo com receio dessa maior abertura", diz Sturm. "No passado, o ROA [retorno sobre os ativos] das carteiras era ultra-agressivo, mas no prazo longo, com maior complexidade para a bolsa, o retorno caiu e a possibilidade de uma nova fonte de receita com o fee fixo virou realidade para boa parte das assessorias."

Quando o executivo embarcou a Sheva na Criteria, a área dedicada a grandes patrimônios tinha cerca de R$ 200 milhões. Num segmento que fora os efeitos de geração de riqueza e da oferta cruzada com a área de investment banking é pautado pelo "rouba-monte" de recursos, ele diz que em 36 meses não perdeu nenhum cliente. Especializado na alocação em ativos fora do Brasil, o incremento veio principalmente dessa maior diversificação. "Lá fora, percentual relevante é operado pelo modelo de 'advisory' com fee fixo, então é mais natural para esse público", diz.

O perfil típico da Criteria no braço de MFO são famílias com patrimônio a partir de R$ 15 milhões. A meta é alcançar R$ 6 bilhões até o ano que vem. Pode haver atalhos via consolidação, já que a própria vinda de Sturm para o grupo foi fruto da aquisição da Sheva. Multifamily offices menores, com R$ 1 bilhão a R$ 3 bilhões sob gestão, são o alvo. No pacote de serviços entram não só investimentos, mas sucessão patrimonial, carteiras offshore e ativos imobiliários no Brasil e no exterior.

Samyr Castro, CEO da InveSmart, ligada à XP, diz que no braço de gestão de patrimônio e consultoria do grupo tem hoje cerca de R$ 1 bilhão, um valor pequeno em relação ao que reúne na custódia da plataforma em assessoria de investimentos, com R$ 24 bilhões. É o perfil entre R$ 3 milhões e R$ 5 milhões que dá preferência ao sistema.

"Gosto de olhar o Brasil como os Estados Unidos de 30 anos atrás, tudo aconteceu primeiro lá e depois aqui. Os dois modelos de assessoria de investimentos, o de fee fixo e aquele de quem vive de corretagem, coexistem, o valor de fee fixo passou o de corretagem, mas os dois continuam crescendo", diz Castro.

Como pretende ser uma companhia com leque amplo de serviços e para se proteger de mudanças futuras, a atividade foi criada dois anos atrás. Mas o executivo é cético em achar que isso vire tendência no curto prazo. "Não acho que a 179 vá mudar nada, o cliente já sabe o quanto está pagando. O investidor brasileiro é tão mal educado financeiramente que nem vai perceber. É ruim, mas ele não se preocupa muito com o longo prazo."

A Aware Investimentos, fundada por um grupo de ex-diretores do Banco Espírito Santo no Brasil, também vê na revisão regulatória os holofotes sendo direcionados para negócios de gestão de patrimônio. "Nossa atividade tende a se beneficiar porque o modelo de assessoria é pouco transparente, e agora vai ter um trabalho triplo com a fatura em cima do portfólio e o cliente vendo custos que hoje não percebe", diz Alex Silva, um dos sócios-fundadores da gestora de patrimônio que reúne cerca de R$ 9 bilhões.

Na Warren, a mudança regulatória é considerada um impulso para o negócio que nasceu pela distribuição via planejadores financeiros, com o custo das carteiras recomendadas sendo pago só pelo cliente. A partir da 179, a plataforma de investimentos passou a prospectar assessores de investimentos do universo transacional, incentivando-os a migrar para o modelo fiduciário.

A casa, que reúne R$ 19 bilhões em ativos sob custódia (AUC), recém contratou Patrícia Aiello para a posição de chefe de desenvolvimento de negócios, com a missão de ampliar essa força comercial, atraindo tanto assessores quanto consultores e gestores de carteira. A casa tem cerca de 50 profissionais conectados e quer chegar a 100, 120 até o fim do ano.

LEO PINHEIRO/VALOR

> "Vai ter um trabalho triplo com fatura em cima dos portfólios e cliente vendo custos"
> *Alex Silva*

Journey Capital cinde atividade de gestão de carteiras

De São Paulo

A Journey Capital, conhecida por operações complexas em casos como Rodovias do Tietê e Samarco, fez a cisão do seu negócio de administração de carteiras na Journey Wealth. O braço de gestão de patrimônio nasce com cerca de R$ 700 milhões. A ideia não é competir pelos grandes bolsos atendidos por butiques de fortunas, mas buscar as contas menores, no quintal das assessorias de investimentos.

O modelo de desintermediação bancária, com o investidor migrando para as plataformas multiprodutos foi bem-sucedido entre 2015 e 2021, quando a XP ganhou tração por força da sociedade com o Itaú, "mas de 2022 para cá, com altas de juros expressivas e o mercado mais difícil, as carteiras tiveram performance pior e ficou claro que a atividade de assessoria não é para todo mundo", diz Rogê Rosolini, sócio fundador da Journey. "Começaram a ficar evidentes alguns conflitos de interesse inerentes à atividade, daí vimos um espaço para o modelo de MFO [multifamily office]."

Algumas carteiras começam com R$ 500 mil, mas o corte para portfólios mais customizados é a partir de R$ 2 milhões. A favor, o executivo diz que a Journey tem aquilo que o cliente quer, a especialização em crédito privado. "O Brasil tem o instrumento que é uma das melhores alternativas, é difícil justificar outra coisa com juro real em 7%, em que a cada dez anos dobra o poder de compra."

Embora o MFO faça gestão de outros ativos, como bolsas internacionais e multimercados, Rosolini diz que o grosso é mesmo dívida porque o "cliente hoje não é remunerado para correr outros riscos de mercado". A expansão planejada vem da atração de comerciais dos bancos ("bankers"), profissionais vindos de assessorias ou em transição de carreira.

Pelo fato de o Brasil ter juros historicamente altos, o risco de crédito é mal avaliado, diz o sócio Luiz Fabiano Saragiotto . "Nas carteiras com perfil mais conservador, não vale a pena ir para o 'high yield' [de maior risco] com 2% ou 3% acima do CDI ou para a NTN-B, se tem taxa tão gorda no 'high grade' [de melhor qualidade]", diz. "Só que mesmo o high grade precisa de análise forte, especialmente pela natureza do título isento, que muitas vezes envolve projetos de infraestrutura, é preciso entender muito a estrutura e o momento do emissor."

Há uma década na estrada, ele diz que a Journey conseguiu se desviar das "armadilhas" do setor, não tinha Americanas e saiu de Light em 2020, já preocupado com a renovação da concessão.

Na asset, a Journey tem pouco mais de R$ 1 bilhão. A casa ficou conhecida pela atuação no processo de recuperação da Rodovias do Tietê, criando um fundo que uniu debenturistas e permitiu uma negociação coordenada. A homologação do plano foi feita em 2021, mas a implementação depende de aval da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). *(AC)*

> **R$ 700**
> **mi é o volume inicial da Journey Wealth**

Fundo imobiliário logístico vale a pena?

Consultório financeiro

Afinal, quais as vantagens e desvantagens de se investir em um fundo imobiliário logístico?

Vinícius Pires de Souza, CFP, responde:

Nos últimos anos, os fundos de investimento imobiliário (FIIs) ganharam força dentro das carteiras dos investidores brasileiros. Segundo dados do boletim mensal de FII da B3, a quantidade de pessoas físicas com alguma cota de FII passou de 208 mil pessoas, em dezembro de 2018, para 2,5 milhões de pessoas, em dezembro de 2023.

Os FIIs são constituídos sob a forma de condomínio fechado, ou seja, os investidores não conseguem resgatar suas cotas antes de decorrido o prazo final de duração do fundo, caso seja um fundo de prazo determinado, ou no caso de o fundo ter um prazo de duração indeterminado. Caso o investidor precise de liquidez, ele precisará negociar essas cotas no mercado secundário.

Outra característica dos FIIs é que a maioria deles costuma distribuir rendimentos periodicamente aos seus cotistas, geralmente de forma mensal. Isso ocorre porque, de acordo com a Lei 9.779, de 19 de janeiro de 1999, o fundo deve distribuir aos seus cotistas, no mínimo, 95% dos lucros auferidos, apurados segundo o regime de caixa com base no balanço ou balancete semestral, encerrado em 30 de junho ou 31 de dezembro de cada ano. Esses rendimentos serão isentos de Imposto de Renda para pessoa física caso o fundo possua no mínimo 100 cotistas e as cotas sejam negociadas em bolsa de valores. O cotista não pode deter, individualmente, mais do que 10% das cotas do FII.

É importante que o investidor saiba que os fundos de investimento imobiliário são considerados renda variável.

Fundos imobiliários logísticos são fundos que buscam auferir renda através da aquisição de galpões logísticos para locação para outras empresas. Pode-se elencar, como principais vantagens:

1. Renda passiva: a distribuição de proventos, quando os imóveis que compõem a carteira do fundo estão locados, tende a ter maior periodicidade.
2. A partir de pequenos valores, é possível expor-se ao mercado imobiliário.
3. Boa liquidez: se houver necessidade de levantar recursos, basta vender as cotas no mercado secundário. Se o cotista fosse proprietário de um imóvel, o processo de venda seria bem mais demorado.
4. Contratos com prazos longos e atípicos: geralmente, os contratos são celebrados por prazos longos e com a possibilidade de cobrança de multas, no caso de rescisão antecipada.

Já as principais desvantagens são:

1. Alta na taxa básica de juros: quando a Selic sobe, as cotas dos fundos tendem a sofrer uma desvalorização, tendo em vista que os investidores podem migrar seus recursos dos fundos imobiliários para a renda fixa.
2. Risco de mercado: as cotas dos fundos podem desvalorizar-se sem que haja um motivo específico na carteira do fundo imobiliário.
3. Risco de vacância: fundos de logística costumam ter maiores dificuldades de locação quando há vacância do imóvel. Isso pode comprometer o fluxo de recebimento de aluguéis e os rendimentos recebidos pelos investidores, além da possibilidade de desvalorização das cotas.
4. Risco de concentração: caso o FII possua poucos imóveis dentro da carteira, o impacto de uma inadimplência ou vacância sobre a distribuição das cotas tende a ser maior sobre a distribuição de rendimentos aos cotistas.

O investimento em FII é uma opção de diversificação para os investidores. O auxílio de um planejador financeiro pode ajudá-lo na alocação de seus investimentos, de acordo com o seu perfil e objetivos.

Vinícius Pires de Souza é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail:
vinicius.pires.souza@gmail.com

Tributário
Receita cria equipe para acelerar trâmite de processos administrativos
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Limitação à eleição de foro pode afetar investimentos
E2

TJSP
Plataforma deve indenizar por perfil falso
valor.globo.com/legislacao

Legislação & Tributos SP

Tributário Para tribunal, direito à exclusão do ICMS do PIS/Cofins vale para qualquer regime fiscal

Ambev vence no Carf discussão sobre 'tese do século'

LUIS USHIROBIRA/VALOR

Advogado tributarista Fabio Calcini: várias empresas dos setores de bebidas e combustíveis têm créditos de PIS e Cofins parados por insegurança jurídica

Laura Ignacio
De São Paulo

Uma decisão inédita do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) garante que o direito à exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins — a chamada "tese do século" — independe do regime pelo qual a empresa é tributada. No caso concreto, a fabricante de bebidas Ambev se livrou de uma autuação fiscal de aproximadamente R$ 400 milhões por compensação tributária indevida (valor atualizado, com juros e multa).

No julgamento da "tese do século", os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram que o valor do imposto estadual deve ser retirado do cálculo das contribuições sociais por se tratar de receita do Estado, e não do contribuinte (Tema 69). Mas a Receita Federal entende que essa tese não se aplica para setores que apuram o PIS e a Cofins por meio de regimes especiais — como os de bebidas e combustíveis.

Especialistas ponderam que se o direito à exclusão do ICMS não valesse para as empresas desses setores, que calculam o valor das contribuições aplicando uma alíquota fixa sobre a produção por litros ou metros cúbicos, o impacto financeiro da "tese do século" para os cofres da União, que deve superar os R$ 300 bilhões, poderia ser reduzido de forma significativa.

Com a definição da "tese do século", no ano de 2017, praticamente todas as empresas que pagam PIS e Cofins, entre elas a Ambev, buscaram obter no Judiciário a declaração do direito aos créditos das contribuições sociais com a exclusão do ICMS da conta e de usá-los em compensações tributárias. Contudo, no caso da fabricante de bebidas, mesmo com decisão transitada em julgado (contra a qual não cabe mais recurso), a Receita Federal negou o pedido porque a companhia não apuraria PIS e Cofins sobre receita.

As empresas do setor de bebidas recolhem as contribuições sociais por meio de um regime especial, em que a base de cálculo é a quantidade de litros produzidos — calculados por meio de medidores de vazão aos quais a Receita Federal tem acesso. Advogados das empresas, porém, afirmam que essa seria apenas uma técnica diferente de se medir a receita. O regime especial de tributação das bebidas consta na Lei nº 10.833, de 2003. O dos combustíveis, na Lei nº 9.718, de 1998.

A decisão do Carf corrobora a argumentação dos contribuintes. "Entendo, neste ponto, que a adoção do regime já disposto inicialmente, mediante mensuração por unidade de litro, para se contabilizar a operação de venda, por se utilizar de preços médios de mercado, em nada desconfigura o conceito de receita e faturamento, constitucionalmente disposto, de modo que deve a fiscalização guardar devida observância e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mandamento judicial", afirma em seu voto a relatora do caso, a conselheira Mariel Orsi Gameiro (processo nº 10880.908971/2022-17).

Esse é o primeiro caso sobre o assunto julgado pelo Carf, segundo especialistas. A decisão foi proferida, por unanimidade, pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento. Por isso, é um importante precedente para outras empresas que também se submetem a regimes especiais para o pagamento do PIS e da Cofins.

Essa insegurança tributária eclodiu no ano de 2019, quando a Receita Federal, por meio da Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 177, passou a orientar os fiscais do país no sentido de que empresas sob regime diferenciado de apuração não têm como excluir o ICMS do PIS e da Cofins. O argumento adotado foi o de que, nessa situação, o imposto estadual não estaria explícito na base de cálculo das contribuições sociais. A consulta havia sido feita por uma empresa do setor de combustíveis.

> "Adoção do regime especial em nada desconfigura o conceito de receita"
> *Mariel Gameiro*

O advogado tributarista Fabio Calcini, sócio do escritório Brasil Salomão e Mathes Advocacia, destaca que várias dessas empresas, dos setores de bebidas e combustíveis, têm créditos de PIS e Cofins parados até hoje por insegurança jurídica. "Temos dado parecer na mesma linha da decisão do Carf, indicando que a empresa pode compensar e usar o crédito. Não indicamos judicialização", afirma.

Segundo o tributarista Tércio Chiavassa, sócio do Pinheiro Neto Advogados, essa decisão poderá ser útil para outras empresas, como clientes do escritório do setor de bebidas, porque demonstra o que a banca tem defendido na esfera administrativa. "Embora seja de câmara baixa e ainda caiba recurso da PGFN [Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional], a decisão é importante porque para a discussão subir para a Câmara Superior do Carf só se houver algum acórdão paradigma, sobre o mesmo assunto, em sentido contrário, o que desconhecemos", afirma.

Por meio de nota, a Ambev afirmou ao **Valor** que "a decisão do Carf se pautou nos aspectos técnicos e jurídicos, reafirmando que a postura da companhia seguiu e segue a correta interpretação e aplicação da legislação tributária brasileira".

Procurada pelo **Valor**, a PGFN informou que não vai comentar a decisão do Carf.

Destaque

Cadeiras de rodas
O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) declarou a constitucionalidade de dispositivos da Lei Municipal nº 9.059/23, de Marília, que obrigam escolas públicas e privadas a disponibilizarem cadeiras de rodas em suas instalações. Foi reconhecida a inconstitucionalidade apenas de trecho que prevê suspensão do alvará de funcionamento para instituições que descumprirem a norma. A decisão foi unânime. De acordo com o voto da relatora, desembargadora Marcia Dalla Déa Barone, não há invasão à competência concorrente da União e dos Estados, uma vez que o texto não contraria o regramento federal e observa interesses locais, tampouco há ofensa ao princípio da separação dos poderes, na medida em que a lei não envolve atos de gestão, organização e funcionamento da administração. "Ainda que a implementação da política pública sobre a qual versa o ato normativo impugnado possa gerar custos, bem como demanda de pessoal para tanto, é certo que a norma busca dar concretude à tutela e interesse da pessoa portadora de deficiência ou de mobilidade reduzida que frequente escolas públicas e privadas, cujos direitos devem ser atendidos, não havendo que se falar em ofensa ao princípio da separação dos poderes", diz (processo nº 2087669-23.2024.8.26.0000).

Justiça impede venda de tênis falsificados com a marca Vert

Adriana Aguiar
De São Paulo

A renomada fabricante francesa de tênis ecológicos Veja Fair Trade Shoes (antiga Vert no Brasil) conseguiu liminar na Justiça de São Paulo para impedir a atuação de um grupo de empresas sediadas no Estado que anunciam e vendem tênis que imitam os de sua marca. A decisão é da 2ª Vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem da capital.

Na ação judicial, a Veja acusa as empresas de fabricarem produtos falsificados e de atuarem por meio de sites clonados, que infringem a famosa marca "V" de seus calçados.

A liminar (tutela de urgência) foi concedida pelo juiz Eduardo Palma Pellegrinelli e obriga as empresas Fork Indústria e Comércio de Calçados, Hyard Calçados, Fromshoes Ecommerce e seus sócios a excluir ou tornar indisponível todo o conteúdo que viole os direitos de propriedade industrial da Veja, disponibilizado em websites ou em perfis de redes sociais — como Instagram e Facebook.

De acordo com o juiz, "a Veja Fair Trade é titular de diversos registros de marcas nominativas e mistas referentes à expressão Vert, com especificação, dentre outros, para calçados". E cabe à fabricante, acrescenta, zelar pela integridade material e reputação das marcas das quais é licenciada.

Para ele, as imagens fornecidas no processo demonstram que as empresas indicadas são titulares de domínios de internet que empregam as marcas Vert e comercializam produtos "que simulam aqueles comercializados pela autora, com o nítido propósito de parecer o produto original". Ele destaca que a fabricante francesa afirma não ter licenciado o uso das marcas para as empresas.

Por fim, o juiz afirma que é crime "importar, exportar, vender, oferecer, expor à venda, ocultar ou ter em estoque produto assinalado com marca ilicitamente reproduzida ou imitada" (artigo 190 da Lei nº 9.279/96). E que "a comercialização de produtos contrafeitos pode gerar danos que extrapolam o aspecto pecuniário, o que caracteriza o perigo de dano".

Os anúncios da Fork Indústria e Comércio de Calçados, Hyard Calçados e Fromshoes Ecommerce nos respectivos sites foram retirados da internet na quinta-feira. O advogado de defesa das empresas ainda não foi nomeado no processo (nº 1093995-07.2024.8.26.0100).

Fundada no ano de 2005, a Veja se destacou por integrar projetos sociais, de justiça econômica e por usar materiais ecológicos em seu processo de produção. A marca usa algodão orgânico do Brasil e do Peru, borracha amazônica para suas solas e materiais feitos de garrafas plásticas recicladas e poliéster.

DIVULGAÇÃO

> "Decisão protege reputação da empresa e também os consumidores"
> *Rob Rodrigues*

De acordo com o advogado da Veja no processo, Karlo Tinoco, do RNA Law, esse compromisso com a sustentabilidade e práticas de comércio justo conquistou uma base de clientes leais em todo o mundo. "Esses produtos falsificados enganam os consumidores e minam o compromisso da Veja com a qualidade e sustentabilidade", afirma

Com a decisão, segundo Rob Rodrigues, também do RNA Law, "o Judiciário protege não somente a reputação da empresa, mas também garante que os consumidores continuem recebendo produtos autênticos e de alta qualidade".

Gabriel Leonardos, do Kasznar Leonardos, presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI), destaca que existem reclamações no site Reclame Aqui de consumidores que compraram calçados que imitavam os da Veja. "Em uma primeira análise, o caso parece simples e o juiz está coberto de razão ao dizer que não pode exigir prova negativa do dono da marca sobre ceder a licença. Cabe ao réu, fazer a prova e apresentar essa licença, se houver", diz.

Para Luiz Edgard Montaury Pimenta, do Montaury Pimenta Machado e Vieira de Mello, a Veja demonstrou que tem o registro da marca no Brasil e, nesses casos, os tribunais tendem a suspender a fabricação e comercialização dos produtos semelhantes.

Pedro Labrunie, do Gusmão & Labrunie, diz que o maior risco para essas marcas é que o consumidor pode achar que está comprando um produto original, de má qualidade.

Limitação à eleição de foro pode afetar investimentos

Opinião Jurídica

Gisela F. Mation, Iuri Reis e Isabela Camargo

Ao redigir contratos, as partes de transação econômica escolhem livremente as regras a que se sujeitarão. Determinam, ainda, a forma de resolução de litígios (se por arbitragem ou por um juiz estatal e, no último caso, a comarca de tramitação) considerando critérios como isenção, agilidade e aptidão técnica do órgão julgador.

Essa escolha, que é um relevante mecanismo de proteção da transação econômica negociada entre as partes, foi drasticamente afetada por recente mudança legislativa: a Lei nº 14.879/2024, que estabelece que a eleição de foro judicial deve guardar pertinência com o domicílio das partes ou com o local da obrigação.

Até então, desde o Código de Processo Civil de 1973, era reconhecido que as partes contratantes tinham autonomia para escolher o foro competente para resolver suas disputas.

A justificativa apresentada para essa modificação foi de que, embora o Código de Processo Civil autorize a eleição de foro, essa escolha não pode ser aleatória, sob pena de violação da boa-fé e de prejuízo ao interesse público, sobrecarregando certos tribunais (em especial, dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e do Distrito Federal) que são escolhidos pelas partes com maior frequência, mesmo sem terem relação com o caso concreto, em razão de possuírem varas especializadas em certas matérias, bem como por serem foro neutro em relação às partes, justamente por nenhuma delas possuir domicílio ali, e por resolverem mais rapidamente os litígios, comparativamente à média nacional. Tal preocupação com a sobrecarga de certos tribunais, no entanto, poderia ser endereçada de outras formas, considerando inclusive que as partes litigantes pagam custas para utilizar-se do Poder Judiciário para dirimir suas disputas.

Os efeitos negativos da nova lei são diversos, a começar pela insegurança jurídica gerada, não apenas para as partes contratantes — que verão reduzida sua autonomia e liberdade de contratar —, como também para a coesão do ordenamento jurídico brasileiro. Se antes a desconsideração do foro judicial escolhido pelas partes era a exceção, aplicável somente a casos limitados, envolvendo algum grau de desequilíbrio contratual (como em relações de consumo), agora o juiz poderá negar o prosseguimento de um processo quando entender que o foro escolhido não guarda relação com as partes ou com a obrigação, o que não raras vezes ficará sujeito ao arbítrio do julgador, sobretudo para operações comerciais complexas que envolvam múltiplas partes e cadeia obrigacional multifacetada.

Alguns exemplos do problema são: em um contrato envolvendo A, B e C, no qual o foro eleito corresponde ao domicílio de C, fica a dúvida se A e B poderão litigar naquele foro. Situação mais complexa ainda poderá ocorrer em contratos coligados, quando A, B e C poderão figurar em um contrato, mas somente A e B figurarão em outro, tendo as partes eleito foro único exatamente em virtude da coligação contratual, para que possam reunir eventuais disputas. Da mesma maneira, coloca-se em xeque as situações de sucessão, em que o domicílio dos sucessores pode não coincidir com a dos contratantes originários.

A mudança legislativa pode gerar, ainda, redução dos investimentos estrangeiros em regiões cujos foros não são usualmente eleitos pelas partes contratantes, pois o investidor estrangeiro que pretender contratar com parte sediada nessas localidades, afastadas de grande centro comercial, terá de possivelmente litigar ali, o que modifica a avaliação de risco do investimento, podendo encarecê-lo ou até mesmo inviabilizá-lo.

Nesse mesmo sentido, essa limitação à eleição de foro pode levar ao aumento da inclusão de cláusulas arbitrais nos contratos: não sendo possível eleger foro judicial neutro, mais célere e/ou mais especializado, a alternativa será a resolução dos litígios por arbitragem. Isso pode ocorrer mesmo em casos em que, em razão das peculiaridades do caso concreto, o Poder Judiciário seria o foro mais adequado para resolução de disputas. Vislumbra-se, ainda, que a mudança possa aumentar os custos de transação para negociação dos contratos e levar à abertura de novas filiais pelas empresas tão somente para que as partes possam, dessa forma, eleger o foro daquela localidade onde se instaurou a filial para apreciar e julgar demandas advindas dos contratos celebrados por ela, o que pode ter reflexos tributários.

Além disso, essa alteração parece ir na contramão dos esforços legislativos feitos recentemente para incentivar contratações e atividades econômicas no Brasil, como a Lei da Liberdade Econômica, que firmou a regra geral de que, nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual, e o próprio Código de Processo Civil de 2015, que permitiu às partes em juízo maior flexibilidade e autonomia na condução da disputa, por meio da celebração de negócios jurídicos processuais.

A contradição é evidente: amplia-se a liberdade econômica, apregoando-se mínima intervenção estatal nas relações entre agentes econômicos, atribuindo-se maior flexibilidade para que as partes decidam como pretendem solucionar seus litígios, mas repentinamente se cria entrave para que elejam o foro dessa disputa. Como exposto, há muitos fatores que aparentemente deixaram de ser considerados na aprovação da nova lei e que têm impacto direto no ambiente institucional para realização de investimentos no Brasil.

Gisela Ferreira Mation, Iuri Reis e Isabela Camargo são, respectivamente, sócia da área de Contencioso do Machado Meyer; e advogados da área de Contencioso do Machado Meyer

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90078/2024,** referente ao processo nº **024.00053984/2024-20,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 15/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento se seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO

PROC. 109/2024 – Pregão Eletrônico Nº 052/2024 - AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto o Pregão Eletrônico n.º 052/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e fracionada aquisição de combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Diesel Comum e Diesel S10) para a frota municipal de Veículos e Máquinas.** O pregão eletrônico ocorrerá no dia **30/07/2024 ás 08:30 hrs**, no site: **https://www.portaldecompraspublicas.com.br**. O Edital na íntegra será fornecido aos interessados, pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente e disponível também por meio do site: http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br. O telefone para contato é (0**18) 3281-9777. Pres. Epitácio, 12 de julho de 2024. **Cassia Regina Z. Furlan - Prefeita Municipal e Bruno Cesar dos Santos Ramos – Secretária de Administração.**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90079/2024,** referente ao processo nº **024.00077671/2024-67,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 15/07/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 456ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0324425) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 456ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 2 de dezembro de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **31 de julho de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A declaração do vencimento antecipado da CCB e, consequentemente, do resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão da verificação da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado previsto na Cláusula 8.1 (v) da CCB, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora e pelos Garantidores, de obrigação pecuniária com vencimento em 5 de abril de 2024, 6 de maio de 2024, 5 de junho de 2024 e 5 de julho de 2024, observado o descumprimento do prazo de cura concedido na Assembleia Especial de Titulares dos CRI, realizada em 5 de abril de 2024, conforme prevista no cronograma de pagamentos estabelecido no Anexo I da CCB, considerando o decurso do prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis sem o saneamento do referido inadimplemento pela Devedora e pelos Garantidores; **(ii)** Caso não seja aprovado o item "i" da Ordem do Dia, a concessão de prazo adicional até 15 de agosto de 2024 para pagamento das obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, conforme descritas no item (i) da Ordem do Dia pela Devedora e/ou pelos Garantidores; **(iii)** A utilização dos recursos atualmente disponíveis no Fundo de Obras, considerando a paralisação das obras do Empreendimento, para estabelecer a recomposição de liberação ou não, para a Devedora, sem o atendimento das regras previstas na Cláusula 8.8 do Termo de Securitização e 5.8 da CCB; **(iv)** A contratação de empresa especializada, às expensas do Patrimônio Separado, para avaliação da situação atual das obras do(s) Imóvel(is) Destinatário(s), conforme proposta de prestação de serviços a ser apresentada aos Titulares dos CRI na data da Assembleia; e **(v)** A contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, com proposta a ser apresentada em Assembleia, para assessorar eventual reestruturação da Emissão e defesa dos interesses do CRI, conforme termos, escopo e condições, da reestruturação, a serem oportunamente aprovados pelos Titulares dos CRI em Assembleia Especial de Titulares dos CRI, a ser convocada com esta finalidade específica. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 456ª Série da 1ª Emissão - IF 21L0324425), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 11 de julho de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

Atlântica Hospitais e Participações S.A.

CNPJ nº 40.751.842/0001-08 – NIRE 35.300.564.430

Ata Sumária da Assembleia Geral Ordinária realizada em 27.4.2024

Data, Hora e Local: Em 27.4.2024, às 9h, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 17º andar, sala 1.701 - parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. ***Mesa:*** Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 3.4.2024 na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em atendimento ao disposto no Artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no §4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação da acionista. ***Deliberações:*** 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; 2) aprovaram para o exercício de 2024, a remuneração global e as verbas previdenciárias para os administradores, no montante de até R$9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais), sendo até R$4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) a título de remuneração fixa e variável e até R$4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) para custeio do plano de previdência. A distribuição das verbas de remuneração e do plano de previdência será deliberada em reunião da Diretoria, conforme determina a letra "e" do Artigo 9º do Estatuto Social. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP281259/O-1, senhor Luciano Agulho Vecchi, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Secretário: Vinicius Marinho da Cruz; Administrador: Carlos Alberto Iwata Marinelli; Acionista: **Bradesco Gestão de Saúde S.A.**, representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa; Auditor: Luciano Agulho Vecchi. ***Declaração:*** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Secretário: Vinicius Marinho da Cruz. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 214.879/24-0, em 3.6.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular nº 10149276009, datado de 09/06/2020, no qual figura como fiduciante **William Santos da Conceição,** brasileiro, solteiro, maior, assessor I, RG nº 49.329.728-5-SSP/SP, CPF nº 408.301.008-81, residente e domiciliado na cidade de São Paulo – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 22 de julho de 2024, às 15h00,** endereço leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 291.182,65 (duzentos e noventa e um mil, cento e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pelo Apartamento nº 55, localizado no 3º Pavimento do Condomínio Residencial Siena, situado na Rua Muçurepe, nº 241 – Bairro Cidade Líder, São Paulo /SP, contendo uma área privativa construída de 46,92m², uma área comum construída de 11,93m², uma área total construída de 58,85m², uma área de terreno comum de 25,51m², uma área total de 84,35m², uma área de terreno exclusiva de 11,73m², correspondendo-lhe uma fração ideal no terreno de 1,801%, já incluído o direito de estacionamento de um veículo de passeio. **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 174.189 do 16º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital – SP.** Obs.: **(i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **01 de agosto de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 203.899,16 (duzentos e três mil oitocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Sindicato da Indústria de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares no Estado de São Paulo - SINPA

Avenida Paulista, 1313 - 9º andar - Conj. 911 - São Paulo - SP - CEP 01311-923
Telefone/Fax (11) 3289-3499 - e-mail: sinpa@sinpa.com.br - CNPJ: 62.648.548/0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocadas todas as empresas representadas pelo **Sindicato da Indústria de Parafusos, Porcas, Rebites e Similares no Estado de São Paulo - SINPA,** associadas ou não, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada de **modo virtual pelo sistema Microsoft Teams, no dia 18 de julho de 2024 às 14:00 horas em primeira convocação ou às 14:30 horas em segunda convocação,** para analisar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: autorização para recepção de pautas e outorga de poderes para as negociações coletivas das reivindicações das diversas bases trabalhistas cujas datas-bases ocorram até agosto/2025, representadas pelo **SINPA,** originadas dos respectivos sindicatos profissionais das categorias metalúrgicas, quaisquer outras e demais diferenciadas, em atendimento aos artigos 612, 615 e 859 da CLT, e inclusive, se o caso, instauração de instância. Cabe lembrar a V. Sªs. de que o **SINPA** é um órgão de representação patronal, legal e constitucional e que as Assembleias Gerais são soberanas e suas decisões, tomadas por maioria de votos dos participantes, obrigam a todas as empresas do segmento metalúrgico de parafusos, porcas, rebites e similares, associadas ou não, ao cumprimento do que for decidido em Assembleia.

São Paulo, 15 de julho de 2024

Fernando A. Gomes Martins - Presidente

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 24/JULHO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 25/JULHO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Mogi das Cruzes/SP em 01 de agosto de 2022, o **IMÓVEL**: **LOTE Nº 23 DA QUADRA 13,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP**,** assim descrito e caracterizado: Medindo 10,50m de frente para Rua 10, 10,53m nos fundos confrontando com o Caminho Velho; 29,12m do lado esquerdo de quem da Rua 10 olha para o terreno confrontando com o lote 24; 29,94m do lado direito confrontando com o lote 22, encerrado uma área de 309,86m2. Matrícula imobiliária nº 62.296 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.217.023-4. Consolidação da propriedade 17/06/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 282.565,16. 2º LEILÃO: R$ 261.255,73.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Matheus Abussamra Marcondes, CPF: 427.149.278-74 e Ana Paula Mendes da Cruz, CPF: 319.513.308-38,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. As Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00335468492024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90021/2024.
Nº Processo: 024.00052721/2024-01.
Objeto: Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 07 (sete) itens licitados.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 15/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 16/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 26/07/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

CM HOSPITALAR S.A.

CNPJ nº 12.420.164/0001-57. NIRE 35.300.486.854. CVM 02568-2. Companhia Aberta. ("Companhia")

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26/06/2024

DATA, HORA E LOCAL. Real. no dia 26/06/2024, às 14h, reun. por conf. telef., nos ter. do art. 13 do Est. Social da Comp. **CONV. E PRES.** Devid. conv., nos ter. do Est. Soc. da Comp., pres. os memb. do Cons. de Admin. **MESA.** Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Presid.; e Joseane Correia, Secret. **ORD.DO DIA E DELIB.:** Inst. a reun. do Cons. de Admin. e disc. as mat., os memb. Aprov., por unanim. de votos e sem quaisquer ressalvas, res. ou rest.: (i) ass. pela Comp. da prop. de prest. de serv. com a Neogrid Informática Ltda. e do ter. adit. ao cont. de repres. Com. com a Crer Cunha Ribeiro Empreend. e Repres. Ltda., este últ., com a abst. de voto do cons. Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; e (ii) a autoriz. à diret. da Comp. para tomar todas as prov. nec. à implant. das mat. aqui aprov. **ENC. E LAVR. E LEIT. DA ATA.** Nada mais hav. a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo nec. à lavr. da pres. ata, que, depois de lida e achada conf., foi aprov. e ass. por todos os pres. Presid.: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Sec.: Joseane Correia; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Carla Schmitzberger; (vi) Jerome Paul Jacques Cadier. Ribeirão Preto, 26/06/2024. Mesa: Joseane Correia; Secretária. JUCESP nº 260.627/24-0 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Citibank, N.A.

CNPJ 33.042.953/0001-71

Tradução nº I-60735, Livro nº 740, Folha 168. *Eu, Sandra Regina Mattos Rudzit, certifico e dou fé que por este instrumento adito uma tradução feita por mim do inglês para o português como segue:*

TERMO DE ADITAMENTO

Em aditamento à tradução nº I-59877, Livro nº 728, Folhas 241 e 242, datada de 12 de janeiro de 2024, da Procuração Limitada outorgada por Citibank, N.A., - Na 1ª página, na 26ª linha onde se lê "na qualidade de Representante de AML do Citibank N.A. - Filial Brasileira", leia-se "na qualidade de Representante de Compliance do Citibank N.A. - Filial Brasileira". *NADA MAIS. Li, conferi, achei conforme e dou fé desta declaração. São Paulo, 4 de abril de 2024. Recibo Nº 26166.* **SANDRA REGINA MATTOS RUDZIT - Tradutora Pública. JUCESP** nº 226.960/24-9 em 20/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS - Nº 1.958.483 de 22/04/2024: Certifico** e **dou** fé que o documento em papel, contendo **1 (uma) página,** foi apresentado em 19/04/2024, protocolado sob nº 2.009.502, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **1.958.483** e averbado no registro nº 1.952.884 de 15/01/2024 no Livro de Registro B deste 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, na presente data. **Natureza:** Aditamento/Averbação. São Paulo, 22 de abril de 2024. Antonio Vilmar Carneiro - Escrevente Autorizado. Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00335456012024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90003/2024.
Nº Processo: 024.00042458/2024-34.
Objeto: Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 10 (dez) itens licitados.
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 15/07/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 16/07/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 26/07/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

Desde 1999 promovendo leilões de sucesso

Rymer leilões

(21) 98796-9822 (21) 3900-4757

ESTAÇÃO DE VLT SÃO BENTO
EDIFÍCIO VISTA CANDELÁRIA
BOULEVARD OLÍMPICO
Av. Presidente Vargas
IGREJA DA CANDELÁRIA
ESTAÇÃO DE VLT CANDELÁRIA
Av. Rio Branco
Av. Presidente Vargas

Leilão Extrajudicial Edifício Vista Candelária

Imóvel desocupado

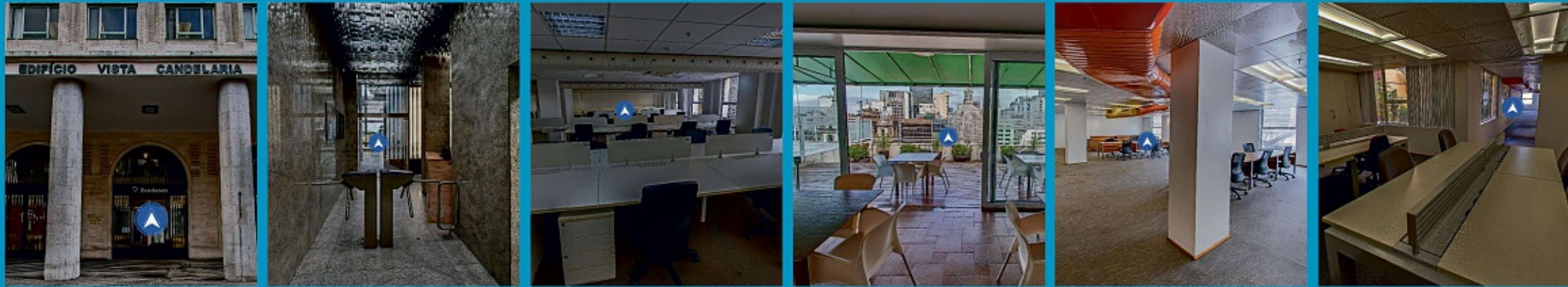
Edifício Vista Candelária, 2º ao 12º pavimento, Área Privativa: 7.315 m² e Área total: 7.411m²

Para agendar visitação entre em contato através dos telefones (21) 3900-4757 e (21) 98796-9822

Leilão no dia 27 de agosto de 2024, às 12h com lance inicial de R$ 27.500.000,00

Não perca esta oportunidade única de adquirir um imóvel de qualidade excepcional

*Cobertura e recepção são áreas comuns

EDIFÍCIO VISTA CANDELÁRIA

Explore todos os detalhes do edifício (externos e internos) fazendo um tour virtual em www.rymerleiloes.com

---

FRAZÃO Leilões

LEILÃO

Presencial e Online

30/07/2024
3ª feira – às 11h00

Prestador de Serviço Autorizado Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão.

CASAS E APARTAMENTOS

Apto. em Irajá, Rio de Janeiro/RJ * Casa na Vila Nova, Barra Velha/SC * Casa na Vila Tupi, Praia Grande/SP * Casa na Guilhermina, Praia Grande/SP * Casa no Conjunto Residencial João de Barro, em Thais, Maringá/PR * Casa no Jd. Primavera, Piracicaba/SP * Casa no Projeto Mutirão, Andradas/MG * Casa em Vila Nova, Nanuque/MG * Casa na Freguesia do Engenho Novo, Rio de Janeiro/RJ * Casa no Jd. Vitoria, Caieiras/SP * Apto. no Pq. Esplanada II, Valparaíso de Goiás/GO * Casa na Vila Ré, São Paulo/SP * Casa no Pq. Esplanada V, Valparaíso de Goiás/GO * Casa no Centro, Santo Antônio do Amparo/MG * Casa em Barreiro, Bragança Paulista/SP * Casa em Bonfim Paulista, Ribeirão Preto/SP * Casa no Jd. João Liporoni, Franca/SP * Casa no Pq. do Horto - Hortolândia/SP * Apto. em Belo Vale, Santa Luzia/MG * Casa na Vila Medeiros, São Paulo/SP * Apto. no Jd. Atlântico, Maricá/RJ * Casa em Janga, Paulista/PE * Casa em Caluge, Itaboraí/RJ * Apto. em Santa Rosa, Uberlândia/MG * Apto. em Papicu, Fortaleza/CE * Casa na Cidade Satélite, Tanguá/RJ * Sobrado na Vila Nova Bonsucesso, Guarulhos/SP * Casa na Brasilinha Sudoeste, Planaltina/GO * Casa na Boa Vista, Maracanaú/CE * Terrenos no Jd. Bela Vista, Arandu/SP * Casa em Quedas do Descoberto II, Águas Lindas de Goiás/GO * Casa no Pq. Estrela D'Alva X, Luziânia/GO * Casa em Comercial Norte, Bayeux/PB.

Veja as condições de pagamento no site da leiloeira.

Leia o Edital, veja as fotos dos imóveis e receba mais informações no site. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – www.FrazaoLeiloes.com.br

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 200 LOTES - DIA: 16.07.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 16.07.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BD195A4ZM0921837 - 9BGJB7520HB151219 - 9BFZH54L1M8085042 - 9BWAA05Z2A4068373 - 8AFPZZFHA8J142827 - 9BGRZ48109G278273 - 8AFCR10A76J493785 - 9BGCA80X0DB166734 - 9BFCXXLC2JBT74951 - 9BD358A4NMYK79408 - 9BWAG4127FT595028 - 94DBCAN17KB113103 - 9BGJC69Z0FB178313 - WVWPT83C47E172796 - 9BD15802774934966REM - 9BD358A4NKYJ54238 - 9C2KC2210KR033577 - 9BWDB05U5BT092849 - 94DFCAP15KB117696 - 9BD195152F0638072 - 935FCKFV87B521485 - 9BWCA05WX8P112157 - 9BD13561392100159 - 9BD195152F0636249 - 93YBSR7UHCJ354774 - 9BD195152F0662572 - 93Y5SRD04GJ720942 - 9BWAB45Z5H4027928 - 9C2NF0610MR000025 - 93YRBB004NJ985272 - 9BD195B6HM0891545 - 9BFZB55H4E8847843 - 3CZRE2870BG503037 - 9BHBG51CAKP038628REM - 98RDB21B4KA005474 - LJ1EEKPP7P7402102 - JMYXLGF4WGZA00925 - 8AJFY29G1E8553097 - 988671173NKN21848 - 8AJBA3CD3H1594111REM - 9BWAL45U6GP036362 - 9BGXL75005C263489 - 9BFZE16N648525871 - 93YRBB001LJ957054 - 9BFZH54L0F8278883 - 9BWAB49N6DP008529 - 93Y5SRF84JJ079380 - 93HGD17606Z100818 - 9BWAA05W3AP050680 - 8AGCN48X0BR108966 - 94DTAFL10BJ609268 - 93HFA66308Z260690 - 8BCLCRFJYCG508520 - 93YBSR1TH9J122948 - 9BWKA05Z084070928 - 9BGKL48U0JB161321 - 9BGJC69X0CB326280 - 93YBSR7RHEJ792111 - 9362MKFWXDB007119 - 9BD17309T94254136 - 93YKM263HCJ968765 - 9BGRX08F0BG110563 - 9BD17106LC5784859 - 9BWKB05U3EP080509 - WAUGFEF53JA006364 - WDDWH4AW2FF201455 - 93XLJKL1TLCK26504 - 9BGKT48V0JG197778 - LVVDB12B6BD173099 - 3VWME61KX9M158942 - 8C3GM2640D1408400 - 98M5Z1008M4B00284 - 93YJA1D325J630833 - 9C6RG5020R0094630 - 95V0A2206FZ313812 - 9C2KD0800FR062525 - 9BGSA19E05B114017 - 9BG148DK0MC414522 - 9BFZF10A688259762 - 8AJFY22G2F8019943 - 93HFA66809Z115745 - 9362EN6A97B039497 - 93YLB2R1F6J644888 - 9BGRZ08908G254905 - 9BGXL19005C116761 - 93YLM2M3H8J959155 - 9BGRG08F0CG166710 - 93YBSR7RHBJ697586 - 9BFZF55P6A8499761 - 9BGRX4810AG215323 - 9BD17122ZG7604041 - 9BFZF55P6B8125846 - 94DTBAL10DJ449903 - 9BGRP69X0CG145384 - 3N1CN7AD2DL801999 - 93YBSR86HDJ565594 - 3N1CN7AD4EK390693 - 9BD19713MG3282254 - KNAFW411BB5859628 - 3CZRE18308G504879 - 9BGKL48U0JB113747 - 9BWAB45UXKT119795 - WV1DB22H5GA024072 - 8AJFZ29G386053892 - 95PZBN7KPMB089885 - 9BGCA80X0FB154119 - WDCED6EW1HA057642 - 9BWAB45Z3E4101388 - 9BWCA05W08T156773 - 935FCKFVYCB560289 - 9BGRX08906G168464 - 9BWAA05U0CP010459 - 9C6RH1150N0011504 - 99KPCK7ZKKM102363 - 9C2KC2500KR040887 - 93HGE6750DZ222352 - 9BFZK53A1CB368897 - 9BWAL45Z0J4007363 - 9BGJA69X0CB312386 - 93YBSR6RHEJ939149 - 9BGKC48V0JG175617 - 9BD358ATFRYN17680 - 93HFB2650CZ225023 - 9BD17164LB5664444 - 93YRBB005LJ865316 - 9BD19713MF3254971 - 9BD27844PD7697806 - 9BWLL45U2FP024720.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

ALUGA-SE

MONOUSUÁRIO NA VILA OLÍMPIA - SP

PRÓX. AO SHOPPING VILA OLÍMPIA

ED. DE **2.650M²** ÁREA ÚTIL

TÉRREO E LOJA DE 250M²
11 ANDARES DE APROX. 219M²
61 VAGAS DE VEÍCULOS
02 SUBSOLOS

- AR CONDICIONADO
- CFTV
- GERADOR TOTAL

(11) 3504-0133
TRATAR C/ PROPRIETÁRIO
BRUNO ou NEIDE

INÊS 249

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

Edital de 2ª Convocação aos Debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Enauta Participações S.A. AGD: A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 06/09/23, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da AGD, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 22/07/24, às 16h, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo link de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1, itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22/12/22, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28/09/23; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(a)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** a Reorganização ocorra em até 9 meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/27, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00, para o valor de US$ 150.000.000,00 para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de *hedge* para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14/07/23 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/27, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VI da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/24 ou por, no mínimo, 4 meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após a efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x; e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/27, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156/22, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25%, a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso. todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da 1ª Série, em 1ª convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da 1ª Série presentes, em 2ª convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da 1ª Série; e (ii) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da 3ª Série, em 1ª convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da 3ª Série presentes, em 2ª convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da 3ª Série, para aprovar a concessão de anuência prévia (waiver) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da 1ª Série ou da 3ª Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Art. 654, §1º e §2º, da Lei 10.406/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do Art. 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma digital (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/22 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no Art. 115 §1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). RJ, 12/07/24. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

Edital de 2ª Convocação aos Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures da Enauta Participações S.A. - AGD. A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 22/07/24, às 14h, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução da CVM nº 81, de 29/03/22 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem, em segunda convocação, sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1 itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22/11/22, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22/12/22, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28/09/23; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(a)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(b)** a Reorganização ocorra em até 9 meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/27, do seguinte § na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 para o valor de US$ 150.000.000,00 para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de hedge para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações , nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14/07/23 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/27, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VII da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/24 ou por, no mínimo, 4 meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x; e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/27, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23/06/22, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25%, a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso, todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% mais 1 das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 2/3 das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, para aprovar a concessão de anuência prévia (*waiver*) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio, dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do Art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Art. 654, §1º e §2º, da Lei 10.406, de 10/01/02, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário.Nos termos do Art. 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "*O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/22 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no Art. 115 §1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável.*" A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 12/07/24. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

BANCO ABC BRASIL S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF Nº 28.195.667/0001-06 - NIRE 35.300.138.023

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

1 - DATA, HORA E LOCAL: Aos 29 dias de abril de 2024, às 9h, na sede social do Banco ABC Brasil S.A. (Companhia), na Av. Cidade Jardim, 803, 2º andar - São Paulo, Capital. **2 - PRESENÇA:** Totalidade dos Conselheiros. **3 - ORDEM DO DIA:** Eleição dos Diretores da Companhia. **4 - DELIBERAÇÕES:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, deliberou: **4.1.** Eleger para a Diretoria da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, até a primeira Reunião do Conselho de Administração a se realizar após a assembleia geral ordinária de 2026, o Sr. **SERGIO LULIA JACOB**, brasileiro, casado, administrador de empresas, [illegible]

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90075/2024**, referente ao processo nº **024.00078092/2024-31**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR - ENFERMEIRO(A), EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL**, a ser realizado por intermédio do "Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 30/07/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 15/07/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90104/2024 – UASG 253101

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

Processo CDHU 005/2024/31 – SEI: 387.00003578/2023-06 – Aquisição de mobiliário em geral, com o fim de atendimento do Programa Vida Longa nos empreendimentos Araçatuba "L", Americana "I", Boituva "H", Pedreiras "K" e Salto do Pirapora "F" da CDHU, localizados, respectivamente, nos municípios de Araçatuba, Americana, Boituva, Pedreiras e Salto do Pirapora/SP.

A abertura da sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será em 26/07/2024 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras.Gov.Br; **www.gov.br/compras/pt-br**.

O edital estará disponível a partir do dia 16/07/2024 nos sítios **www.gov.br/compras/pt-br** e **www.cdhu.sp.gov.br**.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO